

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VLADIMIR BUCAL

**ESTADO E POLÍTICA CULTURAL NA GUINÉ-BISSAU: uma análise da relação entre
Estado e cultura no período democrático (1994-2020)**

São Luís – MA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

VLADIMIR BUCAL

**ESTADO E POLÍTICA CULTURAL NA GUINÉ-BISSAU: Uma análise da relação entre
Estado e cultura no período democrático (1994-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros

São Luís – MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Bucal, Vladimir. ESTADO E POLÍTICA CULTURAL NA
GUINÉ-BISSAU: Uma análise da relação entre Estado e
cultura no período democrático 1994-2020 / Vladimir
Bucal. - 2023.
116 p.

Orientador(a): Antônio Evaldo Almeida Barros.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Cultura. 2. Guiné-Bissau. 3. Política Cultural.
I. Barros, Antônio Evaldo Almeida. II. Título.

VLADIMIR BUCAL

**ESTADO E POLÍTICA CULTURAL NA GUINÉ-BISSAU: Uma análise da relação entre
Estado e cultura no período democrático (1994-2020)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/CCSO-UFMA)

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo (1ª Examinadora)
Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/CCSO-UFMA)

Profa. Dra. Aldina da Silva Melo (2ª Examinadora)
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris (Suplente)
Universidade Federal do Maranhão (PPGL/CCBA-UFMA)

AGRADECIMENTOS

Dizem que a produção acadêmica, especialmente a elaboração de uma dissertação, é um processo complexo. No entanto, na realidade, ela só se concretiza devido aos esforços de várias pessoas que, mesmo de forma indireta, oferecem apoio, encorajamento ou simplesmente permanecem em silêncio, compreendendo as ausências e distâncias ao longo dos diversos momentos da construção. Pelo menos na minha perspectiva, isso foi o que vivenciei durante o Mestrado em Políticas Públicas. Reconhecer isso é relembrar das pessoas que contribuíram para que o resultado de anos de esforço intelectual fosse manifestado nas páginas subsequentes.

O primeiro reconhecimento, acima de tudo, vai para Deus, pela dádiva da vida e pela contínua proteção. Ele me ofereceu apoio durante os momentos desafiadores, fortaleceu minha determinação para superar obstáculos, guiou-me em momentos de incertezas e contratempos desde a minha chegada ao Brasil, ao longo da graduação e agora no mestrado.

Agradeço imensamente à minha família, de onde recebi as primeiras e sem dúvida as mais valiosas lições que moldaram minha jornada. Em especial ao meu pai, Marão Bucal, que desde o início dos desafios acadêmicos esteve ao meu lado com apoio inabalável. Suas palavras de encorajamento, crença em meu potencial e exemplo inspirador de determinação foram constantes fontes de motivação. Gratidão à minha tia Amália Batista. Gratidão aos membros da minha família: irmãos, primos, tios e sobrinhos. Dado que é inviável listar todos os nomes neste espaço, gostaria de estender meus agradecimentos a cada um de vocês.

A minha companheira, Ândrea Luiza Falcão, pelo apoio e incentivo ao longo deste desafiador processo de pesquisa. Sua paciência e amor foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Adrian Falcão Bucal e Akin Falcão Bucal, meus filhos, símbolos de esperança em um futuro melhor e fontes de inspiração. A presença alegre de vocês e a inegável energia trouxeram luz aos meus dias e me lembram constantemente da importância de persistir e alcançar meus objetivos, não apenas por mim, mas também por vocês. Vosso sorriso e entusiasmo diários têm sido minha principal fonte de inspiração.

Ao meu orientador, Antônio Evaldo de Almeida, por ter me aceitado como orientando e por ter caminhado comigo nessa jornada, oferecendo sua visão crítica e enriquecedora, proporcionando aprendizado constante.

A banca examinadora pelas contribuições e sugestões valiosas: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo, Profa. Dra. Aldina da Silva Melo e Prof. Dr. Wheriston Silva Neris.

Gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA, por me proporcionar a valiosa oportunidade de realizar o mestrado em Políticas Públicas, um desejo que acalentei por muito tempo e finalmente pude concretizar. Reconheço o comprometimento de todo o corpo docente, da secretaria e dos servidores do programa, que não apenas me receberam calorosamente, mas também contribuíram significativamente para minha jornada de pós-graduação com apoio e conhecimento.

Gratidão à Direção do Centro de Ciências Sociais – CCSO, especialmente à professora Lindalva Maia Maciel (Diretora do CCSO), pelo carinho e atenção e, ainda por disponibilizar uma sala de estudos onde pude continuar escrevendo minha dissertação. Agradeço também a toda a equipe da secretaria do CCSO pelo carinho e apoio.

A realização de qualquer trabalho acadêmico exige disposição, dedicação e vontade, e ainda mais crucialmente, recursos financeiros. A possibilidade de permanecer em São Luís e, conseqüentemente, concluir minha dissertação estaria fora de alcance se eu não contasse com o suporte financeiro fornecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Gratidão ao meu amigo e bibliotecário, Carlos Wellington Soares Martins, que durante o meu percurso de mestrado, ele me ofereceu suporte valioso e significativo. Agradeço aos colegas estudantes do PPGPP/UFMA, especialmente à turma de 2021, pelas partilhas, contribuições e amizades construídas: Gleisa Campos, Patrícia Aguiar Tavares, Pedro Igor Nascimento da Silva e Virginia de Fatima Moraes Ratiel de Sousa.

Gratidão aos colegas da turma que ingressou na UNILAB no segundo semestre de 2016, os quais se tornaram uma nova família que o caminho acadêmico me presenteou, em especial as que se tornaram mais que colegas de turma de entrada: Francisco Tugna Nhaga, Euclides André Mudsna Malú, Sara Pereira Silva Correia, Aneximandra da Silva, Mariama Cassama.

A todos, muito obrigado!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Ação para o Desenvolvimento
ANP	Assembleia Nacional Popular
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CMT	Comissão multipartidária de Transição
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
FLING	Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INDE	Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
NEÁFRICA	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Plano de Ajustamento Estrutural
PAI	Partido Africano para Independência
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
RDAG	Reunião Democrática Africana da Guiné
RGB-MB	Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá
RGPH	Recenseamento Geral de Populações e Habitação
SAB	Setor Autônomo de Bissau

SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SEJCD	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto
UA	União Africana
UEMOA	União Económica e Monetária do Oeste Africano
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIOGBS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz
UNTG	União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Repartição da população de nacionalidade guineense segundo etnia (%)

Figura 2 – Estrutura orgânica da cultura (1994-2019)

Figura 3 – Projeto do Palácio da Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estrutura administrativa da Guiné-Bissau.

Quadro 2 - Ações no campo das políticas culturais

Quadro 3- Delegações de países africanos na AFRICACULT

Quadro 4 - Cronologia dos golpes de Estado, Guiné-Bissau 1980/2012

Quadro 5 - Evolução do orçamento do ministério responsável pela cultura (em milhões de FCFA)

Quadro 6 - Relação de Governos constitucionais e transitivo, domínio cultural – período da democratização (1994-2020)

Quadro 7- Convenções que regem o patrimônio cultural ratificado pela Guiné-Bissau

RESUMO

A relação entre o Estado e a Cultura é um assunto de grande relevância e interesse acadêmico, uma vez que as políticas culturais desempenham um papel crucial na construção e consolidação da identidade de um país. No caso específico da Guiné-Bissau, a valorização da cultura se torna ainda mais relevante, levando em consideração a pluralidade étnica e a diversidade cultural existente em seu território. Este trabalho parte da premissa de que a relação entre o Estado e a Cultura na Guiné-Bissau tem sido fortemente influenciada pelo processo de formação do Estado Guineense ao longo de sua história. Portanto, o objetivo desta dissertação foi analisar essa relação durante o período democrático da Guiné-Bissau, que abrange o período de 1994 a 2020. Com base nessa análise, procuramos compreender os desafios enfrentados pelo Estado guineense na promoção e preservação da cultura nacional, bem como as estratégias e medidas adotadas para fortalecer a identidade cultural do país. A pesquisa adotou uma abordagem bibliográfica e documental, com uma metodologia qualitativa. O objeto de estudo foi a relação entre o Estado e a Cultura após a independência, durante o período democrático na Guiné-Bissau. Essa relação se manifesta por meio das ações de diferentes atores e instituições sociais, leis e políticas estatais e governamentais na formulação de políticas públicas de cultura. As técnicas metodológicas aplicadas incluíram a revisão da literatura e a análise documental. O objetivo principal da pesquisa era responder a pergunta central: Como se dá a relação entre o Estado guineense e a cultura no período democrático? E quais são os principais determinantes dessa relação? Para embasar nossa análise, recorreremos a teorias clássicas e contemporâneas da cultura e da política cultural, tais como os trabalhos sobre “Os intelectuais e a organização da cultura”, “Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”, “Cultura e materialismo”, “Cultura e socialismo” e “Políticas culturales en América Latina”. O referencial teórico foi construído a partir de autores como Gramsci (1997, 1999), Williams (2003, 2007), Thompson (1998), CANCLINI (2001), Silva (2008, 2013) e outros. O trabalho aponta que a relação entre o Estado e a cultura na Guiné-Bissau é complexa e multifacetada, influenciada por diversos fatores históricos, políticos e sociais. Apesar dos desafios que essa relação apresenta, ela também oferece possibilidades para o fortalecimento e valorização da cultura guineense.

Palavras-chaves: Guiné-Bissau. Cultura. Política Cultural.

ABSTRACT

The relationship between the State and Culture is a subject of great relevance and academic interest, as cultural policies play a crucial role in the construction and consolidation of a country's identity. In the specific case of Guinea-Bissau, the appreciation of culture becomes even more relevant, considering the ethnic plurality and cultural diversity existing in its territory. This work is based on the premise that the relationship between the State and Culture in Guinea-Bissau has been strongly influenced by the formation process of the Guinean State throughout its history. Therefore, the aim of this dissertation was to analyze this relationship during the democratic period of Guinea-Bissau, which spans from 1994 to 2020. Based on this analysis, we sought to understand the challenges faced by the Guinean state in promoting and preserving national culture, as well as the strategies and measures adopted to strengthen the cultural identity of the country. The research adopted a bibliographic and documentary approach with a qualitative methodology. The object of study was the relationship between the State and Culture after independence, during the democratic period in Guinea-Bissau. This relationship manifests itself through the actions of different actors and social institutions, laws, and state and governmental policies in the formulation of public cultural policies. The methodological techniques applied included literature review and document analysis. The main objective of the research was to answer the central question: How does the relationship between the Guinean state and culture unfold during the democratic period? And what are the main determinants of this relationship? To support our analysis, we turned to classical and contemporary theories of culture and cultural politics, such as works on "Intellectuals and the Organization of Culture," "Common Customs: Studies on Traditional Popular Culture," "Culture and Materialism," "Culture and Socialism," and "Cultural Policies in Latin America." The theoretical framework was built based on authors such as Gramsci (1997, 1999), Williams (2003, 2007), Thompson (1998), CANCLINI (2001), Silva (2008, 2013), and others. The work points out that the relationship between the State and culture in Guinea-Bissau is complex and multifaceted, influenced by various historical, political, and social factors. Despite the challenges that this relationship presents, it also offers possibilities for the strengthening and appreciation of Guinean culture.

Keywords: Guinea-Bissau. Culture. Cultural Policy.

RÉSUMÉ

La relation entre l'État et la Culture est un sujet d'une grande pertinence et d'un intérêt académique majeur, car les politiques culturelles jouent un rôle crucial dans la construction et la consolidation de l'identité d'un pays. Dans le cas spécifique de la Guinée-Bissau, la valorisation de la culture devient encore plus significative, compte tenu de la pluralité ethnique et de la diversité culturelle existant sur son territoire. Ce travail repose sur la prémisse que la relation entre l'État et la Culture en Guinée-Bissau a été fortement influencée par le processus de formation de l'État guinéen tout au long de son histoire. Par conséquent, l'objectif de cette thèse était d'analyser cette relation pendant la période démocratique de la Guinée-Bissau, couvrant la période de 1994 à 2020. S'appuyant sur cette analyse, nous avons cherché à comprendre les défis auxquels l'État guinéen est confronté dans la promotion et la préservation de la culture nationale, ainsi que les stratégies et les mesures adoptées pour renforcer l'identité culturelle du pays. La recherche a adopté une approche bibliographique et documentaire, utilisant une méthodologie qualitative. L'objet d'étude était la relation entre l'État et la Culture après l'indépendance, pendant la période démocratique en Guinée-Bissau. Cette relation se manifeste à travers les actions de différents acteurs et institutions sociales, les lois et les politiques de l'État et du gouvernement dans la formulation des politiques culturelles publiques. Les techniques méthodologiques appliquées comprenaient la revue de la littérature et l'analyse documentaire. L'objectif principal de la recherche était de répondre à la question centrale : Comment se déroule la relation entre l'État guinéen et la culture pendant la période démocratique ? Et quels sont les principaux déterminants de cette relation ? Pour étayer notre analyse, nous avons puisé dans des théories classiques et contemporaines de la culture et de la politique culturelle, telles que les travaux sur "Les intellectuels et l'organisation de la culture", "Les coutumes communes : études sur la culture populaire traditionnelle", "Culture et matérialisme", "Culture et socialisme" et "Les politiques culturelles en Amérique latine". Le cadre théorique a été construit à partir d'auteurs tels que Gramsci (1997, 1999), Williams (2003, 2007), Thompson (1998), CANCLINI (2001), Silva (2008, 2013) et d'autres. Le travail souligne que la relation entre l'État et la culture en Guinée-Bissau est complexe et multifacette, influencée par divers facteurs historiques, politiques et sociaux. Malgré les défis posés par cette relation, elle offre également des possibilités de renforcer et de valoriser la culture guinéenne.

Mots clés: Guinée-Bissau. Culture. Politique culturelle.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Caminhos Entrelaçados: uma narrativa pessoal e acadêmica sobre meu envolvimento com o tema.....	15
1.2 GUINÉ- BISSAU: uma breve contextualização histórica e geográfica	17
1.3. Campo Teórico- Metodológico: costurando os fios da pesquisa.....	22
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	28
2.1 Políticas Públicas: Campo de Conhecimento e Ação Governamental.....	29
2.2 Cultura: uma categoria de caráter transversal.....	41
2.3 Políticas culturais: um resgate sócio histórico da concepção	53
2.4 Políticas Culturais em África: uma visão endógena	61
3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E SUA AFLUÊNCIA COM A POLÍTICAS ESTATAIS	67
3.1 Gênese dos movimentos independentistas, PAIGC, a primícias da luta armada de libertação na Guiné-Bissau	67
3.2. Pós- independência e a construção do Estado da Guiné-Bissau	72
3.3 Enquadramento geral dos conflitos políticos e institucionais na Guiné-Bissau	78
4 CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS NA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994-2020)	83
4.2 Trilhos e tramas da Cultura guineense (1994-2020): análises das ações da SEJCD/SEC	90
4.3 Panorama geral do patrimônio cultural da Guiné-Bissau	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

1.1 Caminhos Entrelaçados: uma narrativa pessoal e acadêmica sobre meu envolvimento com o tema

Ao iniciar esta dissertação de mestrado, vou começar traçando brevemente a jornada que levou à formação dos fundamentos que chamaram a atenção da minha pesquisa e despertaram meu interesse pela cultura da Guiné-Bissau, especialmente no que diz respeito às políticas culturais do meu país.

Minha conexão com o tema desta dissertação resulta de uma série de ações extensivas e disciplinares que começaram durante minha graduação. Meu interesse pelo tema começou a ser despertado em 2018, quando ingressei no curso de Licenciatura Plena em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Como estudante de Sociologia na UNILAB, comecei a participar de grupos de pesquisa e extensão para explorar as áreas de estudo que poderiam se tornar o foco da minha pesquisa posteriormente. Eu fazia parte de dois grupos de pesquisa e extensão: o Programa Vozes d'África e o Grupo Diálogos Urbanos.

O Grupo Diálogos Urbanos é um projeto de extensão que visa fortalecer o conhecimento e as ações em prol do direito à cidade, promovendo a interlocução e a articulação entre acadêmicos, membros da sociedade civil e políticos. Sob a coordenação do Professor Doutor Eduardo Gomes Machado, o grupo busca valorizar, difundir, recriar e aplicar conhecimentos, experiências e práticas que fazem parte do patrimônio cultural relacionado às questões urbanas. No âmbito deste grupo, realizamos palestras, seminários, rodas de conversa, debates, oficinas, entre outras atividades.

Minha participação no Grupo Diálogos Urbana me permitiu compreender a importância de valorizar a cidade, promovendo a difusão, recriação e apropriação de experiências e práticas que abrangem diversos aspectos do patrimônio cultural. Isso foi possível por meio de atividades de pesquisa e extensão.

Além do Grupo Diálogos Urbanos, também tive a oportunidade de integrar o Programa Vozes d'África, uma iniciativa que visa promover e fortalecer a integração acadêmica e cultural entre os países da cooperação, sob a coordenação da Professora Doutora Artemisa Odília Candé Monteiro.

Este programa de extensão busca articular a pesquisa e produção de diversas linguagens artísticas, criando uma integração cultural significativa na UNILAB e nas cidades vizinhas. Minha participação nas Vozes d'África me proporcionou uma percepção ainda mais profunda sobre a importância da cultura africana e os desafios enfrentados na sua valorização e divulgação, especialmente no contexto guineense, que possui uma rica diversidade cultural.

Por meio das atividades de extensão universitária, eu e meus colegas do eixo da dança contribuimos para a promoção e divulgação da cultura por meio das danças tradicionais dos países da CPLP (realizamos várias apresentações culturais em eventos municipais no Ceará em Salvador, Bahia e no Natal, Rio grande do Norte). Essa experiência foi enriquecedora não apenas para promover a cultura através da dança, mas também para compreender a conexão essencial entre cultura, políticas públicas e Estado.

O Programa Vozes d'África desempenhou um papel fundamental como um ambiente que impulsionou o meu objeto de pesquisa. Além de ser um espaço de produção de experiências culturais significativas, ele contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, permitindo-me mergulhar ainda mais nas riquezas culturais e nas questões que envolvem sua valorização e disseminação. Assim, essa vivência no grupo me fez compreender ainda mais o valor da nossa cultura e sua importância em nossa vida cotidiana.

Dessa forma, durante minha graduação, escolhi trabalhar com o tema das políticas culturais na Guiné-Bissau, uma escolha que amadureceu ao longo de várias reuniões de orientação e debates com colegas da universidade.

Inicialmente, meu orientador sugeriu um estudo sobre as dinâmicas da arte juvenil e as políticas públicas de cultura na Guiné-Bissau. A princípio, considerei aceitar essa proposta, mas, ao perceber a complexidade do tema e as dificuldades em conduzir uma pesquisa mais abrangente naquele momento, optei por aceitá-la apenas parcialmente, escolhendo um recorte mais específico.

Assim, decidi desenvolver um estudo (artigo) que serviu como trabalho de conclusão do curso, focando nos desafios da construção de políticas culturais na Guiné-Bissau. O objetivo desse trabalho era identificar e analisar os desafios existentes na Guiné-Bissau em relação à construção de políticas culturais.

Após concluir a graduação em 2021, fui aceito no Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, na Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA), com o projeto intitulado “Dinâmicas da arte juvenil e políticas públicas de cultura em Guiné-Bissau”, tema inicialmente sugerido pelo meu orientador de graduação.

Embora o tema fosse complexo, percebi que me permitiria realizar uma pesquisa mais específica, o que me levou a continuar com ele.

O objetivo inicial do projeto de mestrado era analisar como as dinâmicas artísticas e culturais juvenis impactam as políticas públicas de cultura na Guiné-Bissau, destacando agentes, demandas e agendas políticas emergentes. No entanto, ao longo do processo de orientação, das disciplinas cursadas no primeiro ano do mestrado e da participação em eventos científicos, especialmente aqueles relacionados à cultura e política cultural, minha pesquisa amadureceu, principalmente após o exame de qualificação do projeto.

Após esse exame, o objetivo da minha dissertação foi reconfigurado e adquiriu outras dimensões. Assim, o foco do meu trabalho de mestrado passou a ser a problematização da relação entre Estado e Cultura na Guiné-Bissau durante o período democrático.

Pois bem, dadas as considerações feitas até o momento, é importante oferecer uma breve contextualização histórica e geográfica do território que este estudo aborda.

1.2 GUINÉ- BISSAU: uma breve contextualização histórica e geográfica

A Guiné-Bissau é um país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), localizado no oeste do continente africano. É banhado pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com dois países vizinhos: ao Norte com a República do Senegal e ao Leste e ao Sul com a República da Guiné-Conakry, ambos os países francófonos. Possui uma extensão territorial de 36.125 km², embora apenas aproximadamente 24.800 km² sejam habitáveis devido a inundações causadas pelas marés fluviais e alagamentos resultantes de chuvas regulares e periódicas (AUGEL, 2007; INE, 2015; CAOMIQUE, 2022).

Quanto à organização administrativa, a Guiné-Bissau divide-se em três províncias e nove regiões conforme detalha o quadro abaixo, incluindo Oio, Bafatá, Cacheu, Gabú, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama e o Setor Autônomo de Bissau (SAB), que é a capital e abriga mais de um quarto da população (INE, 2015). Além disso, o país possui 40 setores e uma região insular - o arquipélago de Bijagós, composto por 88 ilhas. Quatro rios são considerados os mais importantes e servem como principais vias de penetração no interior: Cacheu, Mansoa, Corubal e Geba.

Para melhor demonstração, exponhamos em baixo um panorama da estrutura administrativa da Guiné-Bissau.

Quadro 1: Estrutura administrativa da Guiné-Bissau.

PROVÍNCIAS	REGIÕES	SETORES	CAPITAL REGIONAL
Norte	Biombo	Biombo, Quinhamel Prábis e Safim	Quinhamel
	Cacheu	Cacheu, Cantchungo, Caio, Bula, S. Domingo e Bigene	Cantchungo
	Oio	Farim, Mansoa, Mansabá, Bissorã e Nhacra.	Farim
Leste	Bafata	Bafata, Ganado, Bambadinca, Galomaro, Cuntubuel e Xitole.	Bafata
	Gabú	Gabu, Boé, Sonaco, Pirada e Pitchi.	Gabú
Sul	Bolama / Bijagós	Bolama, Bubaque, Formoso e Caravela	Bolama
	Quinara	Buba, Fulacunda, Empada e Tite	Buba
	Tombali	Catió, Quebo, Cacine e Bidanda	Catió
	Setor autónomo de Bissau (SAB)	Bissau	Bissau

Fonte: elaboração própria com dados da INE (2015).

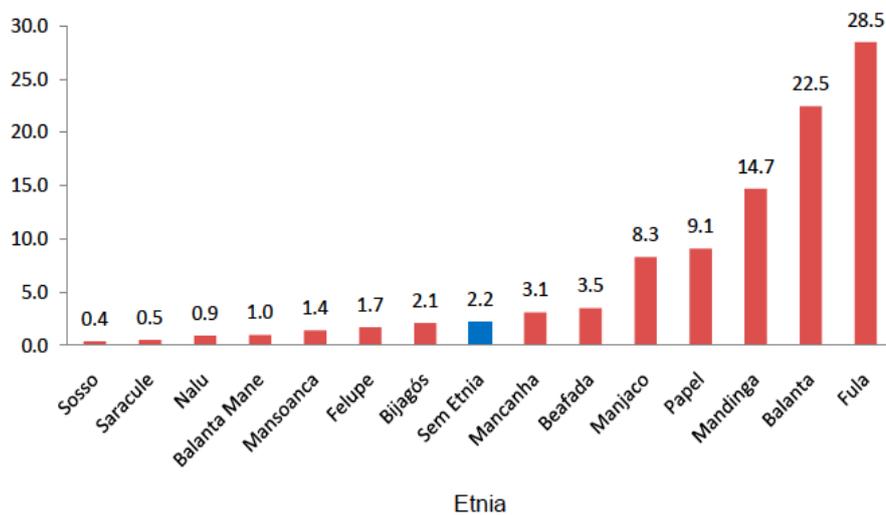
A Guiné-Bissau tem uma população de aproximadamente 1,9 milhão de habitantes, conforme dados do Banco Mundial de 2021. Devido a esse número populacional, o país está entre os menos populosos do continente africano e de sua sub-região. O clima é tropical, caracterizado por ser quente e úmido, com a alternância de duas estações distintas. A estação chuvosa ocorre de maio a outubro, sendo agosto o mês mais chuvoso. Em contraste, a estação seca ocorre de novembro a abril, com os meses mais quentes sendo abril e maio. As temperaturas médias anuais variam entre 30°C e 35°C, e a vegetação é predominantemente composta por savana e floresta tropical.

O crioulo guineense é a língua mais falada entre os guineenses e é amplamente utilizada como meio de comunicação, especialmente nas áreas urbanas. No entanto, nas regiões rurais do país, o crioulo é considerado a segunda língua mais falada, ficando atrás das línguas étnicas predominantes. A língua portuguesa é oficial no país, mas é pouco comum nas

conversas do dia a dia, sendo utilizada principalmente em contextos oficiais e por uma minoria de cidadãos guineenses com alto nível de escolaridade (INE, 2015).

Não há consenso sobre o número exato de etnias presentes no território, mas estima-se que existam mais de duas dezenas. No entanto, a Guiné-Bissau, em sua diversidade étnica e pluralidade, conta com cinco grupos étnicos majoritários, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística no terceiro RGPH (Recenseamento Geral de Populações e Habitação) realizado em 2009. Esses grupos étnicos estão distribuídos da seguinte forma em termos percentuais: Fulas (28,5%), Balantas (22,5%), Mandingas (14,7%), Papel (9,1%) e Manjacos (8,3%).

Figura 1. Repartição da população de nacionalidade guineense segundo etnia (%)



Fonte: III Recenseamento Geral da população e habitação de 2009. Guiné-Bissau

A região apresenta um cenário agrário predominantemente voltado para a agricultura familiar de subsistência. Surpreendentemente, apenas 33% dos 1.200.000 hectares de terras aráveis estão sendo utilizados. Nesse contexto, a cultura de castanha de caju se destaca como a atividade agrícola mais significativa e que contribui majoritariamente para as exportações do país. Enquanto isso, a produção de arroz é direcionada principalmente para atender às necessidades básicas da população, havendo apenas uma quantidade insignificante destinada às empresas nacionais e estrangeiras que atuam em um mercado quase exclusivamente externo (AUGEL, 2007, CAOMIQUE, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB) da Guiné-Bissau atingiu aproximadamente 1,64 bilhões de dólares estadunidenses em 2021. No entanto, o país é classificado como pouco desenvolvido, conforme relatado no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Entre

2005 e 2019, a Guiné-Bissau apresentou o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na sub-região e ocupa a 175ª posição entre os 189 países e territórios reconhecidos pelas Nações Unidas.

Além disso, de acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o valor do IDH da Guiné-Bissau em 2019 foi de 0,480, numa escala que varia de 0 a 1. Esse cálculo posiciona o país abaixo da média de 0,513 dos países com baixo desenvolvimento humano e também abaixo da média de 0,547 dos países localizados na África subsaariana (PNUD, 2020).

Ao refletirmos sobre a situação acima mencionada, devemos considerar o contexto histórico colonial, a luta pela independência nacional e o tumultuado período pós-independência, bem como os frequentes golpes de Estado que afetaram o país, como fatores que explicam essa situação.

No entanto, à luz da história, no século XV, a partir da conjuntura colonial portuguesa, emergiu o Estado da Guiné-Bissau, estabelecido pelo encontro entre os nativos e os comerciantes portugueses. Inicialmente, essa convivência estava marcada por relações de poder, mas com o tempo transformou-se em violência e exploração. Isso chamou a atenção e despertou o interesse dos nativos, especialmente aqueles que estavam na condição de assimilados, desenvolvendo neles uma consciência nacionalista.

Essa consciência nacionalista posteriormente fortaleceu a resistência anticolonial e anti-imperialista. A partir desse grupo, surgiu a elite burocrática do Estado guineense na década de 1950. Essa elite política liderou a luta de libertação nacional, que teve início em 1963 e só terminou com a proclamação unilateral da independência em 24 de setembro de 1973, embora tenha sido reconhecida apenas em 1974 pelo colonizador.

Ao longo desse processo, a cultura desempenhou um papel fundamental, especialmente na luta pela libertação nacional. A cultura foi a resposta da sociedade colonizada à violência imposta pelo colonizador. Nesse contexto, sob uma perspectiva marxista, podemos destacar a importância da cultura como componente essencial da ideologia e, ao mesmo tempo, como um elemento que contribui para a formação da consciência revolucionária.

Trotsky (1981) contribui com essa questão ao destacar entre os elementos constitutivos da cultura aqueles que influenciam a formação da consciência social.

[...] a parte mais preciosa da cultura é aquela que se deposita na consciência do próprio homem: o método, os costumes, a capacidade, a habilidade que adquirimos e que se desenvolve partindo de toda a cultura material pré-existente e que, embora se

prendendo a ela, faz com que progrida de acordo com a época (TROTSKI, 1981, p.52).

Com relação a este assunto, Amílcar Cabral (1974) enfatiza a necessidade de valorizar, afirmar e preservar os aspectos positivos da cultura do país como uma forma de resistência cultural contra as tentativas opressoras do país colonizador. Em outras palavras, Amílcar Cabral destaca a importância da cultura na resistência contra a opressão colonial.

Após a conquista da autonomia soberana e territorial, o Estado da Guiné-Bissau foi governado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) até a abertura política na década de 1994, sendo um dos principais atores na luta pela independência.

Durante o período de governo do Partido Único (1973-1993) na Guiné-Bissau, a cultura era frequentemente moldada de acordo com a ideologia do partido, o que limitava a liberdade de expressão e a diversidade cultural. Houve um controle rigoroso sobre a produção cultural.

O Conselho Nacional da Cultura da Guiné-Bissau por exemplo, liderado por Manuel Saturnino da Costa e Mário Pinto de Andrade, desempenhou um papel central nesse controle, promovendo uma cultura que servia aos interesses do partido, como foi observado por Fafali Koudawo em uma de suas entrevistas “nos primeiros anos do país houve uma grande atenção à cultura, mas uma cultura instrumentalizada ao serviço da política” (KOUAWO, Fafali. Entrevista concedida a SANTANA, 2015, p. 26).

A cultura, que deveria ser uma forma de expressão da identidade guineense, frequentemente foi instrumentalizada para promover a visão do PAIGC sobre a sociedade e o desenvolvimento nacional. Isso resultou em uma cultura que refletia os ideais do partido em detrimento da diversidade cultural e da livre expressão artística.

A liderança do Conselho Nacional da Cultura sob o Partido Único limitou a liberdade artística e a criatividade. O regime do Partido Único também limitou o pluralismo cultural ao promover uma única visão da cultura guineense – visão ideológica e partidária. Isso não apenas sufocou a diversidade cultural, mas também inibiu o desenvolvimento de diferentes perspectivas e abordagens artísticas.

Portanto, a liderança de Manuel Saturnino da Costa e Mário Pinto de Andrade no Conselho Nacional da Cultura durante o período do Partido Único pode ser caracterizada por um controle ideológico rigoroso sobre a cultura guineense. Embora possam ter tido a intenção de promover a cultura nacional, suas ações frequentemente sufocaram a liberdade artística e a

diversidade cultural em favor dos interesses do partido, prejudicando a riqueza cultural e a expressão criativa do povo guineense.

Após a inesperada diminuição do apoio proveniente da URSS, a Guiné-Bissau viu se obrigado a buscar auxílio junto a organizações internacionais, principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com o propósito de obter empréstimos. Contudo, esses financiadores estabeleceram condições para a concessão de empréstimos, incluindo requisitos como a abertura do mercado para fomentar a competição, a privatização de empresas estatais, a redução dos investimentos nas áreas de educação e saúde, além de adotar o sistema multipartidário.

Este cenário obrigou o país em 1990, iniciar o processo de democratização política, permitindo a oportunidade de competição política entre diferentes formações partidárias legalizadas no país. Assim, com a transição para o período democrático, em 1994, a Guiné-Bissau viu emergir uma dinâmica transformadora na interação entre o Estado e a Cultura, em comparação com período do Partido Único. A ascensão da democracia não apenas redefiniu os alicerces políticos, mas também abriu portas para uma abordagem amplamente inclusiva e participativa. Nesse cenário, as oportunidades se multiplicaram, permitindo o reconhecimento, a valorização e a promoção abrangente da rica diversidade cultural que permeia o país.

A abertura democrática traz consigo também um marco legal e teórico que demanda um repensar de toda a estrutura administrativa e organizacional guineense. Da mesma maneira, repensar o compromisso nacional sobre o país, os poderes constituídos e as próprias políticas públicas eram dever do Estado e da sociedade em geral. A democracia traz consigo, ainda, um conjunto de direitos fundamentais que terminam por colocar a sociedade de um modo geral como verdadeiro vedor da atuação estatal. No entanto, a relação entre o Estado e cultura no país é complexa e multifacetada, influenciada por vários fatores históricos, políticos e sociais. Essa complexidade será explorada com maior profundidade nos capítulos dois e três

1.3. Campo Teórico-Metodológico: costurando os fios da pesquisa

Após uma revisão diligente dos relatos históricos, este trabalho apresenta questões teóricas, desenvolvidas através das categorias de análises “cultura” e “política cultural”. Na qual, a categoria cultura está inserido em um amplo cenário de debates que abrange várias áreas do conhecimento e adquire diferentes definições em cada uma delas, muitas vezes sem critérios claros ou de forma fragmentada. Assim, optamos por concentrar nossa análise na

concepção de cultura na perspectiva interdisciplinar, mais precisamente dentro da tradição marxista.

Nesse contexto, a cultura é vista como um termo capaz de abordar o ser humano como uma entidade materializada na condição de ser social. A cultura, portanto, desempenha um papel fundamental na formação do ser social, na análise e avaliação de sua vida social, nas relações com a natureza e com outros indivíduos. Isso se alinha com as declarações de Konder (1993, p. 159), que destacam que “[...] a cultura é esse plano no qual os seres humanos exercem plenamente seu poder de invenção, sua criatividade maior, sua efetiva liberdade”.

A escolha de investigar esse assunto dentro da tradição marxista não foi feita por acaso. Percebemos que as abordagens de Marx em relação à totalidade, além das categorias fundamentais do materialismo histórico, oferecem elementos distintivos para analisar a cultura. Essa perspectiva analítica foi desenvolvida por estudiosos da tradição marxista e dos estudos culturais, como Gramsci (1997, 1999), Williams (2003, 2007), Thompson (1998) e outros.

Por outro lado, é importante notar que, ao abordar a tradição marxista, não estamos nos referindo a um conjunto uniforme de ideias. Pelo contrário, reconhecemos que o que é comumente chamado de marxismo engloba uma variedade de tendências e formulações teóricas altamente distintas e, em alguns casos, conflitantes.

No entanto, acreditamos que essa abordagem marxista não coloca a cultura em uma posição de subordinação ou passividade, mas, pelo contrário, atribui a ela uma dinâmica notável e a capacidade de acompanhar o desenvolvimento histórico da realidade.

Seguidamente, parte-se, de uma segunda categoria, trata-se de políticas públicas de cultura ou políticas culturais, na qual adotamos a definição de Nestor Garcia Canclini. A definição elaborada pelo teórico argentino, juntamente com as discussões que a envolvem, permanecem pertinentes e desfrutam de um considerável reconhecimento no âmbito dos estudos culturais. Dado o seu relevante papel na discussão que estamos apresentando, reiteramos aqui a concepção de políticas culturais formulada pelo autor, a qual o define como:

O conjunto de intervenções realizadas pelo estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um determinado tipo de ordem ou transformação social (CANCLINI, 2001, p.65) (tradução nossa)

O autor, posteriormente, o revisou esse conceito, adicionando o seguinte esclarecimento: “No entanto, essa abordagem precisa ser expandida levando em consideração a natureza transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade”. Isto é, um

método de intervenção que, por meio de formulações ou propostas, busca envolver vários atores com o propósito de instigar transformações na sociedade mediante a influência da cultura. A complexidade desta definição também está relacionada com as concepções específicas de política e cultura pretendidas.

Diante do exposto, dois aspectos fundamentais que merecem destaque na definição do autor: primeiro os atores sociais que devem estar envolvidos nas políticas culturais; e segundo, os objetivos dessas políticas. No que refere a atores, o teórico frisa que, as intervenções necessitam envolver os poderes públicos, as instituições civis e entre outros agentes. O autor do mesmo modo salienta que a política cultural necessita ter como objetivo norteador o desenvolvimento simbólico, atender as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de ordem ou transformação social.

Neste trabalho, partimos da premissa da análise de que a relação entre Estado e Cultura na Guiné-Bissau tem o seu percurso histórico marcado, fortemente pela formação do Estado Guineense. Assim, o presente estudo se insere no acúmulo histórico e institucional da Guiné-Bissau (1994-2020). Na base desse pressuposto, o objetivo da dissertação foi analisar a relação entre o Estado e Cultura na Guiné-Bissau durante o período democrático. A partir dessa análise, buscamos compreender os desafios enfrentados pelo Estado guineense na promoção e preservação da cultura nacional, bem como as estratégias e medidas adotadas para fortalecer a identidade cultural do país.

Assim, o objeto desta pesquisa consiste na relação entre Estado e Cultura a seguir a independência, período democrático na Guiné-Bissau, relação que se configura mediante as ações dos diferentes sujeitos e instituições sociais, leis e políticas estatais e governamentais na formulação de políticas públicas de cultura.

A relação entre o Estado e Cultura é um tema de grande relevância e interesse acadêmico, uma vez que as políticas culturais exercem um papel crucial na construção e na consolidação da identidade de um país. No caso específico da Guiné-Bissau, a valorização da cultura se torna ainda mais relevante, levando em conta a pluralidade étnica e a diversidade cultural existente em seu território. Dessa maneira, compreender como o Estado tem se relacionado com a cultura no período democrático é essencial para identificar os avanços, os desafios e as potenciais melhorias que podem ser implementadas para promover um ambiente culturalmente enriquecedor e inclusivo.

Este trabalho, que se insere, dentro do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, na área de concentração Políticas Públicas e Movimentos Sociais e linha de pesquisa Estado, Cultura e Políticas Públicas, justifica-se em

apresentar uma contribuição a todo sujeito e instituições culturais do país, ainda que indiretamente, demarcando assim um posicionamento sobre a essência da cultura na agenda governamental.

O outro motivo que torna mais relevante o desenvolvimento de um trabalho desta natureza está relacionado ao fato de que a bibliografia sobre políticas públicas de cultura ou políticas culturais na Guiné-Bissau, ainda é muito escassa. Num país que tem poucos quadros na área de cultura e políticas culturais, então, estudar essa realidade como estudamos nessa dissertação possibilitará conhecer os entraves e os avanços no processo de desenvolvimento cultural.

A outra justificativa é de interesse pessoal, entender a atualidade, o setor administrativo cultural e como estes funcionam. Nesse sentido, perquirir o caso específico da Guiné-Bissau nos permitirá compreender como as ações culturais têm sido desenvolvidas e implementadas, em consonância com os ideais democráticos e as demandas da população guineense.

O trabalho enfoca a partir de 1994, período da democratização na Guiné-Bissau, ou seja, período que começou o primeiro Estado eleito democraticamente, até 2020, o ano que foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura, desmembrando, portanto, da antiga Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto.

Certamente, na conjuntura atual, este trabalho pode contribuir no debate sobre o papel do Estado na promoção e proteção da cultura na Guiné-Bissau. Portanto, a importância desta pesquisa é interminável tanto para o setor administrativo cultural guineense que grita de socorro, quanto para o governo que desempenha um papel invisível no cenário cultural. Considerando isso, este trabalho pode contribuir para entender o panorama cultural guineense e na promoção e criação de políticas que possam oportunizar a valorização e desenvolvimento da cultura no país.

A partir dessas questões apresentadas, questiona-se: Como se dá a relação entre Estado guineense e cultura no período democrático? E quais os principais determinantes nessa relação? Neste sentido, vamos tentar equacionar algumas questões que envolvem a hipótese deste trabalho. Assim, quais são as principais ações culturais empreendidas pelo Estado guineense e como elas influenciaram a relação entre o Estado e a cultura? Quais são os desafios enfrentados pelo Estado no empreendimento efetiva das ações culturais na Guiné-Bissau? Como a participação da sociedade civil e das comunidades locais tem sido envolvida na formulação e implementação de políticas culturais no país? Quais são os principais marcos

legais e institucionais relacionados às políticas culturais na Guiné-Bissau e como eles têm sido implementados?

Para tentar responder a essas questões, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem de dimensão qualitativa. A estratégia metodológica elaborada leva em consideração a realização de análise dos dados bibliográficos, de modo a explorar e analisar as categorias delimitadas nesta dissertação, com base naquilo que a literatura nacional e internacional, e de caráter interdisciplinar assiste para o tema, de modo a propiciar a apreensão de diferentes saberes e conhecimentos à volta do fenômeno a ser investigado.

Na revisão bibliográfica, foi necessária consultar *sites*, livros, teses, dissertações, artigos, revistas e documentos oficiais. Também se fez consulta de fonte digital ou internet: sites das organizações nacionais e internacionais, páginas, notícias, jornais etc.

A dissertação toda recorreu às várias áreas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, da abordagem em torno de alguns conceitos do campo de políticas públicas, das concepções teóricas da cultura e políticas públicas de cultura, passando pelas áreas da Ciência política, da Sociologia, Antropologia cultural e da História. Através de análises conjunturais, buscamos destacar algumas ferramentas para compreender inicialmente os mecanismos e os processos de estrangulamentos de políticas públicas guineenses a partir de mecanismos tais como o processo de construção do Estado e as diferentes rupturas que o país tem enfrentado ao longo desses anos.

As estratégias básicas para compreensão e debate da temática se dão com a leitura de autores que discutem Cultura, Política Pública e Políticas culturais através de uma extensa pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi, (2007, p. 71) não é uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem chegando a conclusões inovadoras [...]”.

Por outro lado, realizamos uma investigação de documentos oficiais com o objetivo de analisar as atividades do governo no campo da cultura, utilizando os registros empregados pela SEJCD e SEC, incluindo os documentos internos como relatórios, plano de ação e entre outros documentos os quais abordam temas culturais.

De acordo com Gil (2010) a abordagem documental apresenta benefícios significativos, pois, oferece uma fonte consistente e abundante de informações, não acarreta despesas substanciais, evitando qualquer necessidade de interação com os participantes do estudo, ao mesmo tempo em que viabiliza uma análise aprofundada dos dados disponíveis. Fávero e Centenário (2019, p. 172) caracterizam a pesquisa documental “[...] como um

processo que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

No pensamento marxista, os documentos são importantes para desvendar e analisar as estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade, bem como para identificar as contradições e as lutas de classe que moldam a história e a evolução das sociedades capitalistas. Contudo, na contemporaneidade, influenciada pela globalização, a concepção de documento, conforme apontado por Cellard (2012) engloba qualquer vestígio proveniente do passado, abrangendo todos os elementos que funcionam como testemunho.

Assim, fizemos o levantamento documental que implicará na seleção e análise de documentos normativos e oficiais que têm relação com o objeto de pesquisa. É de suma importância apontar que encontramos muitas dificuldades para a coleta dos dados documentais tanto no domínio físico e virtual, quanto nas instituições públicas e privadas. Deparamos com diversas instituições que não possuem site, sobretudo, instituição que tutela a cultura.

Ora, mesmo diante desses empecilhos, a vontade com a relação ao meu objeto de estudo manteve-se, tendo em conta a pertinência dos mesmos, fato que me deram ainda mais a certeza de que estou caminhando numa estrada certa e contribuindo da melhor forma possível, tanto para o campo acadêmico quanto para meu país.

Diante do exposto, estruturaram-se os esforços interpretativos e investigativos aqui realizados em três capítulos, a seguir apresentados:

No primeiro capítulo, estabelecemos um contexto histórico e examinamos os principais modelos de análise. Isso oferece uma base teórico-conceitual essencial para compreender a política pública por meio de uma abordagem interdisciplinar. Além disso, concentramos nossas análises nesse capítulo na cultura, adotando uma perspectiva interdisciplinar, particularmente alinhada à tradição marxista. Dentro dessa configuração, a cultura assume a capacidade de retratar o ser humano como uma entidade que se realiza em sua condição de ser social. Encerrando o capítulo, empreendemos uma análise que revisita conceitos e revisa a evolução sócio-histórica da política cultural.

No segundo capítulo, buscamos apresentar de maneira concisa algumas ideias que ajudam a compreender como se deu a formação do Estado na Guiné-Bissau e como essa formação impactou a cultura entre 1994 e 2020. Começamos essa análise pelo surgimento do PAIGC e pela luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, eventos que contribuíram para a configuração do que agora chamamos de Estado frágil na Guiné-Bissau.

No terceiro capítulo, com base nos documentos acessados refletimos a respeito da relação entre Estado e Cultura, na qual situamos as ações públicas do Estado no setor da cultura, e seus embaraços.

Por fim, nas considerações finais, são resgatadas dos principais pontos debatidos nos capítulos anteriores, buscamos fazer uma síntese das principais conclusões da nossa pesquisa, a partir das discussões contidos na bibliografia consultada e das informações obtidos a partir dos documentos oficiais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

As análises sobre as políticas públicas de cultura têm gerado veementes debates, em quase todas as correntes teóricas no campo da cultura: estruturalismo, pós-modernismo, marxismo. Desde pelo menos, o século XX, diversos pesquisadores europeus, norte-americanos, latino-americanos e africanos têm se debruçado sobre este campo, e, seguidamente no século XXI, é notório um crescente estudo em diferentes perspectivas teóricas, sobre políticas públicas direcionadas para o campo da cultura, apesar de que recaiam sobre a Europa os olhares dos pesquisadores sobre a temática (MELO, 2023).

O presente capítulo está estruturado em quatro seções que não são distintas, mas complementares.

A primeira parte deste capítulo explora a contextualização histórica e os principais modelos de análise – formulação, implementação e avaliação, proporcionando uma base teórico-conceitual para compreensão da política pública por meio de uma análise multidisciplinar. Enquanto alguns enxergam a política pública como um campo de conhecimento, outras perspectivas emergem das teorias explicativas sobre o papel do Estado. As Políticas Públicas têm despertado o interesse de pesquisadores, políticos e diversas organizações da sociedade civil em várias regiões, como demonstrado por estudos de autores como ARETCHE, (1995); DYE, (1984); FARIA, (2003); GELINNSKI, SEIBEL, (2008); KAY, (2006); RUA, (1998); SOUZA, (2002, 2003, 2006, 2008); SILVA, (2008).

Em um segundo momento, as análises deste capítulo direcionam-se na abordagem da cultura, sob uma perspectiva interdisciplinar, mais precisamente inserida na vertente da tradição marxista. Nesta configuração, a cultura adquire o poder de representar o ser humano como uma entidade concretizada na sua condição de ser social.

Por fim, o diálogo nas duas últimas seções do primeiro capítulo concentra-se em resgatar o contexto sócio-histórico das políticas culturais de maneira geral, com ênfase na perspectiva voltada para o continente africano. Esse continente se destaca como um território complexo, considerando a riqueza da diversidade cultural intrínseca à região.

2.1 Políticas Públicas: Campo de Conhecimento e Ação Governamental

O campo teórico sobre as políticas públicas, por um lado, as situou como área de conhecimento multidisciplinar e, de outro lado, como atinente às ações dos governos. De grosso modo, destaca-se que neste trabalho a intenção não se resumiu em tratar ambas as perspectivas como campos isolados, todavia, antes, ligados a círculos de saberes, de pluralidade epistemológica. As políticas públicas, evidentemente, apresentam diversas explicações analíticas, podendo ser problematizadas através de diversas estruturas complexas e dinâmicas.

A criação de modo de produção capitalista no mundo moderno, inicialmente estabeleceu o limite no Estado à participação nos assuntos públicos, por tanto observou o mercado como o mecanismo interventor o qual se regulam os diferentes aspectos da vida social. Diante do exposto, o filósofo e economista britânico Adam Smith impelida a expressão *laissez faire, laissez passer* na economia liberal do século XVIII, referindo assim que, o Estado pode intervir em três tarefas principais, ambas podendo ser reveladas como provisão de bens públicos.

A primeira tarefa principal se refere ao provimento de uma força militar para “proteger a sociedade da violência e das invasões de outras sociedades independentes” (SMITH, A., 1999, p. 289); A segunda condiz com administração da justiça com a finalidade “de proteger tanto quanto possível todos os membros da sociedade contra a injustiça ou os ataques de qualquer outro membro” (SMITH, A., 1999, p. 315); e o terceiro, na criação e manutenção de serviços e instituições “que, embora possam ser altamente benéficos para uma sociedade, são, todavia, de uma natureza tal que o lucro jamais poderia compensar a despesa para qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos” (SMITH, A., 1999, p. 333).

Para Moreno-Cubillos (2017, p. 55), essa época faz parte daquelas atividades, bens e organizações que objetivam a instrução do povo,

[...] ou facilitam o comércio da sociedade (com, por um lado, a construção e conservação de boas estradas, pontes, canais navegáveis, portos e a infraestrutura para o transporte de mercadorias em geral; e por outro lado, o fornecimento de fortes, locais e pessoas para a proteção das mesmas mercadorias ou a solução de disputas de tipo comercial que surjam em territórios estrangeiros dando início à existência de embaixadores).

Ante o exposto, o provisionamento de bens e serviços públicos vistos como problemáticos ou muito dispendiosos, mas indispensáveis para o desenvolvimento do sistema de produção de capital foram encargos conferidas ao Estado pela mediocracia que dispunha os meios de produção e necessitava ampliar seu poder de acumulação. Assim, a ingerência mínima do Estado capitalista em seu período liberal apresentou como principais preocupações a formação e alicerce de

corpos para a segurança militar tanto ao nível externo quanto ao interno; corpos para o judiciário e a elaboração de normas que minimizassem conflitos internos; corpos para manutenção das relações exteriores que apoiaram especificamente as tarefas do comércio exterior; infraestrutura interna para facilitar os processos de intercâmbio local, nacional e internacional; e educação (MORENO-CUBILLOS, 2017, p.55).

Com a certeza de que o Estado possui recursos para acumular capital e a influência de novos mecanismos impulsionados e financiados pela burguesia, os avanços científicos desencadearam melhorias nos processos industriais. Esse movimento teve seu início na Inglaterra a partir da metade do século XVIII e se estendeu por toda a Europa, tornando-se um objetivo político nacional em muitos desses países.

Independentemente dos avanços, Pastorini (2007) constatou-se o pauperismo da classe trabalhadora, sua exclusão e a exasperação das desigualdades sociais como aprofundamento de fenômenos sociais, capazes de ser compreendidos a começar da base da lei absoluta geral de acumulação capitalista.

Nesse ínterim, deriva-se a designada ‘questão social¹’ substituindo uma ameaça à ordem social estabelecida. Nesta conjuntura, a classe operária faz presente no cenário político da Europa Ocidental, na qual as lutas sociais excederam a questão social para o âmbito público demandando a intervenção do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

No decurso do tempo, como saída para as questões ligadas à regulação das finanças, concebeu-se na conferência de Bretton Woods² em 1944, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (Banco Mundial).

Em 1948, foi instituída a Organização do Comércio Internacional, por meio do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, sugerido por John Maynard Keynes, que abordava sobre regras básicas para o Comércio Internacional e

¹ 'Questão Social' foi criada no fim do século XIX, referindo-se inicialmente às disfunções da sociedade industrial emergente. Os dividendos do crescimento e as conquistas das lutas sociais tinham permitido transformar profundamente a condição do proletário daquela época (ROSANVALLON, 1998 p. 23).

² Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas que teve participação de 44 delegados de países aliados.

outros assuntos econômicos. Todavia, a referida proposta não foi aceita no congresso americano, visto que seria substituída pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1950 (MORENO-CUBILLOS, 2017).

Ao realizarmos um exercício reflexivo sobre as questões ligadas à regulação das finanças, que culminou na conferência de Bretton Woods, podemos perceber que o FMI, O Banco Mundial, o GATT e as Nações Unidas se apresentam como as entidades predestinadas a moldar o avanço econômico, social e político global. A adoção dessa perspectiva por essas instituições resultou na imposição de medidas de austeridade e condicionantes em diversos países em desenvolvimento, com destaque para a Guiné-Bissau, como exemplo específico.

A Guiné-Bissau pela fragilidade de sua capacidade econômica e a alta taxa de inflação logo após a independência, viu-se em uma situação de insolvência e escassez de capacidade produtiva. Nesse período, as influências das Agências de Bretton Woods já começavam a ser perceptíveis em nações com economias de médio porte.

A partir disso, “o então partido único, PAIGC, partido libertador, teve que se submeter às pressões ou, ‘chantagens’ que o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial faziam aos países africanos a exemplo de Guiné-Bissau” (TEIXEIRA, 2017, p. 9). Essas agências, certamente, estavam mais determinadas em concretizar o seu plano liberal de abertura de mercado. No entanto, para se sair da situação em que países africanos se encontravam, FMI e Banco Mundial vão propor uma série de pacotes e condições.

Com efeito, a maior parte dos países, principalmente as periféricas, que na época estavam gerando suas economias, tiveram que aderir o modelo oferecido pelo Banco Mundial e FMI como única saída existente (KI-ZERBO, 2009). Na nossa visão e concordando com a opinião de Teixeira (2017), os países foram obrigados a implementar as medidas e políticas de proposta de empréstimo pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetária internacional (FMI) devido às condições de insolvência econômica em que se encontravam.

A análise da conjuntura econômica, social e política global, que se deu pela direita neoliberal conteve uma repercussão maior, sendo esta que predominaria e teria um peso mais forte na forma de atuação dos governos. Com base nessa interpretação (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 64), é considerado que a crise do Estado Providência se manifestou em três aspectos:

Uma crise financeira porque as demandas sociais requerem cada vez mais ingressos para sua cobertura, uma crise de gestão originada na incapacidade do Estado para gerenciar as soluções propostas para os problemas sociais e a quantidade de recursos que o aparato estatal precisava para seu funcionamento, e uma crise filosófica que se apreciou na perda do princípio de solidariedade e o fracasso da concepção tradicional dos direitos sociais.

Fora isso, Behring e Boschetti, (2007, p. 126) apontam que a crise do Estado Providência resultava do poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que corroem as bases da acumulação, e do aumento dos gastos sociais do Estado, o que desencadearia processos inflacionários. Ainda, as autoras disseram que a hegemonia neoliberal “não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico” (BEHRING & BOSCHETTI 2007, p. 127). Contrariamente, foi nesta nova fase de produção capitalista que se geraram transformações na sociedade que exacerbaram as débeis condições de vida da classe trabalhadora e levaram ao controle praticamente pleno dos Estados Unidos, que submeteram um conjunto da economia mundial capitalista à lógica financeira global (PASTORINI, 2007)

Posto isto, foi reunida pela Alejandra Pastorini (2007) dois tipos de mudanças, a saber: mudanças no mundo do trabalho e mudanças no Estado. Nas primeiras mudanças a autora constata como a principal característica da flexibilização das relações trabalhistas produto das mudanças dos procedimentos de produção que impulsionaram à informatização do processo de automação (tecnificação). Sob outro enfoque, as mudanças acontecidas no Estado forjaram à contenção dos gastos sociais em virtude da crise fiscal, tornando-se em “um Estado que desregula, regulando de outras, ou seja, é um Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (PASTORINI, 2007, p. 39).

As referidas mudanças produziram resultados nas formas de sociabilidade, uma vez que se privilegiou o papel do mercado como regulador da vida social perante um pensamento praxe e produtivista que ratificou o individualismo abrangendo todos os aspectos da vida, diminuído assim os direitos políticos, com o discurso “tudo em nome dos direitos civis (principalmente o direito à propriedade)” (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 66). Portanto, “[...] para os neoliberais, só na sociedade livre de mercado os indivíduos podem se desenvolver plenamente, optar sobre o que fazer e o que não fazer, sem que exista uma autoridade (Estado) que lhes imponha o que deve ser feito” (PASTORINI, 2007, p. 41).

Dito isso, podemos afirmar que as políticas públicas se consolidaram e se expandiram durante o período da Guerra Fria (1945-1991), com o crescimento do Estado de Bem-Estar em várias nações ao redor do mundo, especialmente nos países ocidentais. Essas políticas se tornaram uma ferramenta científica utilizada pelos governos para tomar decisões relacionadas às demandas públicas, e essa abordagem se estendeu progressivamente ao âmbito social.

Nesse ínterim, compreender a gênese e a teoria de um campo de conhecimento é fundamental para assim adequadamente entender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. Assim sendo, as políticas públicas como um campo de conhecimento e

disciplina acadêmica surgem nos Estados Unidos, como uma subárea das ciências políticas, com análises sobre por que os governos que escolhem pela execução de diferentes ações e também despedaça dos tempos empregadas pela norma europeia de estudos e pesquisa nessa área, que se centralizavam, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (SOUZA, 2006, p. 3).

[...] na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

A autora Celina Souza (2006) coopera ao tecer alguns encadeamentos sobre o estado de arte das Políticas Públicas, quer como uma área de conhecimento, quer como ações concernentes aos governos e produtos do pós-guerra na Europa. Outrossim, cabe destacar que “o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. (SOUZA, 2006, p. 22).

De acordo com Melo (2023) essas perspectivas vão influenciar o modo como o debate sobre as políticas públicas chegam a países da América Latina e África. Ademais, “as últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação”. (SOUZA, 2006, p. 20).

Os estudos sobre as influências das reflexões no campo das Políticas Públicas são recentes, ainda que tenham alcançado espaço no universo acadêmico nas últimas décadas. Começando da literatura clássica à contemporânea, não há uma definição teórica única sobre o que se entende por esta área do conhecimento.

Perante exposto, para melhor compreender o processo de construção epistemológica do campo das políticas públicas e, antes de adentrar em um debate mais conceitual, é essencial pontuar quatro nomes considerados pela literatura, pais fundadores desta área: Harold Laswell, estadunidense, foi um importante sociólogo, psicólogo e cientista político do século XX com formação na Universidade de Chicago, era defensor de que quaisquer ciências poderiam dialogar com os diferentes campos teóricos.

Tal visão o levou a ser reconhecido como um pesquisador multidisciplinar. Uma grande contribuição deste pesquisador para o campo das Políticas Públicas foi a introdução do

termo *policy analysis* nos anos de 1930, com o intuito “de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo”. (SOUZA, 2006, p. 23). Deste modo, nota-se que na perspectiva de Laswell há um forte traço e tendência à defesa do racionalismo no esforço de defesa de ser possível tornar as ações dos governos analisadas à luz da ciência.

Herbert Alexander Simon, economista estadunidense, outro importante nome que se solidificou como um dos pais fundadores do campo das Políticas Públicas, é também outro defensor da ênfase no racionalismo à semelhança de Laswell. Simon formalizou em 1957, o conceito de racionalidade limitada dos decisores políticos com a perspectiva sobre os estudos de *policy makers*. Para o teórico, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por vários problemas associados à informação inacabada ou imperfeita, o tempo limitado para tomada de decisão, o auto- interesse dos decisores, etc.;

[...], mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção dos resultados visados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios. (SOUZA, 2002, p. 3-4)

Simon aventou como importante a dimensão da racionalidade, precisando ser levada em conta essencialmente pela área das Políticas Públicas, nomeadamente na dimensão do ofício dos *policy makers*, estes por sua vez, devendo pautar suas ações no campo científico. Para Simon, as normas que dominam a atenção pública, os princípios que orientam a ação política e, as condições que instituem que ações serão escolhidas, seriam três aspectos primordiais em todos os processos de decisão neste modelo de tomada de decisão, os decisores dispõem de poder de determinar quais os valores a serem potencializados e quais as opções que melhor serão capazes de contribuir nessa direção (RUA, 1998).

Não obstante, de um lado a ênfase nos estudos de Políticas Públicas, para Laswell e Simon perpassa fortemente pela racionalidade, do outro lado Charles Edward Lindblom, professor emérito de Ciência Política e Economia da Yale University, também pai fundador da área em questão, interpelou sobre tamanho foco atribuído ao racionalismo nos debates dos fenômenos referentes a esta área, como outrora defendidas por seus conterrâneos estadunidenses.

Lindblom, cientista político, suas principais contribuições para elaboração da área das Políticas Públicas como ciência constituiu-se na introdução das variáveis que deveriam ser

consideradas no estudo desta área, como as relações de poder e a integração das fases do processo decisório. Para isso, de acordo com (SOUZA, 2008, p. 68), ele

[...] questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí porque as políticas públicas precisam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Pois bem, a visão seguida/defendida pela estadunidense Lindblom apresenta outras dimensões que consideram como necessárias à análise das políticas públicas, como a das relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. Para além de analisar que a solução de problemas se realiza de forma gradual sem provocar grandes rupturas (RUA, 1998). Ainda traz em debate o acionamento da racionalidade como caminho único/exclusivo para pensar este campo (MELO, 2023).

Certamente, o teórico não nega a importância da racionalidade, ora, sua intenção era alertar para outros fatores constituintes desta área analítica, como “eleições, burocracias, partidos políticos e grupos de interesses que não podem ser apreendidos exclusivamente pelas lentes de uma racionalidade revestida de neutralidade” (MELO, 2023, p. 31).

David Easton, o quarto pai fundador, cientista político estadunidense, foi professor de Ciência Política na University of Chicago. Entre 1953 e 1965 o aporte de Easton designa a política pública como um sistema no qual se associam elementos para a formulação, resultados desejados e o espaço onde se tomam as decisões. De acordo com Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 5).

Diante do exposto, percebe-se que Lindblom e Easton coadjuvaram na inserção de outras variáveis nesta área, tais como, por exemplo, o papel das eleições nos governos democráticos, chamando a atenção para as relações de poder intrínsecas a tal debate. Os quatro teóricos, certamente, contribuíram para a construção da perspectiva sobre as Políticas Públicas, ainda no século XX, inscrevendo as ações dos governos como analisáveis à luz da ciência.

Importa ressaltar que esses teóricos referentes à formação vieram de um lugar comum à formação em universidades estadunidenses e o campo das Ciências Sociais Aplicadas, apesar de serem de experiências multidisciplinares em diferentes áreas do conhecimento. Laswell 1930, Simon 1957, Lindblom 1959 e 1979 e Easton 1953 e 1965, além de partirem de

um mesmo local de fala – os Estados Unidos – têm como elemento em comum nas suas teorias a tentativa de propor e consolidar as Políticas Públicas como uma área de conhecimento, rompendo assim com a perspectiva de redução desta, exclusivamente, a uma visão associada ao tecnicismo e à perspectiva europeia.

Avançando, por não existir uma única nem melhor definição sobre política pública. Mead (1995), vai definir a política pública como um campo inserido no estudo da política que analise o governo a partir da visão de grandes questões públicas, já Lynn (1980) define como um complexo de ações do governo que irão produzir resultados particulares. Por outro lado, “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, foi entendimento de Dye (1984, p. 3). A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou melhor, as decisões e análises sobre políticas públicas pressupõem responder às questões como do tipo “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Nos anos 1964 e 1972 surgiu outro aporte clássico, elaborada por Theodor Lowi, refere-se à classificação das políticas públicas, tipificado de acordo com seu objetivo, apresentando quatro categorias: as distributivas, que contém impactos mais individuais que universais, ao privilegiar determinados grupos/regiões em detrimento do todo. As regulatórias – envolvem à burocracia, aos políticos e aos grupos de interesse; já as redistributivas afetam um grande quantitativo de pessoas e exercem pressão pelos danos/perdas concretos a determinados grupos sociais; por último, a categoria apontada pelo autor chama políticas constitutivas – atuam com procedimentos para a implementação das três anteriores (GELINSKI & SEIBEL, 2008; SOUZA, 2006, 2007).

Uma vez que o campo das políticas públicas é de cunho multidisciplinar, há diferentes concepções que contém elementos associados com a ação (ou não ação) do Estado para encontrar caminhos a problemas socialmente relevantes que são colocados em evidência na sociedade por meio de diversos mecanismos e por diferentes sujeitos.

Conforme Rua (1998), essa ideia de ‘não ação’, não condiz à ausência de decisão sobre uma questão que foi incluída na agenda política, mas resulta no reconhecimento de temáticas que amedrontam profundos interesses que refutam os códigos de valores de uma sociedade, pelo que encontram obstáculos de variada intensidade para se modificarem em um problema político e, desta forma ser integrada na agenda governamental.

Dessa maneira, mesmo sendo uma demanda social classificada coletivamente, o Estado escolhe não interferir nelas. Nesta lógica, enfatiza-se o papel dos governos, e também dos grupos de interesse e movimentos sociais na ênfase das questões, na construção das alternativas de solução, como no cumprimento das ações.

O conceito das políticas públicas geralmente carrega o entendimento de uma atuação do Estado atinente às decisões de governo para diversos setores e, desta forma, expressa determinada estratégia para a resolução de problemas econômicos sociais, culturais e entre outros. É através das políticas públicas que o Estado materializa a sua ação governativa.

As últimas décadas foram marcadas com a volta de debate da importância de políticas públicas como um campo de conhecimento, bem como das instituições, regras e modelos que comandam sua decisão, elaboração, implementação e avaliação (SOUZA, 2006, 2007). Da mesma forma que as configurações das políticas públicas e as regras que comandam suas decisões, elaboração e implementação, bem como seus processos, conforme Souza (2006, 2007), também instigam os resultados das questões inerentes às decisões sobre políticas públicas. Tais aspectos contribuíram, desse modo, para que o campo de políticas públicas entrasse no centro de grande atenção, tanto em estudos acadêmicos como em trabalhos técnicos.

De acordo com RUA as políticas públicas são *outputs* e originam-se de ações/atividades políticas (*politics*), embora não se configuram em decisões políticas.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública (RUA, 1998, p. 1-2).

Por sua vez, Di Giovanni (2009, p. 4), considera as políticas públicas como “uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas” tornando-se um espaço de relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

Maria Ozanira Silva e Silva (2008) aponta que seja qual for política pública é uma maneira de intervenção ou de regulação na comunidade que envolve e agrega em si diferentes sujeitos, quer seja o momento da deliberação de agendas e demandas sociais, ou quer seja da formulação, implementação e avaliação. A política pública para Silva (2008, p. 90), “[...] é uma resposta decorrente de pressões sociais a partir de ações de diferentes sujeitos [...] que sustentam interesses diversificados”. Exemplo disso, se verifica na burocracia, que se constitui como um desses sujeitos, agrega uma diversidade de interesses que de uma forma ou outra, são contraditórios e incompatíveis. Os burocratas podem ser considerados como notáveis agentes por formular, implementar e avaliar políticas públicas.

Do modo que se observa, nos jogos de poder subjacente nas definições sobre as políticas públicas manifestam-se outras noções para seu entendimento. Por um lado, “o que se

pode denominar o processo das políticas públicas, e, por outro lado, os sujeitos que intervêm dentro desse processo” (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 71). De acordo com Gelinski e Seibel (2008); Moreno-Cubillos (2017); Silva (2008, 2013); Souza, (2006, 2007); Viana (1996) o processo das políticas públicas (*policy cycle*) determina os movimentos, fases ou estágios pelos que percorre uma política pública a partir da sua percepção até seu desenlace teórico, que não envolvem linearidade já que no concreto o processo é capaz de acontecer de forma simultânea e contínua (DYE, 2008).

Posto isto, dentre o movimento que forma o processo das políticas públicas temos: a definição da agenda, a adoção, a formulação, a implementação e a avaliação. Saliento que não é intenção aqui fazer uma problematização mais retida sobre todos esses processos. Mas convém, mesmo que brevemente, algumas ponderações sobre o movimento do processo das políticas públicas em sua totalidade.

No que diz respeito ao primeiro movimento que é a construção do problema e da agenda, a Maria Ozanira Silva e Silva (2008, p. 92-93) disserta que

[...] esse movimento é constituído por uma lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo por força da pressão social, assumir visibilidade e transformar-se em questão social merecedora de atenção por parte do poder público (SILVA, 2008, p. 92-93).

O primeiro movimento é apontado como primordial para a elaboração das políticas públicas uma vez que ele contribuirá para impulsionar o levantamento das demandas sociais que devem constituir as agendas governamentais. Silva (2008, 2013) reforça que os partidos políticos, a mídia, os movimentos sociais e os grupos de pressão, são sujeitos fundamentais nesse primeiro movimento.

Consequentemente, conforme Rua (1998), tais demandas podem ser novas recorrentes ou reprimidas. As primeiras são as que resultam do aparecimento de novos sujeitos ou de novos problemas, as segundas apresentam problemas não solucionados ou mal solucionados e que estão a todo momento comparecendo no debate político e na agenda governamental, e as últimas engendradas como ‘estados de coisas’ que não estimulam decisões. Na mesma lógica, Celina Souza (2007) afirma que os governos determinam sua agenda por meio da persuasão para construção de consenso, da qual a utilização depende do enfoque feita nos problemas ou na política propriamente dita, respectivamente.

Viana (1996), entende a formulação como o movimento de análise de alternativas e escolha de uma delas, o que implica a identificação, avaliação e seleção das alternativas disponíveis, na qual se lidam evidentemente as preferências dos sujeitos os quais podem ou

não ter recursos de poder “influência, capacidade de afetar o funcionamento do sistema, meios de persuasão, votos, organização, etc.” (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 72), coagindo perspectiva de grupos com maior poder em detrimento dos interesses gerais ou a invisibilidade de outros grupos minoritários.

De acordo (RUA, 1998), os burocratas são apontados na formulação como sujeitos vitais no processo. É a partir desse movimento do processo das políticas públicas que se dá a formulação e se verifica a implementação. Incitando diversas instituições, sujeitos, intencionalidades e racionalidade, recursos e poder (SILVA, 2008).

Desta forma, destaca-se aqui a perspectiva da *bottom down*, visto que é nesta estratégia, especificamente e não exclusivamente, que a burocracia ocupa centralidade

Para ilustrar o desenvolvimento de estratégias no campo de formulação de políticas, são apontadas duas estratégias de maior destaque, com base no pensamento de Dye (2005): a *bottom up* e a *bottom down*. A primeira considera o estabelecimento da agenda a partir de ações que vêm de baixo para cima, defendida pelos pluralistas, que assumem que numa sociedade aberta e democrática, qualquer problema pode ser identificado por indivíduos ou grupos, partidos políticos, candidatos, líderes políticos, pelos meios de comunicação de massa [...]. A segunda estratégia considera o estabelecimento de agenda a partir de ações provenientes de cima para baixo, defendida pelos institucionalistas ou elitistas [...]. (SILVA, 2008, p. 93-84)

Na Guiné-Bissau, a formulação das políticas públicas percorre uma lógica peculiar. "Se, em outros contextos, é o Estado o protagonista das políticas públicas, na realidade guineense esta responsabilidade é bastante partilhada com as Organizações das Sociedades Civis" (SILVA E PIRES, 2022, p. 33)

Seguidamente, a adoção aparece como o movimento decisório de uma alternativa para o confronto da situação, situação que normalmente é anteposto por ações de legitimação ou de respaldo da sociedade com vistas a conquistar confiabilidade e ampliar a chance de sucesso. Esta engloba a constituição de leis e normas legais, e a determinação do orçamento que assegure a implementação, pelo que o sujeito relevante é o legislativo (DYE, 2008; MORENO-CUBILLOS, 2017; SILVA, 2008, 2013).

A implementação, por sua vez, em conformidade com Rua, refere-se ao complexo de ações efetuadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, que são direcionadas para consecução dos objetivos assentes. A implementação caracteriza-se como processo indispensável para a compreensão e para efetivação das políticas públicas (SILVA, 2008,2013), referido movimento envolve todas as ações precisas para desenvolver as políticas decretadas pelo legislativo, abrangendo a constituição de novas organizações ou a concessão de novas incumbência, o encolhimento de pessoal e o investimento do orçamento distribuído,

para além de estabelecer outros detalhes, como criar normas formais e decretar sanções ou processos corretivos para quem não as cumpre (DYE, 2008).

Outro elemento fundamental no processo, é a avaliação. Conforme Silva (2008) é um movimento importante para verificar o resultado, atuação e dimensão social de uma política pública concedida. O processo das políticas públicas é um movimento dinâmico e dialético, inverso, atravessado por variados interesses, tendo distintos sujeitos como envolvidos, por essa razão, esse movimento do processo das políticas públicas não percorre inevitavelmente fixada na linearidade.

Este movimento vem se desenvolvendo com força desde 1960, passando por diferentes etapas segundo os objetivos e usos dados, sendo preponderada inicialmente sobre a função de informação com o objetivo de melhorar os programas. Entrando na década de 1980 passou-se a considerar a função de apoio para a (re) alocação racional dos recursos no processo orçamentário" (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 73).

Conforme os teóricos, Lindblom (1973) Naomi Caiden (1974) e Aeron Wildavsky (1988) em seus escritos, mostram que inúmeras das decisões realizadas não mudam significativamente, mas que só se ampliam ou decaem ações sobre os mesmos problemas em conformidade com clima político do momento (SOUZA, 2006). Então, o modelo *garbage can* ou 'lata de lixo' foi instituído por Michel D. Cohen e seus colaboradores (1972) como um modelo alternativo ao racional assente na tomada de decisões.

A abordagem de Cohen (1972) foi resgatada por John W. Kingdon (1995) com a publicação original datada em 1984, que por sua vez, levando em consideração a maneira como os sujeitos atuam, ele sugeriu o modelo chamado de *multiple streams*, 'múltiplas correntes' ou 'múltiplos fluxos' alegando que as mudanças na agenda para a tomada de decisões são o efeito da convergência de três fluxos a saber: de problemas, de soluções ou alternativas e político, o qual faz com que se abra uma possibilidade de transformação onde os defensores de propostas conseguem conduzir suas soluções ou a atenção para seus problemas específicos (VIANA, 1996, p. 30).

Contrariamente aos modelos antecedentes, foi apresentado em 1988 por Paul Sabatier e Hank Jenkins Smith, o modelo de 'coalizão de defesa' que estabelece que no momento da escolha das alternativas os diversos grupos de pressão fazem alianças para sustentar a seleção de seu interesse, nessa, as crenças, valores e ideias são defendidas como fundamentais dimensões do processo de formulação de Políticas Públicas (MORENO-CUBILLOS, 2017; SOUZA, C., 2006, 2007).

Por outra via, o modelo de 'arenas sociais', de 1992, percebe a política pública como iniciativa dos decisores políticos, existindo mecanismos para chamar a atenção deles

e de seus formuladores: a divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema, eventos tais como desastres ou repetição do mesmo problema, e informações que mostram falhas da política atual (MORENO-CUBILLOS, 2017, p. 75; SOUZA, C., 2006, 2007).

Nesse sentido, os decisores e os formuladores formam uma “comunidade de especialistas” que são indivíduos fundamentais para a continuidade e sucesso de uma ideia, ou para colocar uma demanda na agenda pública, simplificando-se em torno de um assunto bem delimitado e não de políticas setoriais.

Diante de todos os modelos apresentados, em 1993 Frank Baumgartner e Brian Jones, entenderam que nenhum dos modelos desvendava de fato porque mudam as políticas públicas, à vista disso, sugeriram o modelo chamado de “equilíbrio interrompido” que ajuda compreender por qual motivo um sistema político pode manter o *status quo* por mediante políticas incrementais ou instituir transformação frenética e muito radicais nas políticas em determinadas épocas; com o que reconhecem que há momentos de estabilidade e de instabilidade que criam mudanças na agenda do governo pelo que novos problemas podem entrar em destaque (GELINSKI & SEIBEL, 2008; MORENO-CUBILLOS, 2017; SOUZA, C., 2006, 2007).

Entretanto, a política pública, pode ser interpretada como um mecanismo de coerção para conter as confrontações entre sociedade, consequência da luta pelo poder e os conflitos de interesse que emergem do convívio dinâmico entre os diferentes sujeitos (politics). Política Pública, envolve o complexo de decisões e demanda de diversas ações estratégicas referentes à atribuição imperativa de valores. “Já uma decisão política corresponde a uma escolha entre um leque de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando [...] certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis” (RUA, 1998).

2.2 Cultura: uma categoria de caráter transversal³

A categoria “cultura” está imerso em um amplo cenário de discussões, abrangendo várias áreas do conhecimento e adquirindo, em cada uma delas, definições que nem sempre são elaboradas criteriosamente e muitas vezes se mostram fragmentadas.

É relevante destacar que optamos por focar na análise da concepção de cultura dentro de uma perspectiva interdisciplinar, mais especificamente dentro da tradição marxista. Dentro

³ Tomamos a cultura como uma categoria transversal, pois, ela não é apenas um aspecto isolado da sociedade, mas algo que permeia e está entrelaçado em todos os aspectos da vida humana e da organização social.

deste contexto, a cultura se torna um conceito com a capacidade de abordar o ser humano como uma entidade materializada na condição de ser social.

A cultura, portanto, desempenha um papel fundamental na formação do ser social, na análise e avaliação de sua vida social, bem como em suas relações com a natureza e com outros indivíduos. Neste contexto, as palavras de Konder (1993, p. 159) são pertinentes ao enfatizar que “[...] a cultura é esse plano no qual os seres humanos exercem plenamente seu poder de invenção, sua criatividade maior, sua efetiva liberdade”.

A escolha de investigar esse assunto dentro do âmbito da tradição marxista não foi feita de forma casual. Percebemos que as abordagens de Marx em relação à totalidade, juntamente com as categorias fundamentais do materialismo histórico, fornecem ferramentas valiosas para examinar a cultura. Essa perspectiva analítica foi posteriormente desenvolvida por estudiosos como Gramsci (1997, 1999), Williams (2003, 2007) e Thompson (1998), entre outros, dentro da tradição marxista e dos estudos culturais.

No entanto, é evidente que, ao abordarmos a tradição marxista, não estamos nos referindo a um conjunto homogêneo de ideias. Pelo contrário, reconhecemos que o que é comumente rotulado como marxismo engloba uma variedade de tendências e formulações teóricas altamente distintas e, em alguns casos, conflitantes. Acreditamos que essa visão marxista não coloca a cultura em uma posição de subordinação ou passividade, mas, pelo contrário, a reconhece como dinâmica e dotada da capacidade de acompanhar o desenvolvimento histórico da realidade.

O estudo sobre cultura revela a complexidade e as vastas determinações que cercam esse tema, que vão desde a sua simplificação, considerando-a apenas como demarcação identitária através de manifestações artísticas, até a compreensão de sua dinâmica intrinsecamente ligada ao contexto social, político e econômico. Essa complexidade torna a cultura um dos conceitos mais desafiadores de se explicar.

Em concordância com Williams (2003), podemos afirmar que a categoria “cultura” é uma das mais complexas e desafiadoras de se definir, devido à sua evolução histórica e à diversidade de significados que foram atribuídos a ela em diferentes línguas. Conforme as ideias de Williams (2003), Terry Eagleton (2005, p. 9) também destaca que a palavra “cultura” é considerada “uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua”. Essas variações incluem, por exemplo, o conceito de cultura como o modo de vida de um povo ou como a prática de atividades intelectuais, especialmente as artísticas.

Segundo o pensador galês, Williams (2003),

A cultura é uma das duas ou três palavras mais complicadas na língua inglesa. Em parte, isso se deve ao seu complicado desenvolvimento histórico em várias línguas europeias, mas, principalmente, porque hoje veio a ser usado para conceitos importantes em várias disciplinas intelectuais diferentes e vários sistemas de pensamento distintos e incompatíveis (WILLIAMS, 2003, p. 87, tradução nossa).

À vista disso, Raymond Williams, portanto, se põe diante da complexidade que envolve o termo cultura e suas definições ao longo do tempo, apresentando assim no seu livro “Palavra-chave” (2003) o desenvolvimento etimológico e semântico da palavra, demonstrando como as transformações históricas contribuíram para ampliar ainda mais suas conotações.

Etimologicamente, é um conceito que veio de latim, onde o seu significado carrega uma conexão muito íntegro com atividades agrícolas, da qual deriva seu significado raiz é *colere*. Esta, por sua vez, teria vários significados, como: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração, sobretudo do verbo *colere* que significa cultivar (WILLIAMS, 2003).

No entanto, originalmente, o termo estava associado ao trabalho manual e significava “lavoura” ou “cultivo agrícola”. Assim, uma palavra que antes se referia a uma atividade material específica acabou se envolvendo, especialmente a partir do século XVIII, em um substantivo abstrato que descreve o desenvolvimento intelectual geral, tanto no sentido individual quanto no coletivo (EAGLETON, 2005).

A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a picasso, do lavar o solo à divisão do átomo [...] Talvez por detrás do prazer que se espera que tenhamos diante de pessoas ‘cultas’ se esconda uma memória coletiva de seca e fome (EAGLETON, 2005, p. 10).

Como podemos perceber, o autor explora o amplo significado do termo “cultura” ao longo do tempo e destaca como essa palavra reflete a evolução da humanidade, passando de um estado rural para um estado urbano. Para o autor, a palavra “cultura” se desdobra semanticamente para abarcar essas mudanças históricas na sociedade humana, à medida que a vida rural evolui para a vida urbana.

Além disso, Eagleton (2005) utiliza exemplos contrastantes para ilustrar essa mudança, mencionando a transição da criação de porcos para a apreciação de obras de arte, como as de Picasso, ou da agricultura no solo para a compreensão da divisão do átomo. Esses exemplos destacam a transformação radical nas atividades humanas e no foco da sociedade, indo da subsistência básica à busca pelo conhecimento e à expressão artística mais refinada.

Com grande clareza, Eagleton (2005, p. 11) destaca que,

Se a palavra ‘cultura’ guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais.

Neste único termo entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado.

Por sua vez, Cuche (1999) traz à tona aspectos relevantes ao delinear a evolução histórica e semântica da palavra “cultura”. Segundo sua análise, o século XVIII marca um ponto decisivo nessa discussão, especialmente no contexto da visão francesa da época. Em 1700, a categoria “cultura” já tinha uma longa trajetória no léxico francês e, com raízes no latim, carregava, como mencionamos anteriormente, a ideia de dedicação aos campos e ao gado. Era utilizado para se referir a uma parte de terra cultivada ou para descrever uma ação específica: o ato de cultivar.

A partir da segunda metade do século XVIII, conforme observado por Bezerra (2006), esse significado começou a coexistir com uma conotação figurada que se referia ao desenvolvimento intelectual de uma faculdade humana. Isso implicava na ideia de que era possível se engajar em esforços intelectuais para aprimorá-la. De acordo com a autora,

É este sentido figurado que irá se impor no século XVIII e que fará parte do vocabulário do Iluminismo, designando a “formação”, a “educação do espírito humano”. Assim, cultura passa a designar o estado de espírito cultivado pela instrução, passa a constituir o termo cujo adjetivo é “culto”, e não “cultural” (BEZERRA, 2006, p. 36).

Os filósofos do Iluminismo consideravam a cultura como um dos fatores distintivos da condição humana, opondo-se conceitualmente à ideia do ser humano como parte da natureza. Conforme Bezerra (2006, p. 36) “é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade ao longo de sua história. É própria do ser humano e está além de qualquer distinção entre os povos. ” “[...] é a palavra ideal para um momento de extrema confiança no projeto de modernidade construído pelo Iluminismo. ”

Por outro lado, a interpretação alemã do conceito de cultura, segundo Bezerra (2006), traz um elemento distintivo de grande importância nos debates que surgiram a partir do século XVIII. Uma elite intelectual alemã considerava-se responsável por construir, expandir e disseminar uma específica “cultura alemã”, fundamentada em valores relacionados à ciência, arte, filosofia e religião. “Para uma nação que ainda não conseguira sua unificação política, a Alemanha procurava, então, afirmar sua existência glorificando sua cultura” (Bezerra, 2006, p. 37)

Diante disso, Martins (2019) enfatiza que a partir do século XVIII, principalmente na Alemanha, surgiram os primeiros estudos sobre questões culturais, com foco em intelectuais que exploravam a narrativa histórica para compreender o progresso das populações no contexto das condições materiais em que estavam inseridas.

Todavia

[...] foi no século XIX que os estudos culturais tiveram uma expansão concomitante aos avanços imperialistas das nações, alavancados tanto por um projeto de nação e de dominação quanto por uma ruptura da concepção religiosa que era bastante presente sobre a cultura, onde as ciências humanas iniciam sua preocupação para o estudo da cultura com caráter científico. (MARTINS, 2019, p. 31)

Portanto, destaca-se aqui a relação entre o desenvolvimento dos estudos culturais e os acontecimentos históricos do século XIX. Durante esse período, os estudos culturais experimentaram um notável crescimento, coincidindo com os avanços imperialistas das nações. Esse momento é reconhecido como um período em que as ciências humanas começaram a abordar a cultura de maneira mais científica, marcando uma mudança na forma como a cultura era compreendida e analisada.

No cenário contemporâneo, de acordo com Bezerra (2006), os aspectos relacionados à demarcação e à solidificação das distinções nacionais foram herdados da concepção alemã de cultura. Isso estabeleceu uma oposição à perspectiva universalista francesa de civilização.

Para autora, os alemães consideram a “nação cultural” como um elemento anterior à nação política. Cultura significa um “conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade” (CUCHE, 1999, p. 75).

Nesse interim, as discussões sobre o conceito de cultura conforme Bezerra (2006, p. 38), a partir do século XVIII, serão profundamente influenciadas por duas perspectivas que surgiram desse confronto: uma de cunho universalista, que enfatiza a coesão e reduz as discrepâncias, e outra de natureza particularista, que reconhece e enaltece a diversidade cultural. Esta última procura mostrar, no entanto, que essa diversidade não entra em contradição com a unidade essencial da humanidade.

A partir da discussão sobre essas duas perspectivas, podemos observar que, à medida que a sociedade burguesa se torna cada vez mais complexa no período após o Iluminismo, os conceitos de civilização e cultura começaram a se afastar gradualmente um do outro.

Deste modo, Cuche (1999, p. 25) apresenta essa contraposição.

Duas palavras vão lhes permitir definir esta oposição dos dois sistemas de valores: tudo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, levandade, refinamento superficial, pertence à civilização. A cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade.

A partir destas observações feitas até aqui, precisamos, de fato, concordar com os autores supracitados e, enfatizar que a dificuldade que encontramos ao tentar conceituar a cultura reside principalmente na existência de várias interpretações sobre ela. Isso nos obriga

a realizar um exercício analítico ampla e eclético para evitar o surgimento de reducionismo que possam, por consequência, prejudicar sua verdadeira compreensão.

A categoria cultura tem, de fato, a notável habilidade de abranger ideias diversas e, por vezes, até opostas, como se fosse uma forma consagrada pelo uso comum para compreender relações sociais complexas e contraditórias. WILLIAMS (1979) nos alerta para a importância de examinarmos o conceito de cultura com uma compreensão histórica. Isso significa que devemos ter a clareza de que as questões e contradições que moldaram a evolução dessa categoria estão intrinsecamente criadas no próprio significado.

De acordo com a explicação de Williams, as dificuldades relacionadas ao conceito de cultura não devem ser atribuídas ao próprio conceito, mas sim à natureza das práticas sociais que ele busca designar. O conceito possui uma “complexidade genuína, correspondente a elementos reais na experiência” (WILLIAMS, 2001, p. 59). Além disso, não é por acaso que ele surge como resultado de uma “convergência de interesses” (WILLIAMS, 2001, p. 11).

Na assertiva de Williams (2007, p.117) “cultura era um substantivo que se referia a um processo: o cuidado com algo, basicamente com as colheitas ou com os animais”. A partir do século XVIII, a concepção de cultura passa a existir como “substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético” (WILLIAMS, 2007, p. 121).

Nesse interim, o autor foi mais profundo ao analisar o conceito da cultura como um processo social e político e ainda como uma peça de mudança social, tendo assim, um pensamento histórico marxista. Ele considera a cultura como processo histórico, diante disso, esmiúça a ideia de que a cultura é fundamental na formação da sociedade, dos indivíduos e de suas instituições (WILLIAMS, 2007).

A cultura está aferrada ao modo de vida, ao costumeiro das pessoas, sendo assim, não deve ser compreendida somente como uma noção da norma culta, erudita, formal. Diante disso, a esfera da cultura estabelece, incessantemente, situação singular para constatar como os sujeitos pensam e se situam no mundo.

Em consonância com as ideias de Antonio Gramsci, às quais nos referimos mais adiante, Williams (2007) destaca a importância das manifestações populares, concebendo a cultura como um modo de vida e uma prática política e social. Williams revisitou o trabalho desse pensador italiano para enfatizar a necessidade de criar uma nova cultura que seja fundamentada em valores éticos e morais, levando em consideração principalmente os modos de vida da classe trabalhadora. Para atingir esse objetivo, conforme o argumento do autor

galês, é fundamental resgatar aspectos ideológicos que influenciam direta e indiretamente os comportamentos e ações da classe trabalhadora na sociedade.

Em outra análise, a concepção da cultura e seus significados fazem-se necessário em Gramsci (1997) que devem ser compreendidos a partir da ideia de “orgânico”, que busca considerar a totalidade das relações sociais na distinção entre infraestrutura e superestrutura. Pois, para uma abordagem de análise cultural fundamentada na perspectiva marxista, é crucial examinar os processos concretos e interdependentes que surgem entre a base e a superestrutura (BEZERRA, 2006).

Diante disso, o marxista italiano Antônio Gramsci, incorporou as ideias que provocam uma reconstrução do conceito de cultura, afastando-o progressivamente do enfoque estritamente econômico e redirecionando-o para as esferas políticas que englobam a batalha pela hegemonia na sociedade de classes.

Ao longo de toda a obra de Gramsci, desde seus primeiros escritos políticos até os Cadernos do Cárcere, o tema da cultura está constantemente presente e, ao longo do tempo, adquire uma complexidade crescente (BEZERRA, 2006). Este tema se enriquece e se aprofunda, estabelecendo uma ligação intrínseca com as discussões de outras áreas do convívio social, especialmente naquelas que abordam aspectos da vida política.

Conforme apontado por Baratta (2009), o conceito de cultura segundo Gramsci está relacionado à perspectiva de mundo respaldada pelo materialismo histórico. Nesse contexto, ela representa a identificação expressa nos estilos de vida da sociedade. Gramsci (1999) observa que a cultura é resultado de um processo social complexo, e cada classe social tem sua própria maneira distinta de desenvolver a consciência e a cultura. De forma mais específica, a cultura representa um “modo de viver, de pensar e de operar” (GRAMSCI, 1999, p. 258) e envolve a organização e a conquista da consciência.

De acordo com esse ponto de vista, a cultura assume o papel de uma ferramenta política com a capacidade de conscientizar as massas e contribuir para o seu reforço. A visão de Gramsci (2007) sobre cultura exige que se compreenda como um meio de fortalecer a base popular. Além disso, outro elemento indicativo é que a cultura precisa ser considerada como um conjunto no qual todas as pessoas estão incluídas, não se limitando apenas a uma parcela.

De acordo com Baratta (2009), Gramsci possui uma visão abrangente da cultura, no sentido em que esta está intrinsecamente ligada tanto aos modos de produção quanto à política. Isso implica que a cultura não é imutável, mas sim caracterizada por uma dinâmica que se expande conforme as transforma, e assim, os intelectuais não apenas precisam se

envolver em todas as instruções desse processo, mas também devem assumir a responsabilidade primordial na condução desse desenvolvimento.

Nesse enredo, no ensaio “Socialismo e Cultura”, datado de 29 de janeiro de 1916, Gramsci explora uma analogia e uma contraposição entre duas perspectivas de cultura (BEZERRA, 2006). Uma delas, que Bezerra (2006, p. 58) caracteriza de “conservadora”, encarava a cultura como uma forma de “saber enciclopédica”, uma habilidade de acumular informações que leva algumas pessoas a acreditarem que são superiores ao restante da humanidade. Esse ponto de vista é sustentado por uma visão que o autor descreve como “intelectualismo prejudicial”.

Gramsci, obviamente, se posiciona contra essa concepção, e em vez disso, defende uma interpretação do termo cultura como algo profundo um processo de autodomínio e autoconhecimento que serve de base para uma consciência crítica unificadora, uma forma de “nova cultura” (BEZERRA, 2006).

Com suas próprias palavras o pensador marxista disserta,

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Por sua vez, Bezerra (2006, p. 46) em sintonia com Gramsci, disserta que,

A cultura é, portanto, o espaço dinâmico no qual a consciência social constrói este conhecimento e esta reflexão acerca da realidade histórica passada, presente e futura, onde o homem se percebe com novas necessidades e desafios para além da intervenção sobre a natureza. É um espaço de mediação, de intencionalidade, de construção de novas demandas coletivas a serem atendidas pela atividade produtiva. Os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, constroem sua cultura. Ao mesmo tempo, mudam a natureza, mudam sua constituição enquanto ser social

Entretanto, se destaca aqui a cultura como um campo onde a consciência social interage com a realidade histórica, impulsionando mudanças tanto no ambiente natural quanto na condição humana.

Sob outro enfoque, E. P. Thompson (1998) – um importante historiador inglês de orientação marxista é outro autor útil para contemplar reflexões sobre o conceito de cultura. Ele que à semelhança de Gramsci, enfatiza a importância da cultura como sendo essencial para entender a complexidade e as contradições sociais no capitalismo contemporâneo.

Thompson (1998) busca explorar o conceito de cultura por meio do estudo do termo “costumes”, buscando desvendar suas nuances. Sendo assim, ele traz profundas reflexões para

este campo, tomando esta como um espaço de elementos conflitivo, dinâmico, complexo e contraditório.

Assim sendo, Cultura, para Thompson (1998, p. 17) é, em primeiro lugar “um campo para a mudança e a disputa, uma arena nas quais interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”, por isso, ele argumenta que é preciso ter cautela com generalizações causadas consensuais que sustentam os “contextos históricos específicos” em que se encontram. Porque de acordo com assertiva dele expressa no livro “*Costumes em Comum*”:

[...] uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 1998, p. 17).

A partir da citação acima, torna-se evidente que o autor enfatiza a existência de múltiplas facetas na cultura, que vão além das dicotomias tradicionais, como o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole. Isso sugere que as culturas são intrinsecamente heterogêneas e ricas em diversidade, o que é um ponto de vista importante para evitar a simplificação e a estereotipação. No entanto, a complexidade cultural também pode tornar a compreensão e a análise mais desafiadoras, o que pode levar a uma interpretação subjetiva e ambígua.

A ideia de que a cultura é uma “arena de elementos conflitivos” é crucial, pois ressalta que as culturas não são estáticas, mas sim dinâmicas e sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Os conflitos culturais surgem de diversas fontes, como divergências de valores, interesses econômicos ou choques entre diferentes grupos culturais. Esses conflitos muitas vezes desempenham um papel importante na evolução e transformação das culturas, na medida em que as sociedades buscam resolver esses esforços (THOMPSON, 1998).

O autor destaca o conceito de “experiência” como central para a compreensão da cultura. Ele argumenta que a cultura é moldada pelas experiências das pessoas e que a cultura popular frequentemente reflete as condições sociais, econômicas e políticas de sua época. Thompson vê as práticas culturais como uma forma de resistência e afirmação de identidade por parte das classes populares, muitas vezes em oposição às estruturas de poder dominantes. Portanto, ele propõe um conceito de cultura baseado na experiência humana, que leva em consideração a dinâmica das relações sociais, modos de vida, valores, opiniões e costumes.

Hall (2003), a partir de uma visão geral, considera a cultura acima da concepção de que a mesma se baseia na materialização de ações de uma determinada sociedade. Portanto, a cultura para Hall (2003, p. 135):

Não consiste na soma de o melhor que foi pensado e dito, considerado como ápice de uma civilização plenamente realizada. [...] está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] A análise da cultura é, portanto, a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos.

Para uma perspicácia e apreensão da realidade cultural, é de extrema relevância compreender o processo histórico que a efetua em conjunto com as suas relações de força e poder e, a disputa de interesses dentro da sociedade (MARTINS, 2019). Recentemente, conforme aponta Filho (2006), a cultura se estrutura, aparecendo na agenda das discussões particulares e nas solicitudes do Estado. O mesmo autor (FILHO, 2000, p. 22-23) no seu outro trabalho, pondera sobre as acepções atribuídos à palavra cultura:

1) conjunto de conhecimentos de uma única pessoa; 2) o sentido que confunde expressões como arte, artesanato e folclore, como sinônimas de cultura; 3) cultura como o conjunto de crenças, ritos, mitologias e demais aspectos imateriais de certo povo; 4) cultura para o desenvolvimento e acesso às mais modernas tecnologias; 5) o conjunto de saberes, modos e costumes de determinada classe, categoria ou de uma ciência (cultura burguesa, cultura dos pescadores, cultura do direito etc); 6) o conceito pelo qual se refere a toda e qualquer produção material e imaterial de uma coletividade específica, ou até mesmo de toda a humanidade.

Os fatores sociais, políticos e econômicos em nenhuma circunstância podem ser desconsiderados numa análise social da cultura, porque estes, certamente, influenciam muito na dinâmica das relações sociais, alude Adam Kuper (2002).

Realmente, é necessário ter em conta, segundo Kuper (2002, p. 13) que “forças políticas e econômicas, instituições sociais e processos biológicos não desaparecem como num passe de mágica apenas porque é o nosso desejo, nem podem ser assimilados em sistemas de conhecimentos”. E “as dificuldades tornam-se maiores quando a cultura deixa de ser algo a ser descrito, interpretado ou talvez até mesmo explicado para ser tratada como uma fonte de explicação propriamente dita, uma categoria analítica das relações sociais”.

Excluir da cultura a dimensão política, social, econômica e biológica seria, ao menos, entregar-se num processo de reducionismo teórico. “Ideias e valores são construídos, influenciados e (re) formulados diretamente pelo mundo material e, não, exclusivamente pelo mundo abstrato” (MELO, 2023, p. 42).

Deste modo, para Kuper (2002, p. 22) “*todo mundo* está envolvido com cultura atualmente, ” ou melhor, todas as relações sociais, a própria organização das sociedades está influenciada fortemente pela cultura. E, talvez o futuro de todo mundo dependa da cultura.

Por conseguinte, foram destacadas por Kuper (2002) três grandes hipóteses sobre o termo cultura que têm inspirado os debates que tomam a cultura como leme analítico, são essas: (I) cultura não é raça, é apreendida, e não transmitida por genes; (II) a cultura humana é dinâmica, evolui e é impactada pelas mudanças sociais políticas, econômicas e tecnológicas; (III) cultura corresponde a um conjunto simbólico de valores e ideais compartilhados socialmente (KUPER, 2002).

Diante do exposto, em conjunto, essas definições mostram uma complexidade e diversidade de interpretada que o conceito de cultura pode abranger, enfatizando que ela pode ser compreendida de várias maneiras, dependendo do contexto e da perspectiva adotada.

Ademais, as visões contemporâneas sobre o conceito resultam, assim, de um processo cumulativo que integra uma complexa rede de significados anteriores que vão sendo repensados à medida que os tempos mudam, e com eles as sociedades. Assim, se percebe que a Unesco desde 1982 vem promovendo reflexões regulares acerca do conceito, apresentando a necessidade de sempre ser atualizado o sentido da cultura.

Assim sendo, por meio das diversas publicações e encontros realizados, assim como as resoluções vindas, apontam que, o conceito cultura não é estagnado. Pois, na *World Conference on Cultural Policies - MONDIACULT*, em 1982, a cultura era definida como “[...] conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 1982, p. 1) (tradução nossa).

E na *Universal Declaration on Cultural Diversity*, evento realizado em 2001, o termo cultura é melhorado com as sugestões de criatividade, inovação e diversidade:

A cultura assume diversas formas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se encarna na singularidade e pluralidade das identidades dos grupos e sociedades que compõem a humanidade. Como uma fonte de intercâmbio, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a humanidade quanto a biodiversidade é para a natureza. Neste sentido, ela é o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada para o benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p. 62) (tradução nossa).

A Unesco aborda sobre a diversidade cultural na qual sugeriram as diferentes formas de criação artística, produção, disseminação, distribuição e apreciação aparecem como formas de manifestação dessa diversidade:

A 'diversidade cultural' refere-se às múltiplas formas pelas quais as culturas de grupos e sociedades encontram expressão. Estas expressões são transmitidas dentro e entre grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas através das diversas formas pelas quais o patrimônio cultural da humanidade é expresso, aumentado e transmitido através da variedade de expressões culturais, mas também através de diversos modos de criação artística, produção, disseminação, distribuição e fruição, quaisquer que sejam os meios e tecnologias utilizados (UNESCO, 2005: 5) (tradução nossa).

Ante o exposto, o entendimento sobre a cultura aprisiona-se, várias vezes, à sua antiga e sequente identificação como os costumes, as tradições e os valores credenciados pela sociedade. Embora, recentemente, considere-se, sobretudo na alçada internacional, o prisma de compreender a cultura sob viés antropológico e sociológico. Nesse contexto, é fundamental destacar duas dimensões da cultura, visto que as referidas dimensões são determinantes no tipo de investimento governamental, traçam os planos dentro de políticas culturais. Sendo assim, em virtude de seus aspectos estruturais, em sua totalidade, têm que ser vistas a partir da responsabilidade repartida dentro do Estado.

Nesse ínterim, a dimensão antropológica da cultura conforme Botelho (2001) se manifesta na interação social dos seres humanos, que fazem seus modos de pensar e de sentir, constituindo seus valores, suas identidades e diferenças e instituindo suas rotinas, isto é, “[...] a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando (BOTELHO, 2001 p. 74). Ainda consoante autora, a cultura na concepção antropológica para ser atingida pela política “[...] é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos” (Idem).

Diversamente desta, a dimensão sociológica da cultura é o conjunto diversificado de ações profissionais, institucionais, políticas e econômicas, com visão em si própria, construindo alçada específico, onde seja possível constituir “[...] um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso” (idem).

O fato de dimensão sociológica da cultura apresentar organicidade é que torna mais fácil planejar a interferência do Estado através de políticas públicas “e, assim, buscar resultados relativamente previsíveis. Nesta medida, cria-se o espaço apropriado de acesso às diversas linguagens, até como forma descompromissada, mas que de certa maneira colabora à formação do público consumidor de bens culturais” (SILVA, 2010, p. 108).

Sabendo o diferencial das dimensões da cultura, podemos entender os processos e os tipos de investimento governamental em diversos países, pois alguns têm como aporte a conceituação mais ampla de cultura como é o caso específico da Guiné-Bissau, e já outros mingam ao universo específico das artes. A abrangência dos termos de cada uma dessas

definições estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de suas respectivas estratégias.

Portanto, é fundamental não transformar essas dimensões numa questão ideológica, visto que isso pode criar uma “dicotomia cultura popular versus cultura erudita, como se estas fossem polos excludentes e representassem em si mesmas opções ideológicas” (BOTELHO 2001, p. 76). O necessário é compreender essas duas dimensões da cultura como processos para inclusão da cultura nas agendas governamentais.

A autora ainda apela que mesmo com a inclusão da cultura na agenda governamental para construção de uma política para o setor, é pertinente uma tomada de consciência na construção, porque é necessário que a implementação ocorra considerando todos os públicos e nunca subestimar uns em detrimento de outros.

Decerto, são diversas explicações que se podem mover para a problematização da cultura, com abordagens teóricas distintas e diversas e, que partem de diferentes tempos e espaços (MELO, 2023). Entretanto, pode se considerar que a cultura compreende forte influência nas próprias decisões das políticas públicas, no caso desta dissertação, das políticas culturais.

2.3 Políticas culturais: um resgate sócio histórico da concepção

O cunho da categoria políticas públicas culturais ou políticas culturais é inerente às origens das atividades a ela associadas, estimada como processos datados da segunda metade do século XX, associada ao período pós Segunda Guerra Mundial, mesmo que existam distintos pontos de vista acerca das suas fases iniciais.

Rubim (2012, p. 14), ao citar Fernandez, listou três experimentos que considera de ser inaugurais das políticas culturais, são eles – “as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola nos anos trinta do século passado; a instituição do Arts Council na Inglaterra na década de quarenta e a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959. Foi reconhecido que a iniciativa francesa dispõe de um estudo mais aprofundado e também de maior envergadura, uma vez que “a criação do Ministério de Cultura na França, constitui dentre elas experiências mais acabadas de institucionalização da cultura”.

Avançando, além das experiências apontadas pelo Rubim (2012) como inaugurais da política cultural. Lebogant Lancelot Nawa (2012) na sua tese intitulado “*Municipal Cultural Policy and Development in South Africa: a study of the city of tshwane metropolitan municipality*” ao citar Dorland (2003), apresenta as três fases da história que caracterizam as políticas culturais no século XIX que são: Fase “ideológica” que se representava no desejo de

expansão de infraestruturas governamentais das instituições de museus e galerias nacionais de artes para construção da nação.

A “fase de governança na década de 1980” foi marcada pela crescente participação do Estado na formulação de políticas culturais, caracterizando-se pelo seu envolvimento significativo nesse aspecto. Por outro lado, a “Fase Emancipatória” foi um período desafiador, influenciado pela transição para o neoconservadorismo e neoliberalismo na Europa Ocidental, resultando numa forte intervenção dos governos locais nas políticas culturais a nível municipal. Conforme observado pelo autor, essa última fase serviu de base para o desenvolvimento de políticas culturais mais abrangentes na Europa na década de 1990, uma vez que a cultura passou a ser reconhecida como um elemento fundamental do desenvolvimento humano (DORLAND, 2003 citado por NAWA, 2012, pp. 29-30).

O debate sobre política cultural iniciou logo depois da Segunda Guerra Mundial, mesmo sem muita clareza de suas demarcações. É uma categoria que vem acumulando uma satisfatória quantidade de conceituações desenvolvidas por diferentes autores que se dedicam ao estudo dessa área de conhecimento. Em geral, é um conceito que apresenta divergências na forma de conduzir as questões do que seja, ou como deve ser implementada e levada uma boa política para a cultura.

Segundo Melo (2023, p. 52)

[...] as políticas públicas culturais vão influenciar diferentes governos do norte ao sul global. Influenciar na própria construção de agendas políticas para o campo da cultura, bem como será influenciado pela concepção de cultura adotada pelos departamentos de cultura de cada governo, de cada país.

Precisamente por esse motivo surgiu como tema relacionado a condições nacionais e políticas diferentes, apresentando e fazendo convergir aspirações e ideologias muitas vezes dissonantes. O referido conceito antes de ser trabalhada pela UNESCO e pelos outros atores que lhe atribuíram aspectos técnicos, objetivas, governamentais e geralmente democráticas, circulou segundo Silva (2016) mais nos corredores diplomáticos e discussões amplas sobre identidade do que no cotidiano das repartições e organizações dedicadas a assuntos culturais.

Deste modo, as políticas culturais baseadas numa invenção da contemporaneidade, ao menos na situação ocidental, que liga com a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, que era dirigida por André Malraux, onde a missão de Malraux “não foi apenas instituir o primeiro ministério da cultura existente no mundo, mas conformar uma dimensão de organização nunca antes pretendida para uma intervenção política na esfera cultural” (RUBIM, 2012, p. 13).

A nível internacional há uma certa convergência na compreensão de que a complexa articulação de elementos e propósitos na construção do Ministério de Assuntos Culturais na França, em 1959, representou uma inovação no modo de pensar os modos de agir publicamente para a cultura (SILVA, 2016, p.21). Para Poirrier (2011), mesmo que a experiência francesa tenha influenciado outros países, mas desde 1945 já estavam aparecendo em diversos lugares outros intentos e novas propostas de organização da ação pública sobre cultura. Destaca-se a presença crescente de organizações internacionais, como o caso da UNESCO. Estas organizações segundo teóricos (RUBIM, 2003, POIRRIER, 2011, SILVA, 2016) aparecem como articuladoras e incentivadoras da incorporação do tema nas agendas nacionais e defendendo a institucionalização dos direitos culturais.

Sendo assim, com a gênese das Nações Unidas, sobretudo a UNESCO, criou-se uma política de paz na qual a cultura seria a peça que teria de juntar as nações por meio do respeito das diferenças culturais. Nesse sentido, a área das políticas culturais apresenta na concepção da UNESCO como um marco, visto que as suas definições avolumaram a percepção de políticas culturais.

Em 1967 a Unesco instituiu o que passou a ser conhecido como a primeira definição de política cultural, e desde então assumiu uma função fundamental na promoção de políticas culturais no mundo. Esta demarcação, de acordo com Gabriela Toledo Silva (2016, p. 8), “foi parte de um esforço explícito para atribuir à política cultural um significado e difundi-lo por meio de estudos, reuniões e conferências regionais durante os anos 1970 e duas conferências globais, em 1970 e 1982. ”

Com isso, através da coleção *Studies and documents on cultural policies*, que consoante Rubim (2012, p.19) esta resolução/documento “buscou analisar a situação da política cultural em países-membros de todos os continentes”. Destarte, no documento da UNESCO (1969, p.10), o *Cultural Policy: A preliminary study*, a política cultural foi definida como

[...] um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que servem de base para ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada a todos os países... cada Estado-Membro determina a sua própria política cultural de acordo com os valores, objetivos e escolhas culturais que ela estabelece.

Essa noção de políticas culturais prescrita pela UNESCO estenderia uma ampla esfera de ações de políticas culturais por parte dos países constituintes, embora cada país estabeleceria sua política cultural. Nessa lógica, a perspectiva da implementação de tal política se apontava em dois traços:

a) [...] que a “política cultural” deve significar a soma total dos usos conscientes e deliberados, ação ou falta de ação em uma sociedade, visando o atendimento de determinadas necessidades culturais através da melhor utilização de todos os recursos físicos e humanos disponíveis Para essa sociedade em um determinado momento; b) que certos critérios para o desenvolvimento cultural devem ser definidos e que a cultura deve estar ligada ao cumprimento da personalidade e ao desenvolvimento econômico e social. (UNESCO, 1969, p. 10)

Não obstante, o trabalho da UNESCO sobre política cultural sofreu críticas - vários núcleos de reflexão sobre políticas culturais foram aparecendo e se ampliando dos anos 1980 em diante. Intelectuais, pesquisadores e seus grupos de pesquisa, encontros temáticos, associações e sindicatos de classe produziram outras versões de política cultural.

Perante o exposto, a Paula Félix do Reis (2011), não desmerece a idoneidade da UNESCO na procura em elaborar/formular as definições das políticas culturais e do seu desempenho no domínio cultural, mas tendo em conta a época da precocidade nos debates sobre o tema, ela refuta as acepções elaboradas pela UNESCO, entendendo, portanto, que tais definições “se restringem a atuação estatal, reduzindo-o a uma ferramenta pública que busca atender as necessidades culturais da população através do uso eficiente de recursos humanos e matérias” (REIS, 2011, p. 2).

A contestação da autora em discordância da concepção da UNESCO, refere-se à pluralidade de sujeitos e atores culturais na construção de uma política cultural que segundo ela a UNESCO não levou em conta, pois isso se faz necessário na contemporaneidade pela presença desses sujeitos na formulação e implementação de uma política pública.

Por sua vez, Nestor Garcia Canclini (1987), reconhece o trabalho da UNESCO e os seus limites:

El conjunto más extenso sobre políticas culturales em español es la colección de libros y fascículos preparados por la UNESCO sobre los países latino-americanos. La casi totalidad de esos textos se limita a describir el organigrama burocrático de los Estados, enumera las instituciones y sus principales actividades. (...) Es difícil formarse una idea de las contradicciones y polémicas que suele implicar el desarrollo de políticas culturales a través de esos textos demasiados formales y diplomáticos. El mismo problema se encuentra en muchos documentos y ponencias de las conferencias intergubernamentales sobre políticas culturales organizadas por la UNESCO, desde la primera em Venecia (1970), hasta la última em Mexico (1982)” (CANCLINI, 1987, p. 16)

Canclini (1987) ressalta a importância das conferências, porque, além dos acordos internacionais para defesa do patrimônio, estes também contribuíram para construir um certo sentido comum internacional de que o desenvolvimento não é apenas econômico e que o desenvolvimento cultural precisa de políticas culturais, e acima de tudo, as conferências tornaram públicos assuntos como imperialismo cultural e a desigualdade na apropriação da arte.

Todavia, o antropólogo argentino, repara que os problemas teóricos e metodológicos das políticas culturais apenas eram realmente abordados pela UNESCO nas reuniões de *experts* que antecipavam os encontros intergovernamentais, e fora dela nos debates intelectuais e pesquisas acadêmicas que acenderiam o caráter burocrático ou laudatório de publicações oficiais para analisar os diferentes atores e contradições de cada política cultural.

As mudanças sociais e políticas sucedidas durante a primeira iniciativa da UNESCO em conceituar uma política cultural em 1969 que foram assistidos no decurso das décadas seguintes com as elaborações e planos que culminou na Conferência sobre políticas culturais - exemplo do documento de Estocolmo 1998, onde é reconhecido o novo contexto mundial das sociedades assinaladas por aparelhos democráticos, processos de mudança social, cultural, econômico, tecnológico e político traz em seu documento uma visão mais ‘democrática’ das políticas culturais, concebendo-as como essenciais para o desenvolvimento das sociedade (RODRIGUES, 2017, p. 58).

Assim, desde a sua institucionalização a nível mundial, a UNESCO, vem realizando diversas ações no domínio cultural e das políticas culturais.

Quadro 2 - Ações no campo das políticas culturais

Ação	Pais/Cidade	Ano
Declaração Universal dos Direitos de Autor		1952
Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional		1966
Mesa-redonda sobre Políticas Culturais	Mônaco	1967
Gênese da Ideia de Encontro sobre as Políticas Culturais		1968
Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais	Veneza	1970
Convenção sobre Medidas que se devem adotar para proibir e impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais		1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural		1972
Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da Europa	Helsinki	1972
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da Ásia	Jacarta	1973

Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África	Acra	1975
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da América Latina e Caribe	Bogotá	1978
Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais		1978
Recomendação Relativa à Condição do Artista		1980
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – MONDIACULT	Cidade de México	1982
Década Mundial do Desenvolvimento Cultural 1988 – 1997		1988
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular		1989
Criação da Comissão Cultura e Desenvolvimento		1991
Documento: Nossa Diversidade Criativa		1996
Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento		1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Criatividade e Mercados		1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Diversidade Cultural, Conflito e Pluralismo		2000
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural		2001
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais		2005
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – MONDIACULT	Cidade de México	2022

Fonte: Elaboração própria baseado em Rubim 2012.

Avançando com debate de política cultural, de acordo com Silva (2016, p. 194) a categoria política cultural não era somente apropriada pelos governos e seus órgãos institucionais de pesquisa.

Também, pesquisadores independentes, intelectuais, artistas e outros atores passaram a se organizar para mobilizar a noção de política cultural. Em consideração a isso, as políticas culturais deveriam dedicar-se na discussão e no desenvolvimento de ações que perscrutam compreender a cultura em sua complexidade e diversidade, tendo como tarefa fundamental a

busca de melhores condições de sobrevivência aos produtores e consumidores de obras artísticas.

Rubim (2007a) não se coaduna de modo rigoroso à demarcação conceitual de política cultural. Não obstante, ele esclarece que no percurso da construção e delimitação de elementos imprescindíveis para uma política cultural, o conceito estará sendo de modo indireto criado pelo fato de aludir, dentre outros temas, modelos, formas e conteúdo que são imprescindíveis para o entendimento e execução de uma política cultural.

Por certo, cabe perceber, com Rubim (2007b, p. 9-15), que é preciso contemplar dez dimensões analíticas, para consolidar uma concepção consistente, densa e complexa de políticas culturais:

I. Definição e determinação da noção de política acionada, como momento presente em toda e qualquer política cultural. É necessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem estar incorporadas às políticas culturais. Elucidar este aspecto é crucial para uma compreensão precisa do tema. II. Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política. É fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. III. Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas. IV. Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais. V. A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais. VI. A elucidação dos públicos pretendidos é outro componente significativo a ser analisado nas políticas culturais. VII. A atenção com os instrumentos, meios e recursos acionados, sejam eles: humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos etc.), financeiros, etc. deve ser sempre um dos momentos interpretativos privilegiados no estudo das políticas culturais. VIII. Os momentos acionados do sistema cultural aparecem como outros elementos fundantes para caracterizar as políticas culturais. Um sistema cultural necessita de um complexo conjunto de momentos que complementam e dinamizam a vida cultural. IX. Tomando em consideração o caráter transversal da cultura na contemporaneidade, uma das facetas constitutivas das políticas culturais hoje atende pelo nome de interfaces, pretendidas e acionadas. X. Por fim, obviamente todos estes itens analíticos elencados como imanentes às políticas culturais e ao seu estudo não se apresentam como coisas isoladas e estanques, mas sua combinação complexa e variada constitui-se elemento decisivo para a caracterização do tipo de política cultural formulado e implementado. Assim, as articulações realizadas entre estes variados componentes; a compatibilidade e coerência presentes dão consistência ao grau de sistematicidade existente nas políticas culturais.

Portanto, a participação e a presença dos atores e agentes culturais não são estáticas, mas sim dinâmicas, dependendo do contexto vivido em determinadas conjunturas e contextos. E essas diversidades/pluralidades de protagonistas influenciam as potencialidades de conceber, formular, executar, avaliar e gerir as políticas públicas de cultura (BUCAL, et al, 2022).

Teixeira Coelho, aborda política cultural como

[...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis". (COELHO, 2004, p. 293).

Através deste vínculo dialógico, a política cultural é vista como uma “ciência da organização das estruturas culturais” e proporciona uma perspectiva que toma em conta os modos de sociabilidade e vivência entre os sujeitos. Nesse ponto de vista, são escutados os atores e a própria comunidade e geralmente, as políticas culturais demandam de suas ações e contestação quanto da ação do Estado para que se efetivem políticas públicas no campo cultural.

Em vista do que foi apresentado, a conceituação dita por Coelho, foi questionada pelo autor Barbalho que aponta diversas imprecisões, no conceito sustentado por Coelho. Alexandre Barbalho apresenta sua posição crítica sobre o assunto - a primeira dificuldade com esta definição é propor a política cultural como ciência. Será que o objeto é tão singular que requer a elaboração de uma nova área científica? Creio que não. Primeiro, a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e essas intervenções não são científicas, na medida em que política e cultura não são sinônimos nem se confundem com ciência. (BARBALHO, 2005, p. 35).

Barbalho ainda aponta outras imprecisões ao analisar a categoria da política cultural no dicionário de Coelho. De acordo com o autor, é preciso diferenciar entre política e gestão cultural na qual "a política cultural é o pensamento das estratégias e a gestão cuida da execução"(Idem, p. 36).

No entanto, deixando-se a primeira parte da definição de Teixeira Coelho que define cultura como " ciência", e acrescentando com a fragmentação de atividades descrita por Barbalho, acreditamos que os autores apresentam um ponto de vista de definição para política cultural.

Na perspectiva estético e antropológico da cultura, os autores Miller e Yúdice, fazem uma análise histórica do percurso da gestão cultural no ocidente, do feudalismo ao Estado contemporâneo, e constatarem como a cultura se transformou, no decorrer do tempo.

Sendo assim, a política cultural para Toby Miller e George Yúdice (2002, p. 11)

[...] refere-se aos suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade estética quanto os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registros. A política cultural se materializa em guias para as ações sistemáticas e reguladoras que adotam

as instituições a fim de alcançar as metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica.

O desenlace de Miller e Yúdice descarta a perspectiva da criatividade no planejamento, compreensão e gestão de políticas culturais. Essa é uma maneira penosa de abordagem que não refere a realidade. Para os autores, ideias criativas são capazes e precisam integrar outras áreas do conhecimento e não só o artístico.

2.4 Políticas Culturais em África: uma visão endógena

No continente africano as políticas culturais se denotam como uma área emaranhado, considerando-se a multiplicidade cultural existente no continente, e por sua diversidade étnica e cultural faz-se um caso particular.

Deste modo, inicialmente, é vital sublinhar a escassez de pesquisas que enfoquem as políticas culturais em África em contraste com o expressivo número de trabalhos cujo campo analítico tem sido a Europa. Nesse sentido, nesta sessão, escolhemos fazer uma revisão histórica, começando desde o Manifesto Pan-Africano de 1969 até a Carta para o Renascimento Cultural da África de 2005, apontando, os objetivos e prioridades das políticas culturais da África, traz importantes contribuições para ampliar este debate, mapear e visibilizar o movimento das políticas culturais em países africanos. E como base de sustento serviu de análise Documentos de referência africanos sobre cultura e sua contribuição para o desenvolvimento; os documentos de referências sobre políticas culturais gerais adotadas pela UNESCO.

Levando em conta que a compreensão da realidade cultural africana muitas vezes é distorcida, torna-se primordial esta sessão, mostrando a partir dos documentos oficiais, um continente que vem lutando há muitos anos para melhorar suas condições e emergir de certo anonimato ao qual a mídia condena suas expressões culturais.

As gêneses das políticas culturais africanas remontam ao período colonial, através do qual a cultura era vista como um instrumento político para lutar contra o desprezo colonial pela cultura africana, assim como o impacto negativo da dominação externa e da cultura europeia sobre a África e suas culturas. Diante disso, artistas africanos, intelectuais, grupos políticos e movimentos de libertação viram a cultura como uma arma poderosa para lutar contra a política de assimilação e opressão colonial de sua cultura (KOVÁCS, 2009).

Em virtude da experiência obtida a nível nacional e da reflexão sobre questões culturais africanos em iniciativas e congressos organizados na alçada do Simpósio do Primeiro Festival Cultural Pan-Africano realizado em Argel em 1969, os membros presentes

no Simpósio do Festival Cultural Pan-Africano demonstraram aptos em propor uma estrutura conceitual coerente para as políticas culturais.

No manifesto adotado pelos participantes do simpósio, três temas centrais mereceram debates: “A realidade da cultura africana; O papel da cultura africana na luta de libertação nacional e na consolidação da unidade africana; O papel da cultura africana no desenvolvimento social e econômico da África” (OUA, 1969, p. 1).

Depois de debaterem essas questões, os membros presentes no simpósio criaram um conjunto de princípios básicos para políticas e atividade cultural africanas assenta em um conceito amplo e dinâmico de cultura. Ora, a cultura começa com as pessoas como criadores de si mesmas e transformadores de seu ambiente, nesta ótica, o Manifesto aponta que, a cultura de ponto de vista mais amplo e pleno da palavra, permite que as pessoas deem formas às suas vidas.

Não é recebido livremente, mas é construído pelo povo. É a visão do homem e do mundo e é, portanto, sistemas de pensamento, filosofias, ciências, crenças, artes e línguas. É também a ação do homem sobre si mesmo e sobre o mundo para transformá-lo, e assim abrange os campos social, político, econômico e técnico. (OUA, 1969, p. 1) (tradução nossa).

No que diz respeito ao papel da cultura, o Manifesto declara que a cultura é o cimento fundamental de todos os grupos sociais, seu principal meio de intercomunicação e de aproximação com o mundo exterior: é a sua alma, sua materialização e sua capacidade de mudança (OUA, 1969). A cultura é uma via dinâmica de construção da nação, para além das diferenças étnicas e da Unidade Africana acima de todas as formas de chauvinismo.

De acordo com o Manifesto, qualquer política cultural africana deve, “[...] basear-se na necessidade de permitir ao povo informar-se, educar-se, mobilizar-se e organizar-se de modo a torná-lo responsável pela sua herança cultural e pelo seu desenvolvimento” (OUA, 1969, p. 3). O manifesto frisa que a preservação da cultura libertou os africanos das tentativas feitas para transformá-los em povos sem alma nem história. A cultura protegeu-os.

Ora, ao analisar a realidade cultural, o manifesto enfatiza o fato de que a cultura nos revela elementos dinâmicos na vida dos povos africanos, tanto em seus aspectos espirituais como materiais. Há muito tempo as culturas africanas têm sido consideradas pelo colonialismo como algo peculiar e relegadas apenas a museus, mas atualmente é uma expressão viva no mundo. Assim sendo, os africanos têm a missão de garantir que suas culturas recebam a consideração que merecem e o mesmo reconhecimento que os outros.

As políticas culturais como fenômeno europeu surgem no continente africano a partir da UNESCO na época em que diversos países africanos estão saindo da colonização e

entrando em momento de independência. O entendimento da UNESCO sobre as políticas culturais para o continente africano presumirá a ligação entre cultura e desenvolvimento. De acordo com alguns autores (LEITE, 2015; NAWA, 2012; AITNARD, 1976) a relação entre cultura e desenvolvimento no continente africano exercerá como parte dos projetos de formação de Estado/nação em diversos países. As referidas movimentações estão diretamente relacionadas com o apoio da UNESCO que irá influenciar as políticas públicas para a cultura.

A cultura desempenha um papel decisivo no desenvolvimento social e econômico da África. Representando ao mesmo tempo um modo de vida e uma relação social e econômica estabelecida por um determinado momento da evolução humana, a cultura forma uma totalidade por estar conectado à vida política.

Seguidamente, no âmbito da preparação da Conferência Intergovernamental sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais em 1970, alguns meses após a adoção do Manifesto, a UNESCO requisitou uma reunião de especialistas sobre problemas ligados às políticas culturais na África. O intuito da referida reunião é para identificar e discutir os problemas enfrentados pelos países africanos na formulação e implementação de políticas culturais (KOVÁCS, 2009).

Durante o encontro os participantes admitiram que houvesse uma necessidade de políticas culturais nos países africanos. A ocasião serviu também para os representantes do Estado criticarem a dispersão de esforços e iniciativas, a ausência de políticas coerentes e a insuficiência de fundos disponíveis para atividades culturais. Alegando assim que esta situação se devia à falta de reconhecimento do conveniente papel que a cultura e as atividades culturais desempenham na vida social, política e no desenvolvimento econômico dos países africanos.

Entre 1975-1976, a reflexão sobre políticas culturais no continente africana ganhou um novo fervor/impulso, tanto no contexto da organização da Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais na África “AFRICACULT- Acra, 1975”, bem como, na elaboração da Carta Cultural para África em 1976.

Na conferência de Acra capital de Gana, que também é designada de AFRICACULT-ACRA, é assinalada pela notória exigência de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos para alcançar na e por meio da cultura estratégias de desenvolvimento, tendo em conta que os países do continente acima referido tiveram suas histórias marcadas pelo colonialismo, necessitando doravante se libertarem na esfera política, econômico, social e cultural. Sendo assim, a UNESCO a partir desse entendimento sugeriu que as ações dos

estados-membros africanos formulam e executam políticas culturais para uma nova ordem (UNESCO, 1975).

A AFRICACULT Organizada pela UNESCO em cooperação com OUA em Acra em 1975, foi um marco histórico em termos de evolução conceitual. Seus documentos e conclusões ainda são considerados de referência fundamental. Na declaração final da Conferencia AFRICACULT, foi descrito seguintes considerações:

O domínio colonial em nível cultural levou à despersonalização do povo africano, falsificou sua história, denigrou sistematicamente seus valores e tentou substituir as línguas africanas pelas línguas das potências coloniais; A independência absoluta é a primeira condição para florescimento da cultura; A identidade cultural constitui os blocos de construção da independência e da moderna construção da nação africana; A cultura africana continua a ser uma arma decisiva na luta de libertação contra o colonialismo, racismo e a segregação racial; Somente através de uma genuína independência política, econômica e cultural pode ser garantido o pleno exercício dos direitos humanos. (UNESCO, 1975, s.p).

Os membros presentes na conferência declararam que, como a identidade cultural constitui os pilares da independência e da construção das nações africanas modernas, é preciso reaprender as responsabilidades dos Estados africanos na definição das políticas culturais nacionais, que devem ser adaptadas às políticas decididas nos campos político, econômico e social.

Além disso, os representantes dos governos africanos, afirmaram sua determinação em implementar políticas culturais ou intensificar as políticas existentes para este fim, levando em conta sua interação com outras políticas relacionadas à educação, ciência e tecnologia, comunicação e meio ambiente, entre outras questões.

Constata-se que o teor do documento outorga uma nova concepção de sociedade marcada hoje por sua liberdade da dominação colonial, necessitando assim de ações práticas para a promoção e valorização de suas culturas e da diversidade cultural. Ora, as políticas culturais deveriam direcionar as políticas econômicas e sociais para integração dos países africanos na dinâmica universal.

O intuito da realização da AFRICACULT era para a inclusão dos países africanos no novo cenário mundial das políticas culturais como fator de desenvolvimento. Além disso, constata-se que a cultura quando posta na agenda governamental é examinada para solucionar questões de ordem econômica e social, além de cravar na coesão social e na mudança política.

Não obstante, Lebogang Lancelot Nawa (2012, p.7), desaprova esse tipo de abordagem, visto que concebe que os estudos sobre políticas culturais em África apontam para a necessidade de outra perspectiva: “De modo a desenhar sobre seus próprios modelos, em vez de emprestar de países do exterior”.

Quadro 3 - Delegações de países africanos na AFRICACULT

Argélia	Camarões	Costa do Marfim	Congo
Etiópia	Gana	Gabão	Gambia
Guiné	Ilhas Maurício	Libéria	Marrocos
Mali	Mauritânia	Malauí	Nigéria
Quênia	República Centro Africana	Benin	República do Zaire
Republica Alto Volta – atual Burquina Fasso	Tanzânia	Ruanda	Serra leoa
Senegal	Sudão	Tunísia	Togo
Uganda	Zâmbia		

Fonte: Elaboração própria baseado na UNESCO, 1975.

Como se pode constatar acima, a Guiné-Bissau não participou da AFRICACULT, pois no momento de realização da AFRICACULT o país estava em transição do sistema colonial para a independência. E esse momento é seguido pela busca de uma política nacional para a construção de um estado soberano.

Em sua 17ª sessão ordinária em Freetown, Serra Leoa em 1980, os chefes de Estado e de governo da OUA determinaram o fundo cultural interafricano. Esta foi uma nova oportunidade para os Estados africanos analisarem suas prioridades e objetivos de política cultural, alguns anos após a AFRICACULT e a adoção da Carta. Conforme os estatutos que formam uma estratégia de desenvolvimento cultural regional, o fundo deve incentivar e apoiar iniciativas focalizadas em: Identificar, restaurar, salvaguardar, reabilitar e promover o patrimônio cultural africano em sua expressão material, intelectual, artística e concreta.

Em 1981, uma iniciativa da UNESCO foi lançada, dando a oportunidade de realizar uma avaliação da evolução das políticas culturais africanas, através de uma avaliação prospectiva da implementação das recomendações da AFRICACULT nos Estados Membros. A referida avaliação foi realizada no contexto da organização da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais em México, 1982 (KOVÁCS, 2009). A avaliação tinha como o propósito, apontar os problemas culturais básicos na África e criar vias para a formulação de uma nova abordagem atribuída a fortalecer a dimensão cultural do desenvolvimento em geral, conforme os princípios da terceira décadas de desenvolvimento das Nações Unidas e, do mesmo modo facilitar a cooperação cultural em nível internacional.

Ora, a Carta Cultural para África foi outro marco fundamental na solidificação do pensamento sobre a cultura e as políticas culturais africanas. Foi ratificado pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana no decurso da sua 13ª sessão ordinária em Port Louis, Maurício, realizada de 2 a 5 de julho de 1976, e em janeiro de 2006, a partir de um quadro normativo específico para o setor cultural, foi conhecida uma nova versão que passou a ser denominada de “Carta para o Renascimento Cultural da África”, este que constituiu como um documento de referência mais importante para as políticas culturais dos Estados africanos.

A carta definiu os objetivos a alcançar e apontou políticas e medidas a serem tomadas para reforçar as identidades culturais e a diversidade; estabelecer os princípios básicos do desenvolvimento sustentável; apoiar a criação e expressão artística; proteger o patrimônio cultural; e desenvolver a cooperação interafricana e internacional (UA, 2006).

Os líderes africanos admitiram a necessidade de dar atenção às identidades culturais, que devem ser afirmadas sem prejuízo da diversidade cultural dentro do Estado. Reconheceram ainda em trabalhar para a elaboração de uma política cultural nacional que atendesse as exigências/necessidades culturais por meio da utilização de todos os recursos materiais e humanos à disposição, bem como para integrar o plano de desenvolvimento cultural no programa geral de desenvolvimento econômico e social.

No contexto cultural regional, especificamente na região da África Ocidental, a CEDEAO⁴, em dezembro de 2019, adotou um novo quadro de referência para o desenvolvimento cultural da comunidade chamado Política Cultural da CEDEAO. A política cultural da zona da África Ocidental assenta na seguinte visão – até 2030, o setor cultural será integrado, dinâmico, competitivo, e contribuirá de maneira eficiente e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico das populações.

No entanto, para alcançar a referida visão, a política cultural regional assenta-se em cinco eixos estratégicos de intervenção tais como: 1) a proteção e promoção do patrimônio cultural e da diversidade; 2) o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e do mercado regional de bens e serviços culturais; 3) a promoção da cultura da paz e da educação cultural; 4) a proteção e desenvolvimento da propriedade intelectual; e por último o reforço da governação e do sistema de informação cultural.

Entretanto, diante do que foi discutido nesta seção, é importante salientar que, na maior parte dos casos, as implementações das políticas culturais abraçadas são afetadas por

⁴ Criada em 1975 e integrada por 15 estados membros.

conflitos políticos e econômicos substanciais. Esta fragilidade das instituições, associada às dificuldades econômicas constantes e a falta de infraestruturas e de recursos humano especializado, baliza severamente a sua eficácia.

Diante do exposto, salientamos que, no continente africano, a investigação e a informação sobre políticas culturais estão mirradas. Os métodos e instrumentos de coleta de dados e análise de processos culturais estão muito menos desenvolvidos do que em outros campos. Assim sendo, as políticas culturais são muitas vezes elaboradas com pouco conhecimento sobre os problemas que aparentemente precisam ser resolvidos.

3 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE ESTADO DA GUINÉ-BISSAU E SUA AFLUÊNCIA COM A POLÍTICAS ESTATAIS

No decorrer deste capítulo, buscamos expor de forma sucinta algumas asserções que possibilitam ponderar/pensar o processo de construção do Estado da Guiné-Bissau e a sua implicação na cultura durante o período de 1994-2020, tendo como ponto de partida a criação do PAIGC e a luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que construíram o que podemos denominar hoje de Estado débil na Guiné-Bissau.

Inicialmente, importa salientarmos que, a gênese do Estado na Guiné-Bissau se deu através de um processo revolucionário com a criação do PAIGC e por alguns outros episódios que marcaram o país a seguir a independência em 1973; tais como: a democratização, a guerra civil designada de conflito militar de junho de 1998 e as rupturas que se seguiram até o momento deste texto, o que de modo geral, impactou direto e ou indiretamente na construção, formulação e afirmação de políticas públicas estatais, sobretudo, na área da cultura.

Desse modo, ainda que a nossa análise se centre no período a seguir à independência, a mesma debruçou alguns pontos anteriores, tais como criação do PAIGC e a luta de libertação nacional para soberania da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

3.1 Gênese dos movimentos independentistas, PAIGC, a primícias da luta armada de libertação na Guiné-Bissau

Podemos começar a história desde os primeiros povos que habitavam o espaço geográfico e sociocultural hoje chamado Guiné-Bissau, não obstante, vamos limitar a nossa análise do período a partir de meados do século XX, que vai a partir do surgimento do PAIGC, em seguida do processo de luta que este partido desenvolveu. Ainda, analisa, sobretudo as ocorrências que nortearam a ação armada, como também seus efeitos na Pós-

independência e na sociedade guineense. A caracterização/descrição desse processo, objetiva colaborar com a compreensão do atual cenário político, social e administrativo, associado às crises institucionais que se verificam e, conseqüentemente, os seus reflexos nas políticas públicas estatais, principalmente na área da cultura.

Tal como a maior parte dos países das antigas colônias na África, a Guiné-Bissau também fez parte de acontecimentos de conjuntura mundial (autonomia e independência) na Pós-Segunda Guerra Mundial. Os movimentos de cariz independentista na África, ante dominação portuguesa, surgiram entre os anos de 1950 e 1960, aludindo à independência das colônias. Estes movimentos (das colônias portuguesas) que tiveram apoio da ONU, contudo tardiamente, começaram uma batalha que, inicialmente tem um aspecto meramente político, mas que depois se transformou em uma luta armada que se refletiu na própria metrópole.

Nesse enredo, é fundamental acentuar alguns aspectos que são enviados nas colônias portuguesas, posto que existem barreiras de diferentes tipos: a Liga Africana, criada em 1920 em Lisboa, que era como centro social e intelectual para os africanos que estavam nas universidades portuguesas; alastramento de repressão nas colônias; a Casa dos Estudantes do Império, criada em 1944 e o Centro de Estudante, fundada em 1951 em Lisboa. Esses aspectos apontados, são sinais fundamentais que nos ajudam a entender o surgimento dos movimentos independentistas.

Diante desse cenário nasceu PAIGC, cujo seu primeiro objetivo era a independência de dois países - Guiné-Bissau e Cabo Verde. No dia 19 de setembro de 1956, foi fundado de forma escondida/clandestina em Bissau o PAIGC, tendo como mentor da ideia o líder Amílcar Lopes Cabral⁵ e mais outros colegas. Segundo (SEMEDO, 2009; CARVALHO, 2016), PAIGC era uma organização política que buscava na união Guiné-Bissau e Cabo

⁵ Amílcar Lopes Cabral. Filho de emigrantes cabo-verdianos e servidores públicos do governo colonial na então Guiné Portuguesa. Nasceu em Bafatá (uma das cidades ao leste da Guiné-Bissau) a 12 de setembro de 1924, filho de Juvenal Lopes Cabral e de Iva Pinhel Évora. Aos 12 anos de idade se junta ao pai, que nessa altura já havia regressado a Cabo Verde, e efetua os seus estudos primários na Rua Serpa Pinto, na Praia. Seguidamente inscreve-se em São Vicente no liceu Infante D. Henrique onde termina os estudos liceais em 1944, classificado como o melhor aluno. [...] Em 1945, Cabral foi um dos primeiros jovens das colônias portuguesas a ser contemplado com uma bolsa para frequentar os estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal e matricula-se no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. A vida de estudante constituiu uma oportunidade para aprofundar o seu sentimento progressista anticolonial, participando ativamente nas atividades estudantis clandestinas que se desenvolviam a volta da Casa dos Estudantes do Império e da Casa de África, foi aí que veio a conhecer Marcelino dos Santos, Vasco Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane e outros estudantes que viriam a serem futuros líderes dos movimentos de libertação, posteriormente, em partidos políticos nos seus respectivos países. Em Portugal, Amílcar Cabral integrou no primeiro momento a Casa de Estudante do Império (CEI), instituição que apoiava estudantes no processo de integração local, ou seja, nova realidade cultural. Mais tarde, juntamente com outros colegas fundou o Centro de Estudos Africanos (CEA), onde o grupo se reunia para discutir, definir estratégias e desenvolver ações de caráter político no intuito de conscientizar não só os colegas da metrópole, como também faziam suas ideias chegarem às colônias. (CARVALHO, 2016, p. 32).

Verde a força para destruir o regime colonial. Ele que foi fundado com o nome partido, que após a independência se tornaria Partido-Estado, no decorrer do período de seu nascimento até março de 1972, o PAIGC não deixava de ser um movimento revolucionário de libertação, e apenas em abril do mesmo ano que aconteceu a mudança do movimento em partido com a realização de uma Assembleia Geral (CARVALHO, 2016).

Inicialmente, o partido supracitado era chamado de Partido Africano para Independência (PAI) e ele estava inserido na tendência pan-africano que movimentava a região Subsaariana, porém a sua atividade inicial não “foi expressiva, limitando-se, quase exclusivamente, na busca de simpatizantes” (CAOMIQUE, 2022, p.15).

Nesse ínterim, em outubro de 1960, a partir da Conferência dos Quadros das Organizações Nacionalistas, promovida em Dakar, o PAI fez mudança na sua sigla, ou seja, passou a denominar-se PAIGC, isso para se distinguir do outro partido chamado do Parti Africain de l’Independence (PAI) que fazia oposição ao governo do Senegal. Na referida conferência, os delegados do PAIGC elaboraram um memorando ao governo português, onde foram mencionadas as possibilidades e as estratégias para a abolição pacífica e legal do colonialismo na Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Mas, o governo português não deu nenhuma resposta (SILVA, 2010; CAMPOS, 2012; CAOMIQUE, 2022).

A partir da criação do PAIGC, concebeu-se, tanto em Guiné-Bissau como nos outros países africanos na qual tiveram movimentos independentistas, as primeiras organizações nacionalistas. Foram crescendo/surgindo os propósitos da criação do partido conforme com as mudanças sociopolíticas do país, do continente africano e do mundo em geral.

Diante deste contexto, a despeito de ter terminado a luta da libertação como o único movimento independentista reconhecido e apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização da Unidade Africana (OUA), importa sublinhar que além do PAIGC, na Guiné-Bissau também existiam outros grupos/partidos com os mesmos princípios nacionalistas, tais como: Movimento para Independência da Guiné (MIG); Movimento de Libertação da Guiné (MLG); União das Populações da Guiné (UPG); União da População para Libertação da Guiné (UPLG); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG) e Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné (FLING), que fora constituída pela união de vários grupos políticos (UPG, RDAG e a UPLG) (CANDÉ, 2013).

Levado pelo contexto do processo da independência dos países vizinhos, o PAIGC, ao nascer, estabeleceu como prioridade de sua estratégia, a luta pacífica, imitando, portanto, o exemplo das ex-colônias francesas e inglesas na África (SEMEDO, 2009). Diante disso, o desencadeamento da luta armada para conseguir a independência teve diferente opção

escolhida pelo PAIGC, uma vez que, entre 1960 a 1962, ainda que preparado para imprudente, o partido supracitado, não deixou de acreditar na possibilidade de uma retirada pacífico do sistema colonial português e na intervenção da ONU na suspensão do colonialismo em Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Ainda assim, o descaso do sistema colonial português relativamente às exigências dos movimentos independentistas e a sua repressão feroz contra as manifestações trabalhistas e anticoloniais, cresceram as divergências entre o PAIGC e a administração colonial portuguesa (SILVA, 2010; CAOMIQUE, 2022).

Ora, após diversas tentativas de negociação infrutífera e seguidamente do episódio do massacre no cais de Pindjiguiti, ocorrido em Bissau pelas forças coloniais de repressão, em três de agosto de 1959, com massacres a tiros, causando, portanto, inúmeros mortos e feridos a um grupo de marinheiros e funcionários portuários que pelejaram certa melhoria de suas condições de trabalho e de vida. Diante dessa crueldade da autoridade colonial, veio à convicção incontestável, de modo definitivo, aos dirigentes do PAIGC de que, por motivo da violência da dominação colonial, existe apenas a luta armada como único caminho restante de conseguir a soberania.

Salienta Candé Monteiro (2013, p. 146)

[...] depois dos assassinatos dos estivadores portuários e de marinheiros em greve, os Bissau-guineenses acompanharam de perto os reflexos da repressão do regime colonial. Com objetivo de neutralizar a repressão colonial após o Massacre de Pindjiguiti, a elite intelectual reformulou as estratégias junto às massas populares. Desse modo, surgiu a necessidade de uma organização mais consistente para enfrentar a administração colonial: a via armada.

Nesse enredo, o PAIGC, por sua vez, fortaleceu sua mobilização da massa popular com forte expansão e organização dos povos rurais do país para aderir à luta pela libertação nacional, empregando-se, portanto, novas estratégias para obter a independência dos dois países, tendo como premissa a unidade e a luta sem separações étnicas, nacionalidades e religiosas entre o povo Bissau-guineense e Cabo-verdiano.

Relativamente ao papel da cultura africana na luta de libertação e na consolidação da unidade africana, os membros presentes no simpósio⁶ sublinharam que os países africanos que conquistaram sua liberdade e para aqueles que continuam em conflito armado com o poder colonial, a cultura tem sido e continuará sendo uma arma poderosa. A luta armada pela libertação tem sido e continua sendo um ato prevalecentemente cultural. A independência

⁶ Simpósio do Primeiro Festival Cultural Pan-Africano realizado em Argel em 1969.

plena, por outro lado, é uma condição imprescindível para o desenvolvimento de uma cultura a serviço das massas (KOVÁCS, 2009).

A cultura foi a válvula de escape, ou seja, em diferentes contextos africanos, nos anos 60, as concepções de cultura foram mobilizadas em termos de ideias de libertação, sendo utilizadas como arma decisiva na luta pela libertação e contra o colonialismo (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

No cenário da Guiné-Bissau, a cultura foi um suporte fundamental para a missão de luta contra o regime português que começou em 1962, missão liderada por Amílcar Cabral, um dos fundadores do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Cabral entende a cultura como símbolo das dinâmicas construídas e determinadas pela consciência social, para solução dos conflitos em cada percurso do desenvolvimento de uma sociedade.

Perante o exposto, podemos considerar o movimento de libertação/independentista como a expressão política organizada da cultura do povo em luta. Diante disso, a direção desse movimento deve assim ter uma noção clara do valor da cultura no âmbito da luta e conhecer profundamente a cultura do seu povo, seja qual for o nível do seu desenvolvimento econômico.

No entanto, é importante sublinhar que foi a partir do ocorrido de três de agosto de 1959 que PAIGC resolveu mudar de planos e adotar a técnica de guerrilha como esquema para atrapalhar a atividade comercial colonial. Sendo assim, em 1961, começou uma “ação direta”, ou seja, tática que tinha como base a sabotagem e boicote econômico mediante destruição de estradas, pontes, redes elétricas e sistemas de comunicação. Com efeito, no dia 23 de janeiro de 1963, assistiu-se a um ataque dos membros do PAIGC ao quartel português de Tite, que se alargou depois para diferentes regiões do país, marcando assim o início da luta de libertação nacional. (SEMEDO, 2009, CANDÉ MONTEIRO, 2013, CAOMIQUE, 2022).

Por certo, comprovando a sua superioridade sobre as forças portuguesas, e como uma estratégia política no âmbito externo, o PAIGC, para demonstrar à comunidade internacional que tinha controle sobre parte considerável do território e que Portugal receberia pressão em reconhecer Guiné-Bissau e Cabo-verde como Estado soberano, ele tomou a atitude de proclamar unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, na zona libertada de Madina de Boé, que seguidamente foi reconhecida por elevado número de Estados, quer dizer, mais do que os que mantinham relações diplomáticas com Portugal, (CANDÉ MONTEIRO, 2013; CARVALHO, 2016).

Posteriormente, foi ovacionado pela ONU na qual “a ONU aprovou, em 2 de outubro do mesmo ano, uma resolução condenando a ocupação ilegal de uma parte da República da Guiné-Bissau por Portugal” (CARVALHO, 2016, p. 42).

Conforme Caomique (2022, p. 38)

A situação de sub-imperialismo na qual Portugal se encontrava desde o século XVIII e o predomínio do regime fascista na metrópole iniciado em 1926 justificam, em parte, a relutância e o atraso dos portugueses em ceder a independência às suas colônias. No decorrer dos anos 1940 e 1950, França e Portugal passaram a denominar as sociedades colonizadas como províncias de além-mar e não mais como colônias, visando evitar que fossem consideradas potências coloniais nos fóruns internacionais. Mas, diferente dos franceses, que ao longo dos anos 1950 reconheceram o irrealismo e a ineficácia dessa política, os portugueses agarraram-se a ela até nos últimos momentos da colonização, eliminando a possibilidade de ceder a independência mediante negociações pacíficas, como aconteceu em maior parte das colônias francesas.

No entanto, após o acontecimento de 25 de abril de 1974, na qual levou à queda do regime de Salazar, mediante um golpe de Estado conhecido como Revolução dos Cravos, Portugal, então cedeu à independência para os dois países supracitados. Conforme Candé Monteiro (2013), a luta armada, que começou no ano 1963 em Guiné-Bissau, é o marco oficial da unidade africana.

Em síntese, tornar os dois países independentes e formar novo Estado são os objetivos principais que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), se mantiveram concentrado, propósitos que o partido vinha articulando depois dos dois acontecimentos importantes de 1964 - a Batalha do Como e o I Congresso do Partido. Assim, através destes fatos o partido reformulou a sua estrutura para o progresso da luta, criando bases para a geração do futuro embrião do Estado.

A Guiné-Bissau chegou à independência depois de 11 anos de luta de libertação nacional (1963-1974) contra o seu colonizador, tendo assim profundas sequelas do seu processo histórico, em questões econômicas, de infraestruturas, perdas humanas, demandas sociais etc. situação, portanto, que acabou ocasionando difícil processo de reconstrução nacional pós-independência.

3.2. Pós- independência e a construção do Estado da Guiné-Bissau

O processo da formação do estado da Guiné-Bissau está associado ao processo de colonialismo português que se manteve por vários séculos em alguns países do continente africano. No entanto, o imperialismo colonial chegou a seu fim aproximadamente em 1950, na África, período de mudança impelido pelos movimentos independentistas no cenário africano após a Segunda Guerra Mundial, esse período é, de modo geral, chamado pela

historiografia de “descolonização” e remete ao desfecho dos sistemas colônias, ocorrido apenas no final do século XX.

Nessa altura, a França e o Reino Unido cederam o poder, de forma pacífica e negociada, com os seus colonos. Não obstante, os países africanos da colônia portuguesa, no caso da Guiné-Bissau, seguiam a padecer por muitas violências e resistências do imperialismo português que intensa com sua autoridade sem limites nem clemência.

Ademais, declinaram negociação e barravam qualquer forma de obtenção de independência, mesmo com pressões internacionais sobre a destruição efetiva de toda forma de imperialismo. E, desta maneira, o colonialismo português manteve-se no continente africano até meados de 1970.

Diante de cenário, de abusos, violências e opressões, impostos pelo colonizador às suas colônias, sobretudo à Guiné-Bissau, começaram a idealizar a necessidade de delinear e executar o plano da independência, onde a luta armada pela independência foi à única saída avistada pelos dirigentes nacionais para libertação do seu povo da escravidão e dominação do colonialismo⁷.

Cabral tinha uma visão utópico da construção de um Estado, por isso, projetou a estrutura do novo Estado da Guiné-Bissau, organizada por: Constituição da República, Principais Órgãos do Poder, Métodos Eleitorais, a Composição da Assembleia Nacional Popular, assim como os princípios que regem esse aparelho (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

A proclamação da independência unilateral da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973, foi o acontecimento memorável que marcou a gênese de um novo Estado independente, que contou com reconhecimento de vários países, a despeito da recusa de Portugal em reconhecer a independência e o novo Estado. Embora, em abril de 1974, Portugal devido às pressões e fracassos na luta acabou reconhecendo a independência e a proclamação de novo Estado. Com a proclamação da independência e reconhecimento de Portugal, a luta armada de libertação que durou praticamente 11 anos, chegou ao fim.

Dentre as colônias portuguesas no continente africano, a Guiné-Bissau é o primeiro país a autoproclamar-se como um Estado independente e soberano. Essa especificidade da formação do Estado da Guiné-Bissau, conforme Silva (1997, p. 68) “[...] deve-se ao fato de ter sido o único Estado na África formado por descolonização sob a forma de declaração da

⁷ Tratando-se das colônias portuguesas, os movimentos nacionalistas que nasceram nestes países foram, em grande medida, frutos das movimentações do núcleo de estudantes africanos em Portugal, pois interessa lembrar que em 1951, foi fundado, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, onde decorriam debates sobre situação das coloniais, do condicionamento políticos das culturas negras e a renascença dos valores culturais negros (SILVA, 1997, p. 29-30).

independência unilateral, pronunciada na sequência de uma luta armada de libertação [...]”. Todavia, meses antes da proclamação unilateral, ocorreu a maior perda, dolorosa, do seu líder Amílcar Cabral, assassinado em 20 de janeiro de 1973 em Conacri, onde se encontrava a sua base militar. Em relação à morte de Cabral, Candé Monteiro (2013) declara que,

[...] constitui um dos maiores golpes que o PAIGC sofreu durante todo o percurso da luta, visto que ali morreu não apenas um ideólogo do partido como também todo o projeto visionário de um Estado Nacional centrado na justiça, liberdade, igualdade, de todos os cidadãos e na unidade binacional (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 192).

No período após a independência, a construção do Estado-nação e a escolha de um modelo político que dialogasse com os valores antes defendidos pelos movimentos independentistas, passaram a ser desafio para os novos dirigentes africanos.

Quer dizer,

[...] os dirigentes dos novos Estados africanos foram confrontados às exigências primazes da nação e do Estado, tais quais, enfrentaram, em outras palavras, os desafios do desenvolvimento político. Notadamente, faltava-lhes: centralizar a autoridade política, ao que denominamos frequentemente “processo de construção do Estado”; instaurar a unidade entre os grupos heterogêneos habitantes no país tarefa comumente chamado “processo de edificação da nação”; ampliar as perspectivas para a participação política; e distribuir os recursos menos abundantes (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 531).

Diante deste contexto, para participação na construção do novo Estado da Guiné-Bissau, foi estabelecido pelo Partido-Estado (PAIGC) que, apenas teria direito a um cargo no aparelho do estado quem teve participação na luta de libertação nacional, assim sendo, as distribuições dos poderes estavam atreladas às funções desempenhadas pelos membros do partido no decorrer da luta, ou melhor, os cargos do governo são concedidos para os mais destacados dirigentes do partido. Nesse enredo, a abertura da formação do novo Estado esbarrava com maiores desafios administrativos que, de acordo com Semedo (2011 p. 96-97).

O início da primeira república onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer, sobretudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem-estar dos cidadãos. E a situação era complexa, porquanto, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com a exigência do governar, também apresentava escassez de militantes com qualidades técnico-administrativas necessárias para fazer a máquina pública funcionar.

Perante o beco sem saída, o PAIGC através do Decreto Lei Nº 3/73 de 24 de setembro, determina que a nomeação para o governo fica restrito só para militantes que desempenharam função política durante a revolução, ocupando ministérios, enquanto que a maioria dos que tinham mais destaques nas habilidades militares reuniram-se nos quartéis ou foram designados a exercerem o cargo de governadores nas regiões ou de diretores gerais nas repartições públicas (SEMEDO, 2011).

Ora, essa função política durante a luta era exercida pelos “intelectuais revolucionários” do partido que são formados pelos cabo-verdianos, que antes eram funcionários no período colonial e exerciam os cargos governamentais do novo Estado. Os Bissau-guineenses, por seu turno, maior parte contava com baixo nível de escolaridade e alguns são considerados analfabetos, não tinham cursos superiores qualificados para as necessidades administrativas, em sua maior parte eram camponeses, pedreiros, etc. antes da luta de libertação.

Segundo Martin (1977, p. 114) a maior parte dos movimentos de libertação africanos, depois de assumir o poder, teve dificuldades imensas para “fazer a máquina pública funcionar com eficácia”. No ponto de vista do autor, os embaraços ou progressos limitados, constatados nas ex-colônias africanas, são reflexos da dinâmica do processo colonial que constituiu uma série de desequilíbrios sociais, econômicos e políticos que, na sua afluência, inviabilizou as novas nações de seguirem com eficácia seus processos de desenvolvimento.

Por falar em desenvolvimento, Cabral (1977) disserta que as questões do desenvolvimento na Guiné-Bissau, acareando com outros países da mesma colonização, precisamente, concernem, porque Guiné-Bissau era uma colônia de tráfico e a situação era ainda pior, pois, Portugal concedia tratamento desigual em suas colônias. Concordamos assim com assertiva do Cabral (1977) ao afirmar que a Guiné-Bissau foi a colônia de tráfico, pois não aconteceu nenhuma base social com competência administrativa e sequer infraestruturas públicas propícias ao funcionamento do país para o período pós-colonização, mormente escolas e ou níveis considerados de estudos, situação pelo qual levou os cabo-verdianos e pessoas de outras colônias saíam de suas regiões para serem servidores públicos na Guiné-Bissau.

Ora, essa situação diz respeito ao nível de escolaridade dos guineenses ser muito baixo na época, pois colonizador não oferecia as condições semelhantes. Relativamente a essa questão, Pinto (2019, p.30) discorre que “[...] em Guiné-Bissau, a abertura oficial do primeiro Liceu Honório Barreto (atual Liceu Nacional Kwame Nkrumah) foi em 1958, enquanto que em Cabo Verde já havia sido criado em 1892 [...]”. E em 1967, o grau mais alto de escolaridade na Guiné-Bissau, era primário, quatro anos de escolaridade, isto é, até a 4ª série do ensino fundamental (SEMEDO, 2009; CANDÉ MONTEIRO, 2013). Pois bem, certamente a situação aludida pode ter contribuído bastante para maior parte de integrantes dos cabo-verdianos nos aparelhos administrativos do Estado colonial, assim como no novo Estado pós-colonial.

Perante o exposto, Semedo (2011, p. 97) refere que, tanto Portugal como o PAIGC, no decorrer da assinatura da independência, não levaram em conta as condições peculiares das colônias, ainda mais no “[...] caso específico da Guiné-Bissau, onde ainda não se formara uma estrutura técnico-administrativa nativa para assegurar a existência do novo Estado e dar comunidade aos desafios da governação [...]”. A verdade é que “[...] a independência deixou atrás de si, o vazio econômico, monetário, administrativo e técnico, em resultado do que os novos países independentes se viram condenados a bater no fundo e recomeçar do zero organizativo, empresarial e funcional [...]” (SANTOS, 2005, p. 7-13).

Rudebeck (1997, p. 2-12) relata que “[...] o tesouro do Estado guineense estava vazio e as expectativas eram enormes. Tudo tinha que ser feito ao mesmo tempo [...]”. Isto posto, com a [...] ausência de sinais de desenvolvimento do país e o PAIGC mergulhando nas próprias contradições ideológicas. Foi sem dúvidas a razão que justifica o adiamento do desenvolvimento que promete o ideal projetado de nação tensionado por Cabral de promoção de bem-estar social, político e cultural de Bissau-guineense (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 219).

As questões ideológicas do PAIGC, suportado por meio de um regime de partido único, acabaram não atendendo às expectativas do seu povo em relação à observância das promessas de transformações sociais, direito pela liberdade de expressão, à cidadania integral, aos direitos sociais e políticos e ao bem-estar social das pessoas, bem como à criação de uma economia estável e permanente.

Ora, tudo isso, nos leva a compreender que o governo do PAIGC, quando tomou o poder, infelizmente não conseguiu proporcionar um diálogo sobre a identidade cultural, nacional e sequer a unidade binacional. Portanto, com a formação do novo Estado, através da unidade bilateral, foi nomeado Luís Cabral para ser o primeiro presidente da República - tanto da Guiné-Bissau quanto de Cabo-Verde.

Durante seu mandato, conforme Candé Monteiro (2013, p. 224) “[...] o governo de Luís Cabral institui o regime privilégio, criou hierarquias entre os cabo-verdianos e o Bissau-guineenses, o que seria contrário à ideologia preconizada pelo programa do partido, que postulava a unidade do povo sem distinção [...]”. Deste modo, importa lembrar que “[...] o princípio de unidade bilateral implica, pressupõe, segundo o programa do partido e o pensamento de Cabral, a unidade nacional de um e outro povo [...]” (PEREIRA, 2003 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 224).

Salienta-se que a unidade bilateral já vinha tendo crise entre cabo-verdianos e Bissau-guineenses durante a luta de libertação e que com o assassinato de Amílcar Cabral deteriorou-

se. A referida crise foi se amontoando desde o período da luta até a pós-independência. Por alguns motivos, os Bissau-guineenses já sentiam um certo “privilégio” dos cabo-verdianos e dos seus descendentes no comando da luta, como também no governo do Estado da Guiné-Bissau.

Esses e dentre outros motivos, tornaram as relações dos cabo-verdianos e Bissau-guineenses temerárias, que acabou terminando com o golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira Nino, que alegava o golpe como “Movimento Reajustador” de 14 de novembro de 1980. O emprego da expressão “movimento reajustador” e não golpe de Estado foi a pretexto de que “[...] não se tratou de um mero golpe de palácio [...]”, mas, sim, um reajustamento, por priorizar o combate às injustiças, a resolução de crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo [...]” (MOITA et al., 1980 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 225).

A revolução desencadeada pelo Movimento Reajustador de 1980, trouxe algumas transformações na conjuntura política e administrativa da Guiné-Bissau. O cenário político outrora definido pela notável representação dos cabo-verdianos passou a ser dirigido pela direção militar do PAIGC constituída, predominantemente, por guineenses. Ora, diante do exposto, segundo o sociólogo Caomique (2022, p. 76) “esse episódio encerra a chamada Primeira República, que abrange o período entre 1973 a 1980, e deu início à Segunda República”.

Concernente a crise de 14 de novembro de 1980 e queda surpreendente do apoio vindo da URSS, a Guiné-Bissau recorreu aos organismos internacionais, notadamente Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, para pedir empréstimos, e para permissão de empréstimo, os financiadores colocavam como requisito os seguintes elementos: abertura do mercado para facilitar a concorrência, a privatização dos estatais, diminuir os gastos nas áreas de educação e saúde, e mais a adoção do multipartidarismo (CAOMIQUE, 2022).

Então, diante dessa situação, e estando numa condição de forte vulnerabilidade externa e atormentada pelos grupos internos descontentes com andares do partido único, a Guiné-Bissau se viu obrigada a aceitar a liberalização do mercado e democratização política. É fundamental enaltecermos que o processo de liberação política assistida ao longo do final da década de 1980 e começo da década de 1990 não foi um processo exclusivamente interno, porém é também influenciado bastante por fatores externos, como supracitado. Pelo menos em parte, ele resultou da imposição de condicionalidades econômicas e políticas que teve início em 1983 e se firmou a partir de 1987 através do Plano de Ajustamento Estrutural (PAE) criado por Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), aprofundado

quando do desmoronamento do sistema socialista em 1989 que apoiava o regime único na Guiné-Bissau.

Sendo assim, na década de 1990, deu-se início ao processo de abertura democrática. Em suma, dentre vários outros fatores que condicionaram a abertura democrática na Guiné-Bissau, destacam-se os seguintes: a deterioração da base de apoio do partido-Estado; o monopólio político-governamental; as instabilidades políticas; a crise econômica agravada com a adoção de estratégias de desenvolvimento contraproducentes; a pressão dos doadores internacionais; e a luta de algumas franjas sociais internas pela maior abertura e participação política (CAOMIQUE, 2022, p. 79;).

Diante do exposto, com o intuito de facilitar o processo da abertura democrática, o Estado, através da ANP, criou um combo de leis com vistas a permitir o exercício prático da democracia. Sendo assim, a Assembleia Nacional Popular (ANP), em maio de 1991, aprovou uma nova constituição que concedia a realização de eleições multipartidárias, criação de partidos políticos e outros modos de manifestação políticas dantes restritas pelo artigo 4º e 6º da antiga constituição.

Com efeito, foi criada em 1992 a Comissão Multipartidária de Transição (CMT) onde os partidos políticos, até então, legalizados, eram representados, cada um, por três de seus membros. E para coordenar e supervisionar o processo eleitoral multipartidário, foi criada em janeiro de 1993, a Comissão Nacional das Eleições (CNE), e era formado por um representante legal de cada partido político legalizado, de cada um dos candidatos presidenciais; do Ministério do Interior e Administração Territorial, um representante dos órgãos da comunicação social e quatro personalidades independentes (CAOMIQUE, 2022). □

Destarte, em 1994 o quadro partidário se mudou, com as primeiras eleições multipartidárias no país, formalmente marcando a transição de regime para democracia. □ Entretanto, a mudança na direção política e ideológica possibilitou a emergência de novos partidos políticos.

3.3 Enquadramento geral dos conflitos políticos e institucionais na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país democrático, mas que nunca teve um governo consistente, sólido que conseguisse terminar o seu mandato, devido a uma progressiva onda de incerteza política que ele conheceu a datar da sua independência, na qual vem revelando crises constantes na esfera política, militares e administrativas. Acontecimentos que vieram paralisando e afundando o país, cada vez mais, numa instabilidade política, econômica,

administrativa, social, cultural e democrática. São esses fatos que “[...] a várias décadas não permitiram criar condições de execuções das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2015).

Ora, após a abertura política democrática na Guiné-Bissau, em 1991, com as primeiras eleições livres em 1994, conquistada por João Bernardo Vieira e seu partido, o PAIGC, a despeito de o processo for contestado, porém não impediu o país viver em clima de "normalidade", até que surgisse o conflito militar de 7 de junho de 1998, entre as mesmas forças do Estado, Presidente da República e Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Importa frisar que essa □Guerra civil de 1998, provocou grande danos ou seja, danos irreparáveis no setor cultural guineense como no caso da destruição do INEP, com a perda da grande parte do seu arquivo; destruição do Centro de Documentação sobre música e dança, e também a destruição completa de algumas infraestruturas culturais, como o Cine UDIB. (SANTANA, 2015).

Assim, a conjuntura política e institucional da Guiné-Bissau, que outrora de grandes tensões, exacerbou-se ainda mais com o conflito político-militar de 1998. Deste modo, a partir do começo do século XXI adiante, o país assistiu casos como: conflitos armados, golpes de Estado, assassinatos de entidades públicas do Estado, demissões dos governos e, ainda da recente crise política que contagiou o país a partir de 2015⁸ até data presente.

Em 2003, a conjuntura política e a dinâmica das Forças Armadas seguiram sendo os mesmos de 1998, causando assim o novo golpe de estado ao segundo presidente eleito democraticamente (Kumba Yalá), instituindo-se, em seguida, o Conselho Nacional de Transição, que organizou as eleições legislativas de março de 2004, nas quais o PAIGC saiu como vencedora, tendo assim no comando de primeiro -ministro Carlos Gomes Júnior, até a eleição presidencial realizado em junho de 2005, que, seguidamente, foi vencida por João Bernardo Vieira Nino, depois de seu seis anos de exílio político em Portugal. Nino Vieira, mesmo com a sua volta à presidência da República o cenário geral continuava a declinar-se em todos os setores, sobretudo, setor cultural.

Em 2005, na mesma situação de conflito, Nino Vieira, antes de completar um mês de mandato ao cargo de presidente, destituiu, por decreto presidencial, o governo do primeiro ministro (Carlos Gomes Júnior) eleito democraticamente, alegando assim, tensões constantes

⁸ Derrube de governo de Domingos Simões Pereira (Presidente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde – PAIGC vencedora da eleição legislativa 2014), que culminou numa sucessiva demissão dos governos

entre o governo e as outras entidades de soberania e, por conseguinte, falta de eficácia do Executivo (CARVALHO, 2010).

Novamente o cenário político em 2007, retornou ao centro das preocupações/atensões, quando foi assassinado o antigo Chefe do Estado Maior da Marinha - Lamine Sanhá. Essa situação provocou altas sequelas em nível institucional, geradas pelas divergências entre o Presidente da República e Carlos Gomes Júnior, antigo primeiro-ministro. Assim, perante o exposto, Carvalho (2010, p. 93) aponta que “[...] em todo esse ambiente tenso e instável de nível institucional, desde junho de 1998, período da insurreição militar, várias tentativas de estabilização político-institucional foram articuladas, mas nenhuma foi suficiente a ponte de devolver Guiné-Bissau à paz”. Ao contrário, o cenário evoluiu ainda mais e levou ao episódio de março de 2009.

No dia 1 de março de 2009, foi assassinado o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (Batista Tagme Na Waia) dentro do seu próprio gabinete, por motivos que até agora não foram esclarecidos. Na manhã do dia seguinte, 02 de março do mesmo ano, mataram brutalmente, a sangue frio, o Presidente da República, João Bernardo Vieira.

Destarte, os últimos acontecimentos de violência política que “levaram ao assassinato do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e do Presidente da República em 2009, vêm ao encontro dos problemas [...] sob influência atribuída ao narcotráfico no país com maior frequência nos últimos anos, ” (CARVALHO, 2016, p. 69), o que coloca ainda mais em questão a capacidade e o papel de Estado na Guiné-Bissau. Diante disso, seguidamente apresentamos o quadro cronológico dos golpes de estado, desde o primeiro, antes da democratização em 1980 aos pós-democratização, em 2009.

Quadro 4 - Cronologia dos golpes de Estado. Guiné-Bissau. 1980/2012

Ano	Autores golpistas	Função	Pós-golpe
1980	Nino Vieira	Primeiro-Ministro	Presidente da República
1999	Ansumane Mané	CEMGFA	CEMGFA
2003	Veríssimo Seabra	CEMGFA	CEMGFA
2009	Grupos desconhecidos das Forças Armadas	Grupo dentro das Forças Armadas	Continuam dentro das Forças Armadas
2010	Antonio Indjai	Vice- CEMGFA	CEMGFA
2012	Antonio Indjai	CEMGFA	CEMGFA

Fonte: Elaboração própria baseado no CARVALHO, 2010.

Portanto, o quadro evidenciado demonstra as consequências desses golpes e da miscelânea de desafios e problemas que nascem em toda parte na nação guineense.

Ora, perante o exposto, as instituições do Estado na Guiné-Bissau após o conflito político-militar de junho de 1998, jamais conseguiram restabelecer sua capacidade de atuação e ou, ao menos, manter o que já vinha funcionando desde a democratização, ainda com as dificuldades ligadas à sua estrutura centralizadora. “A autoridade do que vinha sendo o Estado foi profundamente abalada, as infraestruturas econômicas do país foram destruídas e a capacidade nacional de empreendimento foi seriamente afetada” (CARVALHO, 2016, p. 70).

De acordo com Semedo (2013) a Guiné-Bissau não consegue se desvincular, ou até se distanciar do passado marcado pelas lutas que se transformou no presente, quer dizer, toda a probabilidade de fazê-lo se desenvolver no contexto social, político, econômico e cultura, permanece presa ao histórico de constantes conflitos, até agora visível nas ações políticas dos seus principais atores.

Deste modo, com o débil desempenho das instituições, a capacidade de desenvolvimento e rendimento da riqueza nacional sofreu um grande impacto com tudo isso. Por isso, desde 1998 até o presente momento, a Guiné-Bissau não foi capaz de recuperar seu poder econômico antes do conflito. O Estado guineense deixou de ter recursos para assegurar o seu funcionamento mínimo, “o que lhe obriga sempre a recorrer às instituições financeiras internacionais e aos países parceiros para pedir fundos para arcar com o seu orçamento interno” (IBIDEM, 2013).

Segundo Carvalho (2016, p. 70)

[...] atualmente em Guiné-Bissau, não se trata de conhecer, de diagnosticar os problemas ou de propor soluções. A questão central é a fragilidade institucional e a falta de recursos para que o Governo possa implementar programas de reformas fundamentais e inadiáveis, bem como para a promoção da recuperação econômica e consolidação da estabilidade política e social. O país não tem grandes recursos e os poucos que consegue ter dos parceiros externos são desviados por seus próprios membros do governo, aliás, corrupção em Guiné-Bissau está num nível que só falta ser institucionalizado, porque a grande maioria da elite política enriquece do dia para a noite de forma assustadora.

Isso, segundo o autor, vem da passividade do Estado e da falta de rigor ideológico que se apresentou por diferentes maneiras, como o amiguísmo, o nepotismo, a ostentação e ambição pessoal, numa comprovação de nítida subordinação do interesse coletivo ao proveito pessoal, que acabou resultando em irrefutáveis traços expostos da crise ideológica do Estado e da corrupção que mina cada vez mais o alicerce do país.

No entanto, com base na dinâmica da situação que se configurou na Guiné-Bissau, depois da independência e democratização, podemos dissertar que a disfuncionalidade do Estado da Guiné-Bissau, como sendo um Estado bastante debilitado, em termos de operacionalização institucional, a contar da independência até dias atuais com variada incerteza em termos políticos, econômicos, sociais e culturais em cada período, não é de hoje, e sim, são reflexos e consequências do passado, por não ter conseguido executar bem o seu papel e a sua missão enquanto Estado.

Segundo Carvalho (2016, p. 88)

[...] os problemas institucionais no período pós-independência confundem-se com a própria história da Guiné-Bissau, o que pode parecer uma mera sucessão de intrigas e rivalidades entre a classe dirigente, um pequeno elenco de personagens que procuram vencer a corrida pelo poder de uma forma cada vez mais desesperada no processo, em que acabam arrastando o país de crise em crise [...]

Isto posto, percebe-se que a instabilidade constante do país é resultado de problemas múltiplos, interligados e, sempre, de natureza institucional.

O que tem acontecido na Guiné-Bissau não é isolado, pois em quase todo o continente africano a crise do Estado e os graves problemas de estagnação política e democrática contribuíram para desestabilizar e até minar as formas e os modos de controle político estabelecidos durante os primeiros anos da democratização. (CARVALHO, 2022, p. 88)

Essa conjuntura por seu turno acaba criando penosamente a concepção de lugares como estes, capazes de golpes de estado, instabilidade militar e política. Portanto, diante deste cenário, é evidente que a instabilidade impacta negativamente no progresso de um certo país, região, visto que esta desestabiliza as possibilidades do desenvolvimento socioeconômico, ocasionando e ampliando sempre mais a pobreza nos setores mais afetados. Como o setor da cultura que sofre com falta de políticas públicas de cultura, nomeadamente de política nacional de cultura, devido à instabilidade institucional administrativa de um tempo duradouro, acarretadas pelo PAIGC, e que teve suas consequências proliferando-se nas instituições administrativas.

Retornando acerca da instabilidade e crise política recorrentes no país, importa enfatizar que de 1973 a 2014, o povo guineense jamais assistiu um presidente e primeiro ministro eleitos democraticamente terminarem seus mandatos, tendo em vista a persistente instabilidade política que assola o país. Todavia, o então presidente José Mário Vaz (vulgo Jomav), foi o primeiro presidente guineense eleito democraticamente a terminar um mandato (2014-2019)⁹.

⁹ De acordo com o artigo 66º da Constituição da República (1996), o mandato do Presidente da República tem a duração de cinco anos.

Não obstante, no decorrer do seu mandato, ocorreram crises políticas, que começaram em 2015 com a demissão de Domingos Simões Pereira, Primeiro-Ministro e também presidente do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), partido vencedor da IX legislativa em 2014. Assim, assinalou-se sucessivas demissões¹⁰ e nomeações de governo durante o seu mandato, na qual levou as intenções do executivo sobre o desenvolvimento do setor cultural passaram a ser ameaçadas (BUCAL et al, 2022).

Ademais, é fundamental sublinhar que o reflexo do passado colonial pode ser considerado uma das prováveis explicações para compreendermos o atual cenário da Guiné-Bissau, de certa maneira, já que a gênese das crises que atualmente trava o progresso do país resulta do seu processo de formação colonial que, no que lhe diz respeito, deixou uma má herança para o povo guineense. Portanto, o período de instabilidade política, econômica, social e cultural no país, golpes e contragolpes causaram impactos diretos nas ações governativas do Estado guineense.

Por conseguinte, a história da Guiné-Bissau é profundamente marcada por sua rica diversidade cultural, cujas tradições e práticas exerceram uma influência significativa na formação do Estado e nas escolhas políticas ao longo do tempo. Como destacado neste capítulo, a cultura guineense desempenhou um papel crucial na construção da identidade nacional e no desenvolvimento das políticas estatais guineense. Portanto, é necessário compreender que o Estado guineense não pode ser analisado de forma isolada, mas deve ser entendido em estreita relação com a cultura que o permeia. Nesse sentido, a compreensão da história e das dinâmicas culturais é essencial para uma análise abrangente do processo de construção do Estado e sua influência nas políticas estatais na Guiné-Bissau. Isso enfatiza a importância de uma abordagem holística ao considerar as relações entre Estado e a cultura no contexto guineense, possibilitando uma análise mais abrangente e precisa do desenvolvimento político e cultural do país.

4 CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS NA DEMOCRACIA GUINEENSE (1994-2020)

A Guiné-Bissau sendo uma região da África subsaariana, dispõe de uma herança cultural bastante rica e diversificada, com uma pluralidade de ritmos, instrumentos musicais, danças e manifestações culturais, conta com um intenso intercâmbio cultural entre etnias, não apenas pela expressão corporal, mas também nos trajes ou sons e instrumentos que

¹⁰ Chefe de estado guineense durante seu mandato nomeou sete primeiros ministros.

acompanham as manifestações e práticas culturais que estão muito presentes no quotidiano guineense. Por certo, este potencial precisa ser valorizado e internacionalizado, pois, a identidade de um povo é a sua cultura.

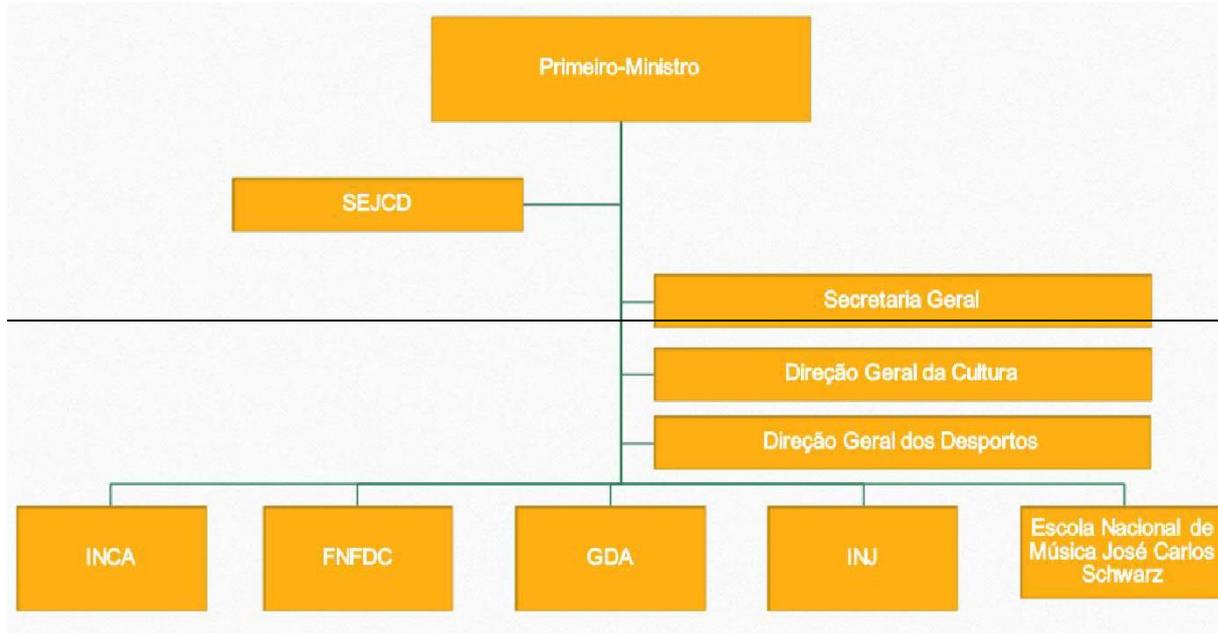
Até ao presente momento desta dissertação, a Guiné-Bissau não possui legislação específica que aborde especificamente o tema da cultura e as suas múltiplas formas de expressão. No entanto, a cultura na Guiné-Bissau é frequentemente compreendida como um conjunto abrangente de elementos, englobando tradições, costumes, práticas, conhecimentos, arte, música, dança, literatura, línguas, património material e imaterial, religiões religiosas, valores, identidade étnica, entre outros.

No que diz respeito à sua gestão institucional e organizacional, a cultura guineense esteve inicialmente sob a tutela da Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto. Atualmente, no entanto, essa responsabilidade foi limitada para a Secretaria de Estado da Cultura. Em outras palavras, em 1994, com a chegada da eleição democrática do Estado, foi instituída, por meio do Decreto Presidencial nº2/94, a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto. Depois de vinte e seis anos, surgiu a Secretaria de Estado da Cultura como uma entidade independente em relação à antiga SEJCD

Nesse sentido, no presente capítulo buscamos analisar a relação entre Estado e cultura na Guiné-Bissau a partir de 1994, período democrático, ou seja, período que começou o primeiro Estado eleito democraticamente, até 2020, o ano que foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura, desincorporando, portanto, da antiga Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto.

A SEJCD é o organismo governamental responsável pela tutela da cultura, ao qual compete formular, propor, coordenar e executar a política do Governo em matéria da juventude, cultura e desportos. A SEJCD se estruturava por seguintes órgãos centrais: da Secretaria Geral, da Direção Geral da Cultura e da Direção Geral dos Desportos, e tutela o INCA, o INJ, o FNFDC, o GDA e a Escola Nacional de Música “José Carlos Schwarz”.

Figura 2 – Estrutura orgânica da cultura (1994-2019)



Fonte: Santana (2015, p. 28)

Decerto, a SEJCD se vigorou até 2019, pois em 2020 por meio do Decreto Presidencial n.º 3/2020, de 2 de março, artigo 35º foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura, desincorporando, portanto, da antiga SEJCD. Assim como SEJCD, o SEC também está sob dependência direta do Primeiro-Ministro.

Quando fazemos alusão a essa desmembração da cultura da Secretaria do Estado da Juventude e Desporto, podemos asseverar que a criação de uma Secretaria de Estado dedicada exclusivamente à cultura pode indicar o reconhecimento da importância da cultura como um setor independente, que merece atenção e políticas específicas. Também pode permitir uma gestão mais eficaz dos assuntos culturais, já que eles podem ter necessidades e dinâmicas próprias que podem ser perdidas em uma estrutura mais ampla.

Ora, por outro lado, é importante advertir que a desmembração de uma estrutura existente requer uma coordenação e cuidados de comunicação para evitar lacunas nas responsabilidades e conflitos de interesses. Também é crucial garantir que os esforços culturais estejam alinhados com outros setores, como educação e turismo etc.

O SEC tem enquadramento na orgânica de governo de criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais enquanto fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade guineense. O mesmo decreto presidencial conferiu à Secretaria de Estado da Cultura os poderes de:

Promover ações destinadas a valorização da cultura nacional; apoiar a revitalização das tradições culturais ameaçadas de extinção; impulsionar os intercâmbios culturais

a nível sub-regional e internacional; promover ações de reconhecimento e divulgação das tradições culturais, garantindo em simultânea a sua sobrevivência; e implementar a política do governo no domínio da cultura. (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Por desmembrar da antiga SEJCD, a Secretaria do Estado da Cultura atualmente se configura em duas estruturas principais, a saber: a Direção-Geral da Cultura e a Direção-Geral do Patrimônio Cultural. Também, dispõe de cinco estruturas adicionais:

A Agência Nacional de Carnaval responsável pela organização do carnaval nacional e das atividades conexas; o Copyright Office ou sociedade para a Gestão de Autores (SGA), criado em 1996; Instituto Nacional do Cinema e audiovisual criado em 1978; Fundo de Promoção de Atividades Culturais, da qual se espera a operacionalização e o Instituto Nacional para a Promoção da Cultura na Diáspora, responsável por representar a SEC na Diáspora (GUINÉ-BISSAU, 2020, p. 18).

Tendo em vista a criação dessas estruturas na Secretaria de Estado da Cultura, podemos afirmar que, por um lado, isso demonstra um compromisso com a promoção da cultura e do patrimônio, um esforço em dar atenção às várias dimensões da cultura na Guiné-Bissau. Por outro lado, no entanto, a eficácia dessas estruturas dependerá da clareza de suas atribuições, a coordenação entre as estruturas e a alocação adequada de recursos e uma abordagem orientada para resultados que beneficiem a população e promovam o desenvolvimento cultural sustentável do país.

Perante exposto, ao considerarmos questões institucionais e organizacionais, é fundamental ressaltar que, desde o início do período democrático, a Guiné-Bissau tem enfrentado dificuldades no estabelecimento de uma estrutura governamental eficaz que possa apoiar a melhoria da formulação e implementação de políticas culturais coerentes.

Segundo relatório da entidade, a falta de um espaço de trabalho adequado para a SEJCD/SEC tem levado muitos funcionários, especialmente os gestores, a realizarem suas atividades fora do escritório (GUINÉ-BISSAU, 2020).

Esta situação de ausência de uma estrutura governamental eficaz na área da cultura na Guiné-Bissau consideramos como uma questão preocupante, e que pode acarretar consequências sérias para o desenvolvimento cultural guineense. Por exemplo, pode acarretar em deficiências de progressão, na formulação de estratégias fragmentadas e desconectadas que não abrangem as necessidades culturais específicas da população, e também resultar em um desperdício de recursos.

Todavia, apesar de falta de espaço, constatamos que foram realizados alguns projetos¹¹, na qual está inserido o projeto de aquisição e legalização no terreno do Palácio da Cultura¹², assim como sua construção, conforme demonstra figura abaixo.

Figura 3 – Projeto do Palácio da Cultura



¹¹ Projeto de reabilitação do salão de Instituto Nacional do Cinema e Audiovisual; o projeto de reabilitação de Cine-Clubs da UDIB Ajuda Sport e Cine-Clubs Regionais; projeto de criação do Grupo Coral Nacional que segundo o relatório irá preencher a lacuna em termos de desenvolvimento cultural (GUINÉ-BISSAU, 2020).

¹² Projeto do edifício do Palácio da Cultura é inspirado na máscara que imita a cabeça do boi, este edifício dispõe de três pisos e preveem na sua estrutura interna dois salões de espetáculos, um dos quais, com capacidade para quase dois mil espectadores, para além de salões de conferências, de cinema, galerias de artes plásticas, áreas administrativas, bibliotecas, museu etnográfico, academia de música, restaurantes e outros (GUINÉ-BISSAU, 2020).



Fonte: faladepapagaio. blogspot.com (2020)

Além da carência de uma estrutura governamental eficiente, da falta de pessoal qualificado no setor cultural guineense (GUINÉ-BISSAU, 2020), o cenário compromete não apenas a eficácia e a eficiência da Secretaria de Estado da Cultura guineense, mas também se reflete como um obstáculo para abranger as diversas demandas culturais em todo o país.

No mesmo contexto institucional e organizacional, tanto a SEJCD quanto a SEC enfrentam não apenas os desafios mencionados anteriormente, mas, talvez o mais preocupante de todos, um problema que podemos considerar como gravíssimo para o setor cultural guineense: a carência alarmante de recursos financeiros. Essa é uma preocupação significativa para todos os criadores, empresários culturais e organizações culturais da sociedade civil.

Conforme afirmado por Nhanca (2013, p. 48), a Guiné-Bissau “não possui recursos próprios para financiar seus principais programas de investimento público.” O país enfrenta uma economia frágil e depende consideravelmente da assistência externa para manter suas operações governamentais. Infelizmente, essa assistência externa nem sempre se destina ao setor cultural. Nesse contexto, é fundamental destacar que essas situações, identificada pelo autor, são desfavoráveis em todas as esferas da sociedade guineense, com um impacto particularmente significativo na área da cultura.

Com base nos dados apresentados no quadro abaixo, parece que o orçamento anual destinado ao setor cultural se mantém constante desde 2007, permanecendo em 35,4 milhões de francos CFA para suas operações.

Quadro 5 - Evolução do orçamento do ministério responsável pela cultura (em milhões de FCFA)

Rubrica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Subvenção à imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orçamento total do Ministério da cultura	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4
Funcionamento ¹³	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGC/INE-G/Ministério da Economia

Sem dúvida, essa alocação de recursos representa o orçamento nacional para o setor da cultura e destaca a extrema fragilidade operacional da SEJCD/SEC. É uma quantia insuficiente para satisfazer as diversas demandas, sendo necessária uma ampliação no financiamento.

Quanto à obtenção de financiamentos adicionais, nota-se que a Secretaria de Estado da Cultura ainda não conseguiu aproveitar os fluxos financeiros dos parceiros técnicos, em parte devido à ausência de políticas públicas e à falta de um diálogo estruturado com os parceiros de cooperação cultural. Conforme o documento indica, o financiamento geralmente provém de instituições multilaterais de cooperação, como a União Europeia, UNESCO, CEDEAO, UEMOA, e de países lusófonos, como Portugal e Brasil.

Por outro lado, a presença de empresas privadas capazes de apoiar o setor cultural e as atividades culturais na Guiné-Bissau é praticamente inexistente. Isso limita a capacidade de explorar a rica diversidade e patrimônio cultural do país, resultando em desapontamento tanto no setor cultural em si quanto nos agentes culturais que enfrentam dificuldades na implementação de seus projetos. A fragilidade tanto do setor privado quanto do público tem agravado os desafios enfrentados pelo setor cultural.

Contudo, considerando os desafios que a autoridade responsável pela cultura do país enfrenta, é fundamental destacar a falta de um comprometimento efetivo por parte do Estado

¹³ As despesas de funcionamento são compostas de a) aquisição de bens e serviços; b) aquisição de bens e capital; c) outras despesas correntes; d) transferências; e) despesas de capital. (GUINÉ-BISSAU, 2020)

da Guiné-Bissau no fortalecimento das instituições culturais e na adequada alocação de recursos orçamentários.

4.2 Trilhos e tramas da Cultura guineense (1994-2020): análises das ações da SEJCD/SEC

Iniciando esta discussão, o artigo 17º da Constituição da República da Guiné-Bissau (1996) estabelece o seguinte:

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana” “[...] Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar ativamente na sua criação e difusão”. (GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 4).

Certamente, para cumprir com o plasmado acima mencionado, de 1994 a 2020 o Estado a partir da SEJCD/SEC buscou desencadear diversas ações voltadas ao setor cultural, “marcos importantes podem ser notados no que concerne ao estabelecimento de ações que visavam articular políticas culturais no país” (BUCAL E MACHADO, 2022, p. 11).

Desses marcos, começamos por analisar as duas conferências realizadas pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto, que consideramos marcos fundamental no desenvolvimento do setor da cultura guineense desde que país conheceu o regime democrático em 1994.

À vista disso, em 1996 realizou-se a II¹⁴ Conferência Nacional da Cultura, cujo a finalidade consiste na necessidade de revitalizar a cultura guineense e, por conseguinte, fazer uma reforma cultural no país (SANTANA, 2015). Dessa maneira, na IIª Conferência Nacional da Cultura foram traçados seguintes objetivos:

A valorização e promoção da identidade, património e cultura nacionais, dentro e fora do país, o investimento nos artistas e produções nacionais bem como a sua projeção no estrangeiro, o fortalecimento das relações internacionais, nomeadamente com estruturas que cedessem apoio financeiro, o investimento na formação artística e a regularização de leis para o setor cultural (TCHINTCHOR, 1997, p. 6-7 *apud* SANTANA, 2015).

Como podemos perceber a IIª conferência concentrou objetivos importantes, como a valorização da identidade cultural, a promoção do património e a projeção internacional dos artistas guineenses, isso demonstra um compromisso em abordar as várias dimensões da cultura.

¹⁴ A primeira conferência nacional da Cultura na Guiné-Bissau, aconteceu em 1988, mas devido material sobre o assunto, preferimos não avançar com essa matéria.

No entanto, imediatamente após a realização deste notável evento cultural, que tinha a ambição de revitalizar a nossa cultura, o país mergulhou abruptamente em um grave conflito político-militar conhecido como a guerra civil de 7 de junho de 1998/99. Esta guerra, por um lado, prejudicou a realização dos objetivos delineados na conferência. Além disso, causou danos irreparáveis ao patrimônio cultural e histórico. Um exemplo disso foi a destruição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e de uma parte significativa de seu acervo. Também foram vítimas dessa situação o Centro de Documentação sobre Música e Dança, assim como infraestruturas como o Cine UDIB.

Por outro lado, esse cenário gerou uma série de crises, incluindo “crise financeira, falta de recursos materiais e destruição de infraestruturas, insegurança institucional e desilusão política e humana” (RUDEBECK, 2001, p. 24). É importante observar que esse conflito também impactou os níveis de progresso na direção à definição do regime democrático adotado pelo país em 1994.

Nesse ínterim, passados dezanove anos, realizou-se em 2015 a IIIª Conferência Nacional de Cultura, cujo lema: “*Cultura ao serviço da Nação*” (BUCAL et al, 2022). A IIIª Conferência Nacional de Cultura, realizada na província norte do país, região de Cacheu, contou com diferentes personalidades, membros do governo, autoridades regionais e locais, agentes da sociedade civil e artistas. A resolução da conferência traça medidas a desenvolver:

Repensar a estrutura política da SEJCD numa lógica que melhor favoreça a promoção e dinamização do setor cultural, elevando a SEJCD a nível do Ministério da Cultura, e o aumento substancial do orçamento no OGE 2016 para o setor; Elaborar a curto prazo uma Política Nacional da Cultura; Incentivar o desenvolvimento da economia da cultura; Criar os espaços culturais nas regiões; Fortalecer as organizações da Sociedade Civil (fóruns e redes) que intervêm no setor cultural; Elaborar os guias turísticos e culturais; Criar um Fundo Nacional de Fomento Cultural, Juvenil e Desportivo; Organizar regularmente os encontros de reflexão sobre a cultura (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 2-4).

A realização da IIIª Conferência Nacional de Cultura na Guiné-Bissau, que reuniu uma variedade de personalidades, representa um esforço importante para promover a cultura e envolver diversos setores na discussão cultural. Ou seja, segundo Bucal e Machado (2022, p. 5) “[...] representou a implementação de um modelo de gestão que tem como base o reconhecimento da diversidade cultural guineense, considerando as diversas manifestações culturais e linguagens artísticas e promovendo a construção de meios de participação democrática”.

Embora a diversidade de participantes seja notável, é crucial avaliar se essa representatividade se traduziu em uma verdadeira inclusão de todas as vozes relevantes. Porque em muitos casos, conferências desse tipo podem ser dominadas por figuras políticas

ou de elites culturais, deixando de fora perspectivas mais amplas e menos ouvidas da sociedade. Diante disso, faz-se necessário deixar seguinte indagação: será que as vozes da comunidade local, as minorias étnicas e de outros grupos marginalizados foram representados?

De fato, sem dúvida, a realização de uma conferência nacional dedicada à cultura é um passo fundamental que evidencia o reconhecimento da cultura como um elemento central na construção da identidade nacional, no progresso social e no estímulo à economia criativa. Esses eventos conferem um papel crucial para a cultura, não apenas como um componente essencial do tecido social, mas também como uma força motriz para o desenvolvimento econômico sustentável.

Entretanto, embora sejam, sem dúvida, instrumentos importantes para aproximar o poder público da sociedade civil e influenciar as políticas públicas, é imperativo que se avalie o grau de eficácia e a implementação real das diretrizes e recomendações resultantes desses encontros. Porque muitas vezes, vemos que as discussões enriquecedoras que ocorrem nessas conferências nem sempre se traduzem em ações concretas. Essa disparidade entre o discurso e a prática pode ser resultado de uma série de fatores, como falta de recursos, burocracia excessiva ou até mesmo desinteresse político.

No caso das duas conferências mencionadas, torna-se evidente que a falta de recursos financeiros não foi o único obstáculo para a transformação dos objetivos propostos em ações concretas. Além disso, a persistência de conflitos políticos recorrentes se apresentou como uma barreira.

Na verdade, ambas as conferências enfrentaram desafios políticos imediatos após sua conclusão. Por exemplo, a IIª conferência, realizada em 1996, foi seguida por um conflito político-militar em 1998, apenas dois anos depois. Da mesma forma, a IIIª conferência, realizada em 2015, foi sucedida pela demissão do governo em menos de um ano após o evento.

Esses eventos políticos turbulentos não apenas complicaram a implementação das metas das conferências, mas também destacaram a fragilidade do ambiente político em que essas iniciativas culturais estavam inseridas. Esses aspectos adicionais, além das limitações de recursos, tornaram ainda mais difícil a realização das mudanças desejadas na esfera cultural e demonstram a complexidade de promover avanços recentes em um contexto político instável.

Diante dos desafios decorrentes do atraso no desenvolvimento e na melhoria do bem-estar das populações, conforme apresentado no capítulo anterior, foram realizados dois estudos prospectivos de longo prazo, dando origem ao Documento de Estratégia Nacional de

Redução da Pobreza (DENARP I e II). No DENARP I, observamos que o governo guineense expressou a necessidade de transformar a Guiné-Bissau em “um país pacífico na diversidade, que valorize o patrimônio cultural” (DENARP I, 2005, p. 25).

Com efeito, a inclusão da valorização do patrimônio cultural no DENARP sinaliza um compromisso inicial por parte do governo, que destacou a importância de enfatizar a cultura como componente da estratégia de redução da pobreza. Isso indica uma compreensão das interconexões entre cultura, desenvolvimento humano e qualidade de vida.

No entanto, a eficácia dessa integração depende da maneira como a cultura foi abordada nas políticas. Embora o documento destaque que a erradicação da pobreza exija uma abordagem abrangente que englobe fatores “econômicos, sociais, institucionais, culturais e ambientais” (DENARP I, 2005, p. 5), fica evidente que o mesmo não apresenta de forma acentuada a relevância da cultura na redução da pobreza. Além disso, é notável a ausência de estratégias específicas para a cultura.

Mesmo que haja uma percepção inicial de comprometimento, faltam delineamentos claros e de estratégias concretas para incorporar uma cultura na luta contra a pobreza prejudicada na eficácia das políticas propostas. A redução da pobreza é uma tarefa multifacetada que requer uma abordagem holística preconizada pelo documento, mas isso deve incluir uma compreensão sólida da contribuição da cultura e ações concretas para envolver e beneficiar as comunidades culturais de maneira significativa.

Seguidamente, no período de 2012 a 2014, a Guiné-Bissau passou por um período de transição, tendo Manuel Serifo Nhamadjo como Presidente de transição, ele liderou o país durante dois anos sob controle dos protagonistas do golpe, os militares. O então Presidente da República de transição Serifo Nhamadjo chegou a discursar durante a celebração dos 37 anos de vivência do grupo Ballet Nacional “Esta é a nossa pátria amada”, onde antagonicamente, ele afirma que o setor da cultura foi aquele que mais se desenvolveu no país, a despeito de ele requisitar o esforço e necessidade de envolvimento do Estado na cultura:

A cultura é uma ferramenta indiscutivelmente muito importante para o desenvolvimento da sociedade, ainda mais para a Guiné-Bissau. A cultura é o setor que mais evoluiu na Guiné-Bissau, mas tem que ser acarinhado para dar mais passos para se afirmar melhor (...). É preciso maior atenção e disponibilização de meios, infraestruturas, para que a juventude e as pessoas que estiveram ao longo desses anos todos a trabalhar na cultura para o engrandecimento do nome do nosso país, possam fazer cada vez mais e melhor (KOUDAWO, entrevista concedida a SANTANA, 2015, p. 26)

Ante o exposto, após um hiato de dois anos de encadeamento de um golpe militar que instalou um governo provisório, foram realizadas eleições gerais (presidenciais e legislativas), em 2014. O processo eleitoral, até então bem-sucedido, é visto como um passo crucial para o

regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional, tendo o presidente da república José Mário Vaz e o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira ambos membros do histórico partido – PAIGC.

Com efeito, o governo, logo no começo da sua gestão, considerando os problemas de origem conjunturais e de carácter estrutural na Guiné-Bissau, nomeadamente: “fragilidade do tecido económico, a fraqueza das instituições e de todo processo democrático, o carácter crónico da instabilidade política e a assumida falta de capacidade de respostas a muitas situações de emergência” (GUINÉ-BISSAU, 2014, p. 3), decidiu apresentar três programas de intervenção, a saber: programa de Urgência, programa de Contingência e programa de Desenvolvimento.

Nestes programas, constatamos que as ações voltadas para a cultura estão enquadradas no terceiro eixo - programa de desenvolvimento, que é muito mais complexo e ambicioso, tendo como principal objetivo alterar o quadro macroeconómico, social e político do país com objetivo de na próxima década a Guiné-Bissau possa ocupar um lugar de destaque pela positiva nos índices de desenvolvimento humano (GUINÉ-BISSAU, 2014, p. 4). É um eixo também que visa a promoção do desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos guineenses, em resposta à compreensão de que o desenvolvimento humano e da sociedade guineense de modo geral contempla a dimensão cultural.

Nessa perspectiva, para uma boa governação, o governo guineense apresenta quatro pilares de ações, pela qual se distribuem os diferentes ministérios e secretarias de Estado (SANTANA, 2015).

Consolidar o estado de direito democrático, promover a boa governação e reformar as instituições do estado; Promover o crescimento económico e a redução da pobreza, Promover o desenvolvimento e a valorização dos recursos humanos, Redinamizar a política externa, a integração regional e o enquadramento dos guineenses no exterior (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Observando para o cenário cultural, importante destacar que o governo da IX legislatura liderado por Domingos Simões Pereira, e tendo como Secretário do Estado de Juventude, Cultura e dos Desportos, Tomás Gomes Barbosa. Estes após reconhecerem a deterioração no setor da cultura, elegeram propor cinco medidas que tem a intenção de responder às demandas prioritárias do contexto cultural do país, notadamente:

Criar um quadro jurídico-Legal de base que rege o funcionamento das instituições culturais; preservar, valorizar e difundir o património cultural nacional; promover a criação e difusão artística e literária; Formar e capacitar técnicos e animadores culturais; Elaborar o documento da política de desenvolvimento cultural (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Ao refletirmos essas prioridades, é essencial considerarmos que a intenção do governo revela um esforço abrangente para abordar questões cruciais relacionadas à promoção cultural e à preservação do património.

No entanto, ao analisarmos o panorama jurídico guineense, percebemos a inexistência de leis, ou seja, não teve lei aprovada e em vigor no setor da cultura, desde a sua independência, mesmo com as exigências e prioridades que essa área apresenta. Todavia, nos últimos anos teria sido introduzida uma série de textos no processo de aprovação. São eles:

i) o Estatuto do Mecenato; ii) eventos culturais relacionados com a dança, música, teatro e cinema; iii) a luta contra a pirataria; iv) o Regulamento sobre as condições técnicas dos locais e divertimentos públicos (GUINÉ-BISSAU, 2020, p. 28).

Ainda, em relação a essas questões legais no setor da cultura, os conferencistas da IIIª Conferência Nacional da Cultura recomendaram a criação de um quadro jurídico – legal de base para orientar o funcionamento das instituições culturais (BUCAL, e MACHADO, 2022):

[...] lei sobre o Direito de Autor e Direitos Conexos que revoga o Código dos Direitos de Autor, lei sobre a comercialização e exportação dos bens culturais, regulamento de espetáculos; regulamento de proteção do património arqueológico, regulamento de aposição obrigatória de selos nos fonogramas, regulamento que estabelece regras de importação e aluguer de videocassetes gravadas, etc. Adoptar uma legislação que estimula a institucionalização de festivais, feiras de produtos, de artesanato, de intercâmbios e outros eventos que possam gerar lucros a economia; Institucionalizar os mecanismos de certificação e valorização de produtos culturais; Actualizar a Legislação depósito legal, que serve de interesse nacional, garantindo a aquisição, a gravação, a preservação e a disponibilidade do património público de uma nação. Aplicar as leis que obrigam os órgãos de Comunicação Social na divulgação e promoção das obras de criadores intelectuais nacionais; Aplicar a Lei do mecenato em articulação com campanhas de sensibilização. (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 3-5

Diante dessa constatação, é fundamental compreendermos que o quadro jurídico-legal exerce um papel importante no setor da cultura, visto que estabelece as bases legais e regulatórias que regem a proteção, promoção e desenvolvimento das atividades culturais em uma sociedade. Essa estrutura legal colabora na preservação do património cultural, na promoção da diversidade cultural e no incentivo à criação artística, entre outros aspectos cruciais.

Através da implementação de leis adequadas e práticas, é possível criar um ambiente propício para a valorização e o crescimento do setor cultural. Isso beneficia não apenas os criadores e artistas, mas também a sociedade em geral, ao fomentar o enriquecimento cultural, a identidade nacional e a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Portanto, a ausência de uma lei específica para o setor cultural como no caso da Guiné-Bissau representa um desafio que pode ser superado apenas com a implementação de uma estrutura legal adequada e eficaz.

Entretanto, diante do que foi dissertado, apresentamos a partir do quadro abaixo o resumo daquilo que foi trajeto da tutela de cultura desde 1994 a 2020.

Quadro 6 - Relação de Governos constitucionais e transitivo, domínio cultural – período da democratização (1994-2020)

Presidente	Período da gestão	Ministério que tutela a cultura	Tutela da cultura	Responsável pela tutela	Legislação
João Bernardo Vieira	1994	Sob dependência direta do primeiro-ministro	Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto		Decreto Presidencial nº2/94 - Cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto sob dependência do Primeiro Ministro
	1996	Ministério da Juventude, Cultura e Desporto Extingue Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto	Ministério da Juventude, Cultura e Desporto	Desconhecido	Decreto Presidencial nº4/96 - Cria Ministério da Juventude, Cultura e Desporto Extingue Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto
	1997	Sob dependência direta do primeiro-ministro	Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto		Decreto Presidencial nº6/97 - Cria a Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto sob dependência direta do Primeiro Ministro Extingue Ministério da Juventude, Cultura e Desporto
	1998	Ministério da Juventude, Cultura e Desportos	Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desporto		Decreto Presidencial nº11/98 - O Governo da Unidade Nacional compreende o Ministério da Juventude, Cultura e Desportos
Kumba Ialá – Presidente da República	2000-2003	Ministério das Infraestruturas Sociais	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Isidoro Afonso Rodrigues - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Decreto Presidencial nº2/2000 - É mantida a Secretaria de estado da Juventude, Cultura e Desportos sob a tutela do Ministério

					das Infraestruturas Sociais
João Bernardo Vieira - Presidente da República	2005 - 2009	Ministério da Cultura, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Adiatu Nandinga - Ministra da Juventude e Desporto	Desconhecido
Malam Bacai Sanhá - Presidente da República	2009 - 2011	Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	Artur Silva - Ministro da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto	Desconhecido
				Fernando Saldanha - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desportos	
Manuel Serifo Nhamadjo - Presidente da República de transição	2012	Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e Desporto	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Vicent Pungura - Ministro da Educação Nacional, Juventude, Cultura e Desportos	Desconhecido
	2013			Alfredo Gomes - Ministro da Educação Nacional Juventude Cultura e Desportos	Desconhecido
	2014		Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Helena Barbosa, Secretária de Estado da Juventude Cultura e Desportos	
José Mário Vaz		Sob dependência		Tomás Barbosa - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Desconhecido

- Presidente da República	2015	direta do Primeiro- Ministro	Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Francisco Conduto de Pina - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	
	2016- 2018		Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Tomas Gomes Barbosa- Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	
	2018- 2019		Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	Florentino Fernando Dias - Secretário de Estado da Juventude, Cultura e Desporto	
	2019- 2020		Secretaria de Estado da Cultura	António Quirino Bubacar Spencer Embaló – Secretário de Estado da Cultura	Decreto Presidencial n.2/2019- Cria a Secretaria de Estado da Cultura,
Umaro Sissoco Embalo	2020	Sob dependência direta do Primeiro- Ministro	Secretaria de Estado da Cultura	Francelino Cunha - Secretário de Estado da Cultura	Decreto Presidencial n.º 3/2020- É mantida a Secretaria de Estado da Cultura

Fonte: Elaboração própria baseado em Santana (2015) e Bucal et al (2022)

De acordo com o quadro evidenciado, podemos perceber que de 94 a 2020, apesar dos esforços e ambições evidentes no domínio da cultura, por parte das entidades culturais, as corriqueiras instabilidades políticas, o baixo crescimento econômico, as instabilidades administrativas institucionais, ausência de leis, situam entre elementos que obstaculizam a consolidação do setor cultural da GB.

Ao emprendermos um exercício reflexivo sobre estas situações deve-se considerar que o ciclo de instabilidade política e institucional que se verifica no país desde período democrático, gera um constante processo de descontinuidade administrativa, resultante de constante mudança de liderança política sobretudo na área da cultura, o que vai refletir na fragmentação da continuidade das políticas culturais e dos projetos em andamento.

Com isso, os programas e projetos que estavam em desenvolvimento, todos praticamente foram interrompidos, modificados, ou até mesmo abandonados completamente. Corroborando com a visão de Calabre (2009), essa realidade é desvantajosa, pois os processos culturais exigem uma visão de longo prazo, “estímulos à diversificação e à revitalização das práticas culturais não costumam gerar frutos rapidamente; são na verdade processos, e não ações de resultados imediatos” (CALABRE, 2009, p. 3).

E essa situação, conseqüentemente, é capaz de suscitar frustração e impactos negativos para os profissionais da cultura, artistas, produtores culturais e demais agentes culturais envolvidos. Ademais, a descontinuidade administrativa no setor da cultura, leva a uma falta de planejamento adequado e à ausência de uma visão estratégica de longo prazo para o setor da cultura.

4.3 Panorama geral do patrimônio cultural da Guiné-Bissau

Nesta seção, o objetivo é fornecer uma visão geral do patrimônio cultural da Guiné-Bissau. Isso se tornou uma das principais prioridades tanto para a IX legislatura quanto para os participantes da IIIª Conferência Nacional da Cultura. Além disso, é importante destacar que o patrimônio cultural na Guiné-Bissau ganha uma nova dimensão nos dias atuais, uma vez que foi estabelecida uma Direção Geral do Patrimônio Cultural, um avanço positivo para a sociedade guineense. É crucial salientar que, por meio desta seção, não estamos buscando de forma alguma simplificar a ideia da cultura ao patrimônio.

Dado que não existe uma nomenclatura intrínseca na Guiné-Bissau que reconheça o seu patrimônio, precisamos recorrer às definições internacionais para, pelo menos, realizar uma primeira abordagem. Nesse sentido, o patrimônio cultural, em seu sentido amplo, é tanto um produto quanto um processo que garante às sociedades uma riqueza de recursos herdados do passado, criados no presente e transmitidos às gerações futuras para seu benefício. Importante ressaltar que ele abrange não apenas o patrimônio tangível, mas também o patrimônio natural e intangível (UNESCO, 2014).

De acordo com a UNESCO (2014, p. 132)

A noção de patrimônio é importante para a cultura e o desenvolvimento, pois constitui o “capital cultural” das sociedades contemporâneas. Ela contribui para a reavaliação contínua de culturas e identidades e é um veículo importante para a transmissão de experiências, habilidades e conhecimentos entre gerações. É também uma fonte de inspiração para a criatividade e a inovação, que geram produtos culturais contemporâneos e futuros.

Conforme mencionado anteriormente, observa-se que o patrimônio cultural possui o potencial de promover o acesso e a apreciação da diversidade cultural. Além disso, pode enriquecer o capital social ao moldar um senso de pertencimento, tanto individual quanto coletivo, que contribui para manter a coesão social e territorial.

No contexto guineense, o patrimônio cultural está descrito nos objetivos delineados para o setor da cultura. Portanto, a ação pública no domínio da cultura busca promover o patrimônio cultural, visto que a Guiné-Bissau possui um rico e diversificado patrimônio cultural que reflete em sua história e na diversidade étnica e cultural. O país abriga uma multiplicidade de tradições, expressões artísticas, manifestações culturais e lugares históricos que desempenham um papel crucial na identidade nacional, distinguindo-se entre o patrimônio cultural material e imaterial, onde se encontra incorporada a diversidade cultural e linguística.

No entanto, a falta de recursos e de estruturas adequadas de preservação coloca em risco a salvaguarda desse patrimônio. A gestão inadequada do patrimônio cultural pode levar à sua deterioração e perda ao longo do tempo. Nesse sentido, a resolução da III Conferência Nacional da Cultura recomenda “repensar a criação de uma estrutura específica em matéria de conservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural, como o Instituto do Patrimônio Cultural da Guiné-Bissau” (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 3).

De acordo com a UNESCO (2009), o patrimônio cultural abrange edifícios de valor simbólico artístico, histórico, científico, antropológico, entre outros. Com base nisso, nas resoluções da III Conferência Nacional da Cultura, os conferencistas recomendam "elaborar um Plano Global de Desenvolvimento Integrado para a gestão sustentável e recuperação física e cultural das cidades históricas e revitalizar a memória dos resistentes da libertação da Guiné-Bissau" (IBIDEM).

A Guiné-Bissau tornou-se membro da UNESCO em 1974 e, desde então, aderiu às convenções que regem o patrimônio cultural, incluindo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Caso de Conflito Armado de 1954, a Convenção sobre os Meios de Proibição e Prevenção do Tráfico Ilícito de Bens Culturais de 1970, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de 1972, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático de 2001 e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Até o momento desta escrita, a Guiné-Bissau ratificou apenas as seguintes convenções, como indicado no quadro abaixo:

Quadro 7 - Convenções que regem o patrimônio cultural ratificada pela Guiné-Bissau

Convenção	Ano de Ratificação/ Guiné-Bissau
Convenção de 1972 relativa à proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	28 de janeiro de 2006
Convenção de 2001 sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático	7 de março de 2016
Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial	7 de março de 2016

Fonte: Elaboração própria com dados da UNESCO e SEJCD/SEC

Estas convenções, por sua vez, servem como base para a implementação de ações públicas no campo da cultura. Além das convenções sobre patrimônio cultural ratificada pelo país, conforme ilustrado no quadro acima, é importante notar que até o momento presente, o país ainda não ratificou outras convenções importantes: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Caso de Conflito Armado de 1954 e a Convenção sobre os Meios de Proibição e Prevenção do Tráfico Ilícito de Bens Culturais de 1970.

Desde a independência, ainda não foi realizado um inventário abrangente do patrimônio cultural, apesar da resolução da III Conferência Nacional da Cultura, que instou a “estimular a inventariação e salvaguarda do Patrimônio Cultural da Guiné-Bissau, tanto material quanto imaterial” (GUINÉ-BISSAU, 2015, p. 3).

Diante desse contexto, a SEJCD, por meio do seu Plano de Ações, estabeleceu medidas para desenvolver a identificação e o inventário do Patrimônio Cultural, que engloba “bens culturais materiais e imateriais, monumentos, conjuntos, locais ou sítios e elementos naturais” (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Nesse contexto, em 2019, começaram a ser tomadas as primeiras medidas na gestão do patrimônio cultural na Guiné-Bissau. Um exemplo disso é o estudo sobre o mapeamento da cultura guineense realizado em 2019, que pode ser considerado como o início do processo de identificação e documentação desse patrimônio. Ele representa também uma primeira tentativa da Secretaria do Estado da Cultura em definir quais devem ser as categorias definitivas do seu patrimônio (CARBÓ et al., 2019).

No entanto, o mapeamento cultural revelou desafios significativos, incluindo a falta de alocação de orçamento estatal para a identificação, proteção, salvaguarda e gestão do patrimônio cultural do país, bem como a ausência de legislação específica sobre o assunto. A falta de leis dedicadas ao patrimônio cultural coloca a Guiné-Bissau em desvantagem na proteção e valorização de sua herança cultural, pois essas leis estabelecem diretrizes para a conservação e restauração de bens culturais, garantindo sua transmissão às gerações futuras.

Além das questões jurídicas, o documento (GUINÉ-BISSAU, 2020) também aponta desafios institucionais, indicando que as estruturas responsáveis pela gestão do patrimônio não possuem recursos financeiros suficientes nem pessoal qualificado para facilitar o diálogo com partes interessadas, incluindo as comunidades locais. Isso resultou em um nível geralmente baixo de proteção do patrimônio cultural material pelo Estado e em uma baixa participação das comunidades na identificação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (GUINÉ-BISSAU, 2020, p. 24).

Ademais, há falta de registros padronizados sobre o patrimônio cultural da Guiné-Bissau, principalmente devido à falta de treinamento específico para profissionais de diversas instituições do país no que diz respeito à gestão do patrimônio, bem como à falta de recursos financeiros para apoiar tais iniciativas (CARBÓ et al., 2019). No entanto, é importante enfatizar que o patrimônio cultural guineense não se alinha com os indicadores de patrimônio estabelecidos pela UNESCO para o desenvolvimento.

No entanto, é crucial destacar que o patrimônio cultural na Guiné-Bissau enfrenta sérios desafios, incluindo a falta de preservação adequada, recursos financeiros insuficientes e infraestrutura precária. Esses desafios podem afetar a conservação e promoção do patrimônio cultural do país. No entanto, esforços estão sendo feitos para valorizar e preservar o patrimônio cultural guineense, por meio de iniciativas de pesquisa, documentação e outras ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, examinamos a relação entre o Estado e a cultura na Guiné-Bissau. Nosso objetivo foi compreender como o governo guineense tem lidado com a promoção e preservação da cultura no país.

Nesse sentido, como ponto de partida para delimitar premissas, iniciamos com a discussão de políticas públicas, cultura e políticas culturais, a fim de estabelecer a compreensão de que, na perspectiva adotada, a cultura forma a base do ser social. Em seguida, traçamos algumas assertivas cruciais que permitem analisar o processo de construção do Estado da Guiné-Bissau.

Ao examinarmos a história e a trajetória política da Guiné-Bissau, ficou evidente o papel importante desempenhado pela cultura na formação da identidade nacional. Ela serviu como instrumento poderoso de resistência e unificação do povo guineense durante o processo

de independência e no pós-independência. No entanto, também notamos que a cultura frequentemente foi negligenciada ou instrumentalizada em prol de interesses políticos, afetando sua preservação e diversidade.

Realizamos uma análise ampla, valendo-nos de documentos, e observamos que, apesar de alguns esforços isolados, o Estado guineense ainda enfrenta dificuldades para estabelecer uma política cultural abrangente, capaz de atender às necessidades e aspirações de toda a população. Obstáculos significativos incluem a falta de recursos financeiros, a burocracia, a instabilidade política, a carência de infraestruturas adequadas para projetos culturais em todo o país e a ausência de um planejamento de longo prazo. Estes últimos têm obstado o desenvolvimento de várias iniciativas culturais.

A limitação dos investimentos públicos na cultura tem restringido a capacidade do SEJCD/SEC (Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desportos / Secretaria de Estado da Cultura) de promover a diversidade cultural e o acesso equitativo à arte e às expressões culturais.

Contudo, é importante enfatizar que, apesar destes desafios, existem iniciativas promissoras e potencialidades culturais na Guiné-Bissau, muitas lideradas por organizações da sociedade civil e grupos comunitários. Essas ações demonstram a vitalidade e resiliência da cultura, bem como a importância da participação da população na construção de uma política cultural inclusiva e representativa.

Reconhecer o papel crucial da cultura na sociedade guineense é fundamental para construir uma nação mais coesa, valorizando sua diversidade e promovendo o respeito por diferentes manifestações culturais. Nesse sentido, é imperativo que o Estado reconheça a cultura como um pilar essencial do desenvolvimento humano, integrando-a em todas as esferas de atuação, desde a educação até o turismo e o desenvolvimento econômico. É crucial que o Estado guineense adote uma abordagem participativa e inclusiva na formulação de políticas culturais, envolvendo ativamente a sociedade civil, grupos étnicos minoritários e artistas locais.

É importante que o Estado promova o diálogo com os diversos atores culturais, incentivando a participação da sociedade civil, dos artistas, dos acadêmicos e das comunidades locais na formulação e implementação de políticas culturais. Assim, será possível garantir que as ações governamentais estejam alinhadas com as demandas e anseios da população, contribuindo para a construção de uma cultura viva, dinâmica e em constante evolução.

Além disso, é crucial aumentar os investimentos e a alocação de recursos para o setor cultural, criando condições para a preservação do patrimônio material e imaterial, o estímulo à criação artística e o acesso amplo e igualitário à cultura. Valorizar a cultura guineense deve ser uma prioridade estratégica para o desenvolvimento sustentável do país, fortalecendo sua identidade e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, a relação entre o Estado e a cultura na Guiné-Bissau é complexa e multifacetada, influenciada por diversos fatores históricos, políticos e sociais. Embora apresente desafios, também oferece possibilidades para o fortalecimento e valorização da cultura guineense.

Portanto, reiteramos que a construção de uma política cultural eficaz requer um compromisso sólido e contínuo por parte do Estado, em parceria com a sociedade civil e os diversos atores envolvidos. Somente através de esforços conjuntos será possível superar as limitações atuais e construir um futuro em que a cultura seja reconhecida e celebrada como um elemento fundamental da identidade nacional e do desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- AITNARD, K.M. 1976. **Cultural policy of Togo**. Paris, 1976. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000188/018853eo.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2023.
- ARAÚJO, Helmer. Guiné-Bissau. Brasília: Thesaurus; Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sdXuJj>. Acesso em: 20 Mar. 2022.
- ARETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State. **Revista BIR**, Rio de Janeiro, nº 39, 1995, p. 5-40.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau: Aspectos gerais.2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em 30 de mai. 2023.
- BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau: **Aspectos gerais**.2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em 30 de nov 2022.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural. *In*: RUBIM, Linda (org.). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 3a. ed., São Paulo: Cortez, 2007.
- BEZERRA, Cristina Simões. **Globalização e Cultura**:caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. São Paulo em Perspectiva, 15 (2), 2011.
- BUCAL, Vladimir; MACHADO, Eduardo Gomes. OS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU: questões preliminares. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 360-374, 2022.

CABRAL, Amílcar. P.A.I.G.C. Unidade e Luta – Textos Amílcar Cabral nº 2, Lisboa, Publicações Nova Aurora. 1974.

CALABRE, Lia. Desafios à construção de políticas culturais: balanço da gestão Gilberto Gil. PROA, **Revista de Antropologia e Arte**, v. 1, n. 1, p. 293-302, 2009.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. *Revista Escritos*, [S.I.], v. 7, n. 7, p. 323-345, 2013. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero07/artigo12.php> acesso em 20 de mai. 2022.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, III, 2007, Salvador. Anais.... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf> Acesso em 20 de mai. 2022.

CAMPOS, Américo. História da Guiné-Bissau em datas. **Guiné-Bissau.Docs**, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3kaeLj5>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CANCLINI, Néstor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires, Clacso, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100912035750/5canclini.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2022.

CANCLINI, Néstor Garcia. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia (org). **Políticas culturales en América Latina**. México: Editorial Grijalbo, 1987, p. 13-59.

CANCLINI, Néstor García. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In.: BRASIL (org.). Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO, Brasil, 2003, p. 21-42

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994), Salvador, 2013. 318f.: il.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022. 112 f.

CARBÓ, Gemma, LLORENS, Mar; PACHOVA, Nevelina; DUARTE, Paulo. **MAPEAMENTO CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU** (Sector Autónomo de Bissau, Bafatá, Cacheu e Gabú). Fevereiro 2019.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais" CPLP & CEDEAO"(1973-2014). 2016. 251f.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Que democracia?** O processo de transição política guineense e Forças Armadas na condução da política nacional (1994-2009). 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: Cultura e Imaginário. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 1997.

COUTO, Hildo Honório; EMBALÓ, Filomena. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. **PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 20, n. 1, p. 11-253, 2010.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

DA UNIÃO AFRICANA, Comissão. Agenda 2063–A África que queremos. **Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano de Implementação para a Primeira Década-2014-2023**, 2015.

DEL CAMPO. Norma Muñoz. O estado e a cultura no Chile, 1989-2008: as questões e os desafios de um processo de construção de uma categoria de intervenção pública. Sociologia. Universidade de Sorbonne nouvelle - Paris III, 2011. Francês. NNT: 2011PA030051 . tel-01017327

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. Campinas: Unicamp, 2009.

DUBOIS, Vincent. La politique culturelle: gênese d'une catégorie d'intervention publique. Paris: Belin, 1999.

DYE, T. D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984. Disponivel em: <https://pt.scribd.com/document/241769505/Understanding-Public-Policy-by-Thomas-Dye> acesso: 22. Nov.2022.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. **Constru o da na o e evolu o das estruturas políticas**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (eds.). História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 519-64.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **RBCS**, v. 18, n. 51, 2003, p. 21-29.

FARIA, Hamilton. Os sentidos na cultura na cidade. In: FARIA, Hamilton e Souza, Valmir (Org.). Experiências de gestão cultural democrática. PÓLIS, São Paulo, n. 12, p. 3 -7,1993.

FARIA, Hamilton. Uma política cultural para a cidade de São Paulo. In: FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de. (Orgs.) Cidadania cultural. Leituras de uma política pública. PÓLIS, n. 28, p.11 a 20, 1997.

FAVERO, Altair Alberto; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investiga es de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos (ONLINE)**, v. 19, p. 170-184, 2019.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. Política Cultural. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf> Acesso em 20 Dez. 2022.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administra o e Gestão da Educa o na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades**. Disserta o de Doutorado (Universidade de Aveiro-Departamento de Ciências da Educa o). Aveiro, 2005.

GRAMSCI, Ant nio. A concep o dial tica da história. 8 ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. Os Cadernos do Cárcere. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 2001a, 2001b, 2002b, 2002c, 2004.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

GELINSKI, Carmen Rosario G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 82, n. 1, p. 227-240, Mai. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p227/13337> acesso em: 5 Fev. 2022

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL. Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Constituinte, 1996.

GUINÉ-BISSAU. Decreto Presidencial nº2/94. Disponível em: <https://www.legis-palop.org/inner.jsp> acesso 25 de abril de 2023.

GUINÉ-BISSAU. **Decreto-Lei n.º 3/2020**. Estrutura do Governo. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs204374.pdf>. Acesso em 10/03/2023

GUINÉ-BISSAU. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8245720-Guine-bissau-documento-de-estrategia-nacional-de-reducao-da-pobreza-denarp.html> acesso em: 24 abril. 2023

GUINÉ-BISSAU. **III Conferência Nacional da Cultura: Cultura ao Serviço da Nação: Resoluções finais**. 2015.

GUINÉ-BISSAU. Plano de Ações da SEJCD, 2014.

GUINÉ-BISSAU. **Plano estratégico e operacional 2015-2020 “Terra Ranka”**: documento II: relatório final. Bissau: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.lerenovaveis.org/contents/lerpublication/plano-estrategico-e-operacional-2015-2020-terra-ranka.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GUINÉ-BISSAU. Relatório da Secretaria de Estado da Cultura. 2020

GUINÉ-BISSAU. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Boletim Estatístico da Guiné-Bissau. Bissau: INE, 2015.

GUINÉ-BISSAU: Segundo documento de estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP II). **Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. República da Guiné-Bissau**, 2011. Disponível em: https://fecong.d.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf Acesso em 24 abril de 2023.

IÉ, Nivaldo Casimiro. Sistema político de governação na Guiné-Bissau (1991-2019). 2019.

KAY, Adrian. The dynamics of public policy : theory and evidence. USA: Edward Elgar, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. Para quando Africa?: Entrevista com René Holenstein; tradução Carlos Aboim de Brito-Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

KOVÁCS Máté. Politiques culturelles en Afrique: recueil de documents de référence: AECID, Programme ACERCA, OCPA. Madrid, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.aecid.es/bibliodig/es/consulta/registro.do?control=ES-MAAEC20170000310>. Acesso em: 5 de fev. 2023.

KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LASWELL, H. D. Politics: who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958. Disponível em: <http://digitalcollections.library.cmu.edu/awweb/awarchive?type=file&item=46443> acesso: 20 nov. 2021.

LEITE, Pedro Pereira. Processos Patrimoniais em África. 2015. Disponível em <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processospatrimoniais-em-africa/>>. Acesso em 20 de dez. 2022.

LEITE, Pedro Pereira. Processos Patrimoniais em África. Disponível em <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processospatrimoniais-em-africa/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MARTIN, Charles. A estratégia de descolonização de Nkrumah: originalidade e classicismo. In: SANTIAGO, Theo (Org). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 111-139.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. Policy Currents, 1-4, fev. 1995.

MELO, Aldina da Silva et al. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS DO SUL GLOBAL: uma análise do documento político White Paper on Arts, Culture and Heritage, da África do Sul democrática (1994-2018). 2023.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. Cultural policy. Sage, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MORENO-CUBILLOS, Monica Cristina. Intervenção do Estado na cultura em Bogotá : avaliação política das Políticas Culturales Distritales 2004-2016. 2017. 278 p.

NAWA, Lebogang Lancelot. Municipal Cultural Policy and Development in South Africa: A study of the city of Tshwane Metropolitan Municipality. Tese (Doctor of Literature And Philosophy) – Department of African Languages at the University of South Africa, 2012.

NHANCA, Viriato João Lopes. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau**: perspectiva no contexto regional globalizado. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

OUA. Manifesto Cultural Pan-africano, Argel. 1969.

PASTORINI, Alejandra. A categoria ‘questão social’ em debate. 2a. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano em Guiné-Bissau, 2020. Disponível em: <http://jornalnopintcha.gw/2020/12/16/relatorio-do-pnud-guine-bissau-apresenta-mais-baixo-indice-de-desenvolvimento-humano/> acesso em 19 mai. 2023.

POIRRIER Philippe. História das Políticas Culturais na França Contemporânea. Bibliografia. França, 1998

POIRRIER, P. Pour une histoire des politiques culturelles dans le monde. Paris: La Documentation Française, 2011.

PRESTON, P.W. Una introducción a la teoría del desarrollo. Ciudad de México: Siglo XXI, 1999.

REIS, Paula Félix. Estado e Políticas Culturais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIIS, 2011, Rio de Janeiro. Anais[...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2011. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigos-do-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/> Acesso em: 16 nov. 2022.

RODRIGUES, Inaldo Bata. ESTADO, CULTURA E NAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA. 2017. 138 p.

ROSANVALLON, Pierre. A nova questão social: repensando o Estado Providência. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças. & CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (Orgs.) O Estudo da política: Tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20%20analise> acesso em: 10 Dez. 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. "PANORAMA DAS POLÍTICAS CULTURAIIS NO MUNDO." Políticas Culturais: 13. 2003

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. **O Público e o Privado**, v. 5, n. 9, p. 33-47, jan./jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. Salvador: EDUFBA, 2012.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. (org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUDEBECK, Lars. **Buscar a felicidade**. Democratização na Guiné-Bissau. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 1997.

RUDEBECK, Lars. Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

SAEZ Guy. "Les politiques de la culture" in GRAWITS M., LECA J., *Traité de Sciences Politiques*, Année 1985, T IV, PUF, Paris,

SANTANA, Sara Gomes. *Guiné-Bissau: que políticas culturais?* Dissertação (Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SEMEDO, R. J. **O Estado da Guiné-Bissau e os Desafios Político-Institucionais**. *Tensões Mundiais*, v.7, n. 13, 2011.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA, A. E. Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa: estudo de história, direito e política**. Edições Afrontamento, 1997.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau. Administração colonial, nacionalismo e constitucionalismo**. Coimbra: Almedina, 2010.

SILVA, Cleunismar e PIRES, Hélder. *Controlo Social das Políticas Públicas na Guiné-Bissau: Dinâmicas de Participação das Organizações da Sociedade Civil*. Ianda Guiné! Djuntu, Lisboa, 2022.

SILVA, Cleunismar; PIRES, Hélder. *Controlo Social das Políticas Públicas na Guiné-Bissau: Dinâmicas de Participação das Organizações da Sociedade Civil*. Estudos nº2. 2022. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2022/08/estudo-pp-guine-bissau.pdf> Acesso em 20/04/2023

SILVA, Gabriela Toledo. *A UNESCO e a trajetória da política cultural: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966 - 1982)* / Gabriela Toledo Silva. - 2016. 286 f.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. *A avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa*. In: *Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológico*. São Paulo: Veras editora, 2008, p. 89-178.

SMITH, Adam. *Das despesas do soberano ou da comunidade*. In: (Org.) *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, v. II. 3a. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. p. 289-469.

SOUSA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Pública. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.) **Políticas Públicas no Brasil**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 37-48;

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003._____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 65-86.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. 2002. Disponível em <<
<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>>> Acesso em 11 de mai. De 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: *Sociologias*, ano 8, nº 16, 2006, p. 20-45.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 8, nº 16, jan/dez, 2006, p. 20-45.

SUCUMA, Arnaldo. Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau. **Cadernos De História UFPE**, Recife, v. 9, n. 9, p. 129-144, 2012.

TEIXEIRA, Tamilton Gomes. As políticas econômicas e análise de Programa de ajustamento estrutural em África: estudo de caso da Guiné-Bissau a partir dos anos de 1980. 2017.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Ed.1981.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa, v. 1 (A árvore da liberdade), 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Costume em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROSKI, Leon. Cultura e socialismo. **Leon Trotsky: política. São Paulo: Ática**, 1981.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**. Inglaterra: Gordon Press, 1871.

UA. Carta Da Renascença Cultural De África. Sexta Sessão Ordinária da conferência da União Africana, em Cartum. 2006. Disponível em:

https://au.int/sites/default/files/pages/32901-file-01_charter-african_cultural_renaissance_po.pdf . Acesso em: 10 de fev. 2023

UA. Agenda 2063: A África Que Queremos. Edição final, Abril de 2015 Versão Popular. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf . Acesso em: 22 de mai. 2023.

UNESCO, Indicadores. Indicadores UNESCO de Cultura para el Desarrollo. **Recuperado de: https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd_manual_metodologico_1.pdf**, 2014.

UNESCO. Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa. 1975. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000190/019056EB.pdf> .

UNESCO. World culture report 2000. Paris, 2000.

_____. Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales. Ciudad de México, 1982. Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico acesso em 15 Mar. 2022

_____. Cultural policy a preliminar study. Paris, 1969. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf> acesso em 15 Mar. 2022.

_____. Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa. 1975. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000190/019056EB.pdf> acesso em 15 Mar. 2022.

URFALINO Philippe. A Invenção da Política Cultural. Edições Hachette. Paris, 2004

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. **Revista Rio de Janeiro**, v. 1, p. 77-92, 2005.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública- RAP, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, Mar-Abr. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917> . Acesso em: 27 abril. 2022.

WILLIAMS, Raymond. Cultura e materialismo. São Paulo: UNESP, 2007

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 14, p. 54-60, 2012.